

JERÔNIMO FRANCISCO COELHO: UM LIBERAL NA FORMAÇÃO DO II IMPÉRIO¹

Carlos Humberto P. Corrêa

Jerônimo Francisco Coelho nasceu na pequena vila de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, no sul da então capitania de Santa Catarina, em 30 de setembro de 1806.

Neto de um sargento-mor por parte de pai, e de um alferes de milícias por parte de mãe, filho do também militar e lagunense Antônio Francisco Coelho que em 1809 foi transferido para o Rio de Janeiro, onde já se estabelecera a corte de D. João, Jerônimo saiu de Santa Catarina, com os pais e um irmão, com três anos de idade.

Em 1813 Antônio Francisco foi transferido para o Ceará para comandar um Corpo de Infantaria e inspecionar as tropas locais. Mesmo sendo menor, com somente sete anos de idade, naquele ano Jerônimo assentou praça de 1º cadete na Companhia de Artilharia, da província do Ceará.

Ao voltar para o Rio de Janeiro em 1815, por doença e imediata morte do pai, passou a ser criado por um tio que se encarregou de sua educação entregando-o aos cuidados de um padre, acreditado professor de Latim na Corte. Morrendo também o tio poucos meses depois, a mãe, Francisca Lima do Espírito Santo Coelho, apesar das dificuldades encontradas no Rio de Janeiro, longe da terra natal e sem parentes, proporcionou-lhe a continuidade dos estudos de latim, de Filosofia Racional e Moral e de francês e inglês.

Em 1816, com dez anos de idade, Jerônimo Coelho assentou praça definitivamente no Regimento de Artilharia da Corte, ingressando na Academia Militar quatro anos depois e se destacando como excelente aluno. Entretanto, após deixar a Academia, sua ascensão militar foi prejudicada pela proibição de promoções no Exército, retardando-o por treze anos os acessos aos postos. Aos dezoito anos recebeu as estrelas de capitão e em 1837, as de major do corpo de engenheiros, em 1842 foi promovido a tenente coronel, em 1847 a coronel e, oito anos depois, com Jerônimo já com quarenta e nove anos, brigadeiro.

Em 1827 Jerônimo Coelho casou-se no Rio de Janeiro, com Emília Carolina da Costa Barros, com quem teve três filhos, vindo a enviuar vinte e sete anos depois.

¹ Discurso pronunciado no Instituto Histórico do Rio Grande do Sul em 22 de junho de 2006, por ocasião da homenagem a Jerônimo Francisco Coelho.

Sua vida no Rio de Janeiro até 1831, quando retornou a Santa Catarina, é pouco conhecida, além de se saber ter ingressando na maçonaria, apesar desta ter sido declarada ilegal por D. Pedro I. Seu compromisso com a instituição, entretanto, deve ter sido após a Independência, por questões de idade.

Durante sua juventude estreitou amizade com outros catarinenses na Corte, como o Conselheiro Manoel José de Souza França, Ministro da Justiça, e um seu irmão também ligado à maçonaria. Seu relacionamento com o jornalista Evaristo Ferreira da Veiga, igualmente maçom, também é sabido principalmente por Jerônimo ter publicado no Rio de Janeiro, um *Manifesto* de sua redação, distribuído ao povo e pedindo-lhe que confiasse na Regência. Como Evaristo fundou o jornal *Aurora Fluminense*, em 1827, e Jerônimo Coelho publicou para este periodista e livreiro o tal *Manifesto*, tudo leva a crer que o catarinense, além de militar também tenha exercido alguma atividade ligada à impressão gráfica, podendo ter sido, inclusive, funcionário no jornal.

Qual motivo o jornalista Evaristo da Veiga teria para mandar imprimir seu *Manifesto* numa gráfica fora de seu próprio jornal, se aí possuía todas as condições materiais para fazê-lo, é uma dúvida que surge ao historiador logo de início. Por outro lado, sabe-se que Jerônimo Coelho não possuía prelo próprio, pois o que levou para Santa Catarina, em 1831, foi adquirido com a ajuda de amigos de dentro da própria maçonaria.

O retorno de Jerônimo Coelho à Santa Catarina está ligado a uma interferência direta da maçonaria sobre o Exército, com conseqüências locais de toda ordem, servindo de primeiro degrau para o desenvolvimento de uma vida política que lhe permitiu atingir o Ministério de D. Pedro II por três oportunidades e obter o título de Conselheiro do Império, além de outros títulos.

Joaquim Gonçalves Ledo, no Grande Oriente do Brasil, havia proposto que fossem enviados emissários às províncias brasileiras para consolidar a causa da Independência. De acordo com a Assembléia Geral do Grande Oriente do Brasil, realizada dois dias depois do ato da Independência, a necessidade do envio de emissários justificava-se, pois...

sendo os maçons os primeiros a dar esse necessário impulso, deveríamos pôr em execução os meios precisos para que nenhuma corporação civil os precedesse....

O Grande Oriente do Brasil e as demais lojas maçônicas tinham voltado à normalidade somente em junho daquele ano de 1822, pois, desde 1818 tiveram uma vida secreta, com a publicação de um Alvará de D. João VI que proibiu o funcionamento da instituição. Influenciando diretamente o Príncipe Regente D. Pedro, os maçons não queriam perder a interferência nos destinos políticos da nova nação, principalmente no âmbito das províncias, aonde a ação lusitana era

mais fácil. Em atenção à proposta de Gonçalves Ledo, alguns maçons presentes à Assembléia do Grande Oriente imediatamente solicitaram suas designações para as províncias. Para Santa Catarina inscreveu-se o tenente coronel Alexandrino José Tinoco.

Na verdade, o retorno de Jerônimo Coelho a Santa Catarina, depois de tanto tempo longe, oficialmente deu-se pelo fato de Tinoco não haver convencido convenientemente os maçons existentes e novos adeptos de Desterro a criarem lojas maçônicas, necessárias para a garantia de uma Independência onde predominasse o nacionalismo.

Após ser arrecadado entre os maçons do Rio de Janeiro quantia suficiente para aquisição de um prelo e material necessário para impressão, o material foi entregue a Jerônimo Coelho com a finalidade de, em Desterro, fundar um jornal.

Com a chegada de Jerônimo a Desterro, teve início, em Santa Catarina uma exacerbada caça aos portugueses, ação violenta contra aqueles que representavam todo um passado colonial de restrições e impedimentos, sendo expulso, inclusive, o então presidente da província, português de nascimento, mesmo tendo optado pela cidadania brasileira e ser casado com uma catarinense.

Esta ação abertamente contra Portugal, acompanhada de uma crítica enfurecida contra D. Pedro I, foram também as características do jornal fundado por Jerônimo e da Sociedade Patriótica Catarinense, criados por ele.

Chegando a Santa Catarina, Jerônimo tratou de montar as peças do pequeno prelo e dar início à impressão de *O Catharinense*.

Quanto à criação da loja maçônica, outro de seus objetivos, denominada *Concórdia*, desconhece-se a data, porém só pode ter sido após muito entendimento com os antigos maçons locais, possivelmente ainda em 1831.

A sede do jornal localizava-se na própria residência, e o primeiro número de *O Catharinense*, que tinha como lema *União e Liberdade, Independência ou Morte*, foi lançado em data de 23 de julho de 1831. Nesta edição inaugural seu proprietário escreveu importante e contundente *Manifesto*.

Na primeira parte de seu documento, após apresentar-se aos catarinenses, o autor confessa que, mesmo tendo nascido na província, até aquele ano jamais tinha retornado à sua terra natal, a qual desconhecia por completo. A seguir Coelho apresenta sua proposta que justificaria seu retorno a Santa Catarina, isto é, a criação de uma tipografia. Desta maneira, nota-se que, mesmo sendo um militar profissional, no cargo de capitão de engenheiros, na ativa, não foi como militar que ele justificou estar voltando a Santa Catarina, mas para exercer outra atividade, ou cumprir funções não confessadas.

este foi o primeiro motivo que me fez abandonar a Corte, para vir entre vós estabelecer uma tipografia; por este modo eu vos abro o santuário da Impren-

sa; pelo seu intermédio vós podereis comunicar mutuamente vossos pensamentos e idéias, e desta arte as luzes se propagarão com rapidez e facilidade.

Jerônimo Coelho mostrava as funções de denúncia de seu jornal para proteger os humilhados dos opressores políticos e sociais. Na verdade, diretamente, tais opressores não eram mais do que os portugueses nos governos das províncias.

Eu vos prometo velar solícito da guarda da inocência, ela não terá mais de gemer em silêncio, e aqueles que a oprimem, terão de ser dados ao prelo, para serem apontados como opressores da humanidade. Esses orgulhosos mandões que, comumente nas povoações pequenas costumam ser os flagelos dos fracos, não continuarão impunemente a vexar seus semelhantes; eles deixarão de levar a desolação e a dor ao centro das famílias; eles cessarão, enfim, de sacrificar inocentes vítimas em holocaustos a seus caprichos e interesses, únicos ídolos que reconhecem sobre a terra.

Sobre a liberdade de imprensa, assim se expressou *O Catharinense*, referindo-se pela primeira vez a pressão que esta exerceu sobre a renúncia de D. Pedro I e seu imediato retorno à Portugal:

Não me demorarei em enumerar-vos as vantagens que resultam da liberdade da imprensa; eles jamais a poderão encarar sem horror porque, por meio dela, os seus crimes e suas tramas serão sempre expostos ao conhecimento dos povos. Se não fora ela, talvez que hoje estivéssemos escravos desse Pedro estúpido, avarento e doido, que a pouco, espavorido, abandonou as praias do solo Americano! Agora que uma tão feliz como gloriosa revolução que acaba de arrancar as garras do ingrato Pedro; agora que temos uma Assembléia livre de coação para deliberar sobre os negócios da Pátria, dela esperando tudo demo-nos as mãos reciprocamente para sustentarmos o grande edifício da liberdade que tantos sacrifícios nos há custado!

Sua fé às leis é confessada a seguir, sob qualquer forma de governo, desde que seja para o bem da pátria.

Não trarei, por agora, qual há ou poderá vir a ser a melhor forma de governo que convêm ao Brasil, pois me guardo para dizer alguma coisa sobre este objeto quando julgar conveniente; no entanto, só direi que nos cumpre executar as leis cegamente, e obedecer às autoridades legalmente constituídas, enquanto estas caminharem pela trilha da lei, e tenderem para o bem da Pátria.

Enfim, o documento não passava de uma boa plataforma política com maiores fundamentações nacionais do que dirigidas para Santa Catarina. Quanto à campanha contra os portugueses que os denominada de retrógrados e aristocratas, Jerônimo Coelho escreveu que havia acabado o tempo de enganar os homens, pois começava o século das luzes e do patriotismo. As nomeações para cargos públicos deveriam atender somente o mérito pessoal de cada um.

Neste mesmo número de *O Catharinense*, foi publicado o *Estatuto da Sociedade Patriótica*. Esta Sociedade, da mesma maneira que suas congêneres surgidas na época em diversas partes do país, tinha por finalidade proteger-se contra os desmandos políticos e jurídicos dos portugueses que não haviam retornado a Portugal com D. Pedro I. Para tanto, explicitamente a Sociedade deveria sustentar a liberdade e a Independência Nacional através da denúncia ao governo e das autoridades constituídas, representações legais, todas as vezes que assim o exigisse o bem da Pátria, usando, quando possível, a ação das autoridades, e também do direito de petição para aquelas medidas que não estivessem ao seu alcance.

Com a Sociedade Patriótica servindo de sentinela, o governo seria mais escrupuloso no cumprimento de suas obrigações. Assim, com ela, a Sociedade, a Liberdade se firmaria, o pensamento se aperfeiçoaria e os cidadãos se acostuariam a se preocuparem com os negócios da Pátria. Outro dos objetivos da instituição, se bem que de segundo plano, era a abolição da escravatura, pois, segundo Jerônimo Coelho ainda no mesmo documento, a sociedade brasileira deveria ser composta de homens de bem e purificada de escravos.

Na verdade, se bem que a Sociedade Patriótica não tenha atingido o objetivo da abolição por completo, no período de sua existência, pelo menos ela conseguiu a aprovação de uma lei na Câmara Municipal de Desterro no sentido de que os escravos não mais recebessem seus castigos em praça pública, amarrados ao pelourinho no centro da cidade, como se fazia até então.

A Sociedade Patriótica era composta de brasileiros natos ou adotivos, desde que residissem a mais de 25 anos no país, e 16 anos quando o estrangeiro fosse casado com uma brasileira e tivessem pelo menos quatro filhos brasileiros. O candidato a ingressar na instituição deveria ser probo, de moral elevada e amante da Liberdade. Após ser aceito na Sociedade, o novo membro prestava juramento de defendê-la, pelos meios legais e à custa da própria vida.

Em agosto de 1832 a Sociedade aprovou a criação de um Gabinete de Leitura ou biblioteca, que se tornou pública, cujo acervo foi doado pelos sócios e membros da Maçonaria do Rio de Janeiro, principalmente Evaristo da Veiga.

Além da biblioteca, a Sociedade criou um jornal semanal, inicialmente denominado *Expositor*, que passou a ser impresso pelo mesmo prelo trazido por Jerônimo Coelho, com o seguinte pensamento: Sustentar a lei, a Liberdade do

nosso País, fazendo com que a segunda seja sempre o resultado da primeira. Sendo o jornal um órgão de divulgação de uma Sociedade particular, ele só publicaria temas desde que estivesse de acordo com seus objetivos, visando o bem da pátria.

A Sociedade Patriótica Catharinense sobreviveu até 26 de fevereiro de 1835, quando da notícia da morte de D. Pedro em Portugal, tendo, até então, realizado 124 reuniões.

A Jerônimo também está ligada a origem e formação dos partidos políticos em Santa Catarina no Império, que ao contrário do que se pensa estar ligada a divergências ideológicas entre lideranças locais, localiza-se, por singular que pareça, na discussão aparentemente banal sobre a localização de barraquinhas de venda de peixe na praça central do Palácio da pequena cidade de Desterro, em 1847.

Naquele ano presidia a Província o marechal gaúcho Antero José Ferreira de Brito, que tinha sido mandado para apaziguar a Revolução Farroupilha, o que não conseguiu. Dois anos antes, em outubro de 1845, ao fim da Revolução Farroupilha, chegaram a Desterro o Imperador D. Pedro II e a Imperatriz, que rumavam para essa província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Para tão importante acontecimento, o presidente Brito ordenou que limpassem o centro da cidade e, em consequência, retirassem umas barraquinhas de venda de peixe do Largo do Palácio, transferindo-as para as imediações do antigo Forte de Santa Bárbara. Para isto, o presidente assumiu o compromisso de, após o retorno de Suas Majestades do sul, o que se deu somente em fevereiro do ano seguinte, fazer voltar o pequeno comércio para o antigo local.

A Câmara Municipal de Desterro foi contrária ao futuro retorno das barracas alegando que para ali estava previsto a construção da continuação da Praça. Em troca, a Câmara prometia construir um moderno mercado, junto ao desativado Forte de Santa Bárbara, onde pudesse abrigar definitivamente os vendedores de peixe.

Assim, confirmando a posição do legislativo local, o presidente Brito baixou Resolução autorizando os comerciantes a exercerem suas atividades em qualquer lugar da cidade, “*exceto*” na Praça do Palácio. Com o documento, o Presidente cumpria o pensamento dos vereadores em restringir o comércio a Santa Bárbara, indo além, com a proibição da ocupação da Praça, com o que, desta vez, a Câmara não concordou e propôs a liberação da interdição.

Diante da discussão, que já movimentava a opinião pública, Antero de Brito levantou a interdição da Praça de quaisquer atividades comerciais, fazendo-as retornar ao local em que estavam as barraquinhas. Venciam os comerciantes locais liderados por João Pinto da Luz, líder dos políticos contrários a Jerônimo Coelho.

Na Assembléia Provincial, entretanto, onde a discussão sobre o assunto já ocupava bastante espaço e dividia as opiniões dos *atarefados* e *preocupados* deputados, os grupos políticos contrários ou não ao retorno das barraquinhas já se definiam. O Presidente da Assembléia, acompanhou seu pai, presidente da Câmara, renunciando também ao cargo. Estes, juntaram-se a Jerônimo Coelho e outros e passaram a defender a mudança definitiva da feira sendo, por isto, alcunhados pelos adversários de *vinagristas* (referência à Ponte do Vinagre, sobre o rio da Bulha, em Desterro), *praieiros* ou *luzias*. Este grupo deu origem, mais tarde, ao Partido Liberal. O outro grupo era liderado pela família Pinto da Luz, que mais tarde deu origem ao Partido Conservador, e auto denominou-se *Cristão* ou *Squarema*, passando a chamar os adversários Liberais de *Judeus*.

Sem nenhuma modéstia, os *Judeus* consideravam seu próprio grupo composto de pessoas politicamente capazes e inteligentes, o que os diferenciava dos *Cristãos*, que somente possuíam riqueza de dinheiro.

Criados os grupos partidários, seus representantes passaram a se preocupar com as eleições gerais de 1847 que se tornou primeira derrota de Jerônimo, se bem que aquele político tenha tido igual ruína em eleições gerais posteriores. Destra maneira, os grupos *cristãos* e *judeus* assim permaneceram até 1860, quando foram substituídos pela denominação de uso nacional de *Conservador* e *Liberal*.

A vida política de Jerônimo Coelho no Legislativo em Santa Catarina prolongou-se na reeleição à Assembléia provincial na segunda legislatura (1838-1839), quando não tomou posse e optou pela quarta legislatura da Assembléia Geral (1838-1841) para a qual também havia sido eleito. Em 1840 foi reeleito em Santa Catarina, o mesmo acontecendo dois anos após. Neste mesmo ano, 1842, foi eleito para a quinta legislatura da Assembléia Geral. Retornou a Assembléia de Santa Catarina em 1844 e, no ano seguinte, foi Deputado Geral.

Apesar da atuação nacional, como presidente das províncias do Grão-Pará e Rio Grande do Sul, além da direção em diversos órgãos situados na Corte, a ação legislativa de Jerônimo Coelho limitou-se a Santa Catarina, na Assembléia Legislativa Provincial, e representando a mesma província na Corte, na Assembléia Geral Legislativa. Foi principalmente como deputado provincial e Geral que Jerônimo desenvolveu sua natureza Liberal, apesar de no início não haverem partidos políticos definidos que conceituassem plenamente o liberalismo ou não.

Por outro lado, era freqüente, no Império, a atuação legislativa de políticos em diversas províncias, não concomitantemente, mas sucessivamente, pois as Assembléias provinciais funcionavam todas no mesmo período, não coincidindo com a Assembléia Geral Legislativa. O exercício da presidência de província, entretanto, não impedia que seu titular fosse deputado geral, desde que se licenciasse pelos três meses da legislatura e retornasse após, ao Executivo.

Para este e outros casos as Assembléias Legislativas provinciais elegiam seis vice-presidentes de província.

A violenta campanha encetada por Jerônimo através do seu jornal *O Catharinense* não foi suficiente para elegê-lo à Assembléia Geral para o período 1834/1837, somente o fazendo mais tarde, nos períodos 1838/1841, 1842/1844 e 1845/1847. Em 1857, Jerônimo foi novamente eleito aí permanecendo até se licenciar definitivamente em 1860, quando faleceu.

Jerônimo chegava a Santa Catarina depois de 22 anos de ausência, sem conhecê-la, como ele próprio confessou. Sem conhecê-la e sem conhecer seus homens e seus líderes que o haviam de seguir e escolhê-lo como seu representante na Corte, de onde vinha.

Para atingir seus objetivos, usou de seu jornal para registrar uma linguagem violenta, forte, bastante além das medidas usuais na época em gente do seu gabarito, fartamente demagógica – mas, em verdade, uma linguagem destinada a causar um premeditado impacto na população, suspense aos tímidos, cautela aos saudosistas – uma linguagem inédita, que até então não havia sido dita aos catarinenses. Não havendo qualquer pensamento que identificasse o liberalismo antes de 1831, antes, portanto, da divulgação pelo jornal *O Catharinense* das idéias exaltadas de Jerônimo Coelho, a divulgação de tal pensamento político certamente que abalou a sociedade local a ponto de não elegê-lo para a legislatura de 1834/1837.

Em 1857, dez anos depois de seu último período na Assembléia Geral, Jerônimo retornou àquela Casa legislativa, ali permanecendo até seu afastamento por doença.

A Assembléia Geral Legislativa teve seus trabalhos iniciados em 1823, a Constituinte, e em 1826, a primeira Legislatura. A Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina teve início mais tarde, em 1835, pois foi criada e regulamentada no período Regencial, pelo Ato Adicional de 1834. Em termos nacionais, o Partido Liberal teve início em 1831, quando da abdicação de D. Pedro I. Coincidentemente ou não, era o mesmo ano da chegada de Jerônimo a Santa Catarina e o início de seus violentos artigos em *O Catharinense*.

Em 1839 a Revolução Farroupilha estendia seus braços em direção a Santa Catarina, fazendo eclodir em Laguna, cidade natal de Jerônimo, a República Catarinense ou Juliana, e em Lages, na serra, outro movimento revolucionário no mesmo sentido.

Os discursos de Jerônimo Coelho na Assembléia Geral permitem analisar ser pensamento Liberal.

As idéias do deputado a respeito da concessão pública para desenvolver colonização de estrangeiros no território nacional era Liberal. Em discussão sobre um projeto que tratava do assunto, em sessão de 22 de maio de 1840,

omitiu sua opinião sobre o assunto, sendo contrário a concessão de formação de empresas de colonização devidamente constituídas, pois achava que também os particulares poderiam ter este direito. A localização das colônias deveria ser em lugares onde pudessem prosperar, de acordo com o tipo de terreno e a segurança que tinham.

Quanto a diversidade de representação de cada província na Assembléia geral, Jerônimo Coelho apresentou projeto de Lei mudando a situação no sentido de passar para um mínimo de dois deputados por província, deixando as maiores sem mudança. Os argumentos apresentados pelo representante de Santa Catarina eram fortes e foram discutidos longamente na Sessão de 29 de maio de 1840. Contrapondo-se a todos o deputados que eram contra a proposta, Jerônimo Coelho argumentou que os deputados eleitos não só representavam os interesses da nação, mas também e principalmente as províncias. Na sua opinião, o provincialismo era muito útil, desde que promovessem os interesses regionais e o engrandecimento e a prosperidade de cada ponto do Império.

Quanto ao número de representantes de cada província, explicou:

Quando eu proponho que nenhuma província terá menos de dois deputados, compreendo todas, mesmo sem excetuar Minas e Pernambuco. Todas as províncias que agora tem um só deputado passam a ter dois, e todas as províncias que agora tem mais de dois, nunca terão menos, ainda que a sua população diminua.

Outro assunto que interferiu decisivamente foi quanto à Maioridade de D. Pedro II. A Constituição de 1824 estabelecia a Maioridade do Imperador aos 21 anos, enquanto que o Ato Adicional fixava em 18 anos. Os Liberais, afastados do governo desde 1835, esperavam retornar ao poder. Por outro lado, os Conservadores, viam na antecipação da idade uma forma de consolidar a monarquia e preservar a unidade do Império. Em abril de 1840, por proposta do senador José Martiniano de Alencar, foi criado um Clube da Maioridade, cuja presidência passou para Antonio Carlos de Andrada. A campanha passou para a Câmara, e em 21 de julho daquele ano foi apresentado um Projeto de declaração de Maioridade, antecipando o início do governo pessoal de D. Pedro II.

Em sessão de 10 de julho da Assembléia Geral Legislativa, foi discutido o artigo 121 da Constituição para que D. Pedro II pudesse ser declarado maior antes dos 18 anos de idade. O Imperador tinha somente 14 anos. Na dita sessão, a participação de Jerônimo Coelho foi importante para esclarecer a legalidade do ato. Vale a pena transcrever o seu argumento.

Nesta casa há membros que querem a maioria por meio de uma reforma, outros por meio de uma Lei ordinária, e outros, finalmente, não a querem nem por um nem por outro meio.

Eu penso que nós não podemos tratar da matéria que forma o objeto desta lei, nem reformando o Arrigo da Constituição, nem tratando-a em uma Lei ordinária..., As razões e, que me fundo são as seguintes: no artigo 121 estabelece-se que a maioria de S. M. Imperial será declarada aos 18 anos de idade...

Eu creio que o projeto tal qual foi oferecido não poderá ser admitido à discussão, porque ele não trata de reformar um artigo constitucional, mas sim de fazer uma exceção a um preceito constitucional.

Se nós agora fossemos alterar o artigo de modo que a alteração ficasse sendo permanente, então é que havia uma verdadeira mudança, e um verdadeiro aditamento à Constituição, isto, é, se o projeto fosse redigido de forma que compreendesse todos os imperadores menores que para o futuro pudessem existir, teríamos feito uma reforma, mas não sendo ela individual e só relativa ao Sr. D. Pedro II, não é reforma senão para o instante em que se dá a posse, ou no momento em que se quer proclamar a maioria de Sua Majestade. Vem, portanto, a reforma ser uma disposição transitória que cessará desde esse momento.

Não envolvendo, pois, o projeto uma reforma da qual se possa fazer um aditamento à Constituição, qual é, então, o recurso que nos resta para declararmos a maioria de S. M. o Imperador? Parece que não há outro senão uma lei ordinária, mas eu digo que também deste modo não o podemos legalmente fazer. Nós temos uma disposição constitucional que nos marca o caso único em que o Imperador pode ser declarado maior, logo, como havemos em uma Lei ordinária. Então não haverá recurso algum? Isto é outra questão. Passemos a examiná-la.

Eu penso que para o projeto poder passar e entender-se que envolve reformabilidade da Constituição, deve ser concebido em termos amplos e genéricos, de modo que se dissesse que um imperador, qualquer que seja, deixaria de ser menor na idade que se designasse, ou mesmo antes, quando se reunissem tais ou tais circunstâncias, como, por exemplo, quando se conhecesse que um imperador, posto que menor, tivesse a sua razão bem resolvida, e que mostrasse capacidade suficiente para tomar as rédeas do estado, a tudo isto precedendo tais e tais formas.

Se o projeto for concebido para se fazer a reforma nestes termos gerais, nesse caso pode o Imperador atual ser compreendido, e então o projeto envolve a reformabilidade do artigo, mas no presente caso, não se consegue senão uma exceção ou suspensão provisória e momentânea da Constituição.

Logo após, a Câmara dos deputados, com o apoio do Senado, compareceu diante do jovem Imperador para perguntar-lhe se concordava em assumir o governo, e em 23 de julho de 1840, treze dias depois da discussão que envolveu Jerônimo Coelho, D. Pedro II prestou juramento diante da Assembléia Geral. Estava finda a Regência.

A participação de Jerônimo Coelho nos principais assuntos discutidos na Câmara foi constante em todas as legislaturas em que delas participou, através de um discurso claro, lógico e fluente, demonstrando sempre profundo conhecimento das matérias, principalmente no que dizia respeito a leis e regulamento da Câmara. A violência das palavras apresentadas em *O Catharinense*, de 1831, quando chegou a Santa Catarina, não era a mesma na Corte. De um liberalismo exaltado que parecia ser no início da carreira política, tornou-se um bom exemplo de moderação política.

Apesar de sua destacada posição na Assembléia Geral Legislativa e mesmo como porta-voz do Gabinete ministerial de 1844, Jerônimo Coelho exerceu uma liderança política Liberal no início do II Império de segundo plano; entretanto, como escreveu Tavares de Lyra ao analisar sua atuação como político atuante, *os Liberais perderam com a sua morte um dos mais genuínos expoentes de seu idealismo político*.

Em 2 de março de 1839 ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no qual participou ativamente, na Comissão de Geografia.

A 2 de fevereiro de 1844 tomou posse o quarto Gabinete ministerial de D. Pedro II, Liberal, com Jerônimo Coelho nas pastas da Marinha e do Exército acumulativamente. O Gabinete, que sucedia a dois outros Conservadores, tinha como presidente o ministro do Império, José Carlos Pereira de Almeida Torres, visconde de Macaé. Baiano de nascimento, Torres havia sido deputado geral por Minas Gerais, Bahia e São Paulo, e quando foi nomeado Ministro do Império, já era Senador representante da sua província natal. Como experiências executivas, tinha presidido as províncias de São Paulo (por duas vezes) e esta, de São Pedro do Rio Grande do Sul. Era considerado como verdadeiro organizador do Gabinete de 2 de fevereiro de 1844.

O Ministério da Marinha e o da Guerra inicialmente foi ocupado por Jerônimo Coelho. Na Marinha, Jerônimo foi substituído em 23 de maio de 1844 pelo visconde de Albuquerque, senador Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque. Seu ingresso no Conselho de Ministros certamente deve-se a interferência do Ministro do Império, visconde de Macaé, influente prócer da Maçonaria no Rio de Janeiro, e também pelo fato de Jerônimo ter participado ativamente das Comissões de Orçamentos da Marinha e da Guerra na Assembléia Geral Legislativa.

Se não era o menos experiente na política nacional, Jerônimo Coelho o era diante dos demais ministros daquele Gabinete. Entretanto, desde logo de-

monstrou espírito de liderança diante de seus pares ministeriais, inclusive junto à diretoria do Partido Liberal, naquele período difícil de passagem das Regências para um início de administração do Segundo Império. Apesar do reconhecido tirocínio do visconde de Macaé no Ministério do Império e mesmo do visconde de Caravelas no Ministério da Justiça, coube a Jerônimo Coelho, como único deputado no Gabinete, a grande responsabilidade de concentrar as idéias de todos os ministros e apresentar diante da Assembléia Geral Legislativa as bases da política do Gabinete, em memorável sessão de 17 de maio de 1844.

Nesta data Jerônimo ainda acumulava os ministérios da Guerra e da Marinha.

Em resumo, foi o seguinte o pensamento político do Gabinete, expresso através do pronunciamento do Ministro:

A Câmara tem manifestado o desejo, não digo de conhecer a política do Gabinete, porque eu suponho que a Câmara conhece perfeitamente qual é a política do Gabinete; mas a Câmara tem manifestado a ansiedade de ouvir da boca do próprio Ministro o seu credo político.

Em outro tempo, em que apenas era simples Deputado, nunca dei muita ponderação a programas políticos; sempre entendi que o programa de um Ministro da Coroa que tinha pela primeira vez de comparecer perante as Câmaras não passava de uma mera formalidade, tudo se reduzia à enunciação de certos princípios e a um certo número de promessas sobre as quais se fundavam discussões mais ou menos calorosas nos diferentes lados da Casa, mas que quase nunca produziam um resultado positivo. Hoje, porém, que estou na posição de Ministro da Coroa, vejo-me obrigado a satisfazer a essa exigência, e confesso que, se em circunstâncias ordinárias os programas apenas podem ser considerados como mera formalidade, hoje, mudadas as circunstâncias, talvez assim o sejam, julgando mesmo que na atualidade a exposição da política ministerial é uma rigorosa necessidade.

Senhor Presidente, antes de tudo cumpre saber o que se deve entender pela política de Governo. A política por si só é tão abstrata, que não assinala uma idéia positiva. Eu, não sabendo, não compreendendo o positivo da exigência, tratarei de definir a meu modo o que entendo por política, e procurarei, então, em vista dessa definição, satisfazer como me for possível a exigência da Câmara.

Eu entendo por política de Governo o complexo dos princípios políticos e governamentais pelos quais esse Governo julga conveniente dirigir a administração pública em proveito do País, e no mesmo tempo o modo e oportunidade de aplicar esses princípios aos fatos ocorrentes. Reduz-se, pois, toda a política à aplicação desses princípios aos fatos.

O Ministério, senhores, é de recente data e apenas conta com três meses de existência; o fato mais proeminente e característico do Gabinete atual é a anistia, que foi concedida aos comprometidos nos crimes políticos que tiveram lugar nas províncias de Minas e São Paulo. Portanto, já por este fato praticado pelo ministério, pode ajuizar-se de sua política, que vem principalmente a consistir na anistia, e nos corolários que delas se derivam.

Neste ato o gabinete atual apresenta uma espécie de modificação na política anteriormente seguida, pois ele entendeu que era chegado o tempo de correr o véu do esquecimento sobre os deploráveis acontecimentos que tiveram lugar nas duas mencionadas províncias, e que por este modo se poderia chamar à união, à concórdia, em roda do trono, a todos os brasileiros envolvidos nesses acontecimentos; entendeu mais o gabinete que esse ato já não podia ser nocivo nem prejudicial ao país, porque os que se apresentaram armados haviam sido esmagados pelas armas, e já depois desses acontecimentos tinham decorrido o considerável espaço de dois anos,

Justificou o Ministro o ato de anistia aos revoltosos de São Paulo e Minas Gerais.

Prosseguindo em sua fala, disse o Ministro:

Eu disse que a política do gabinete consistia não só no ato de anistia, como nos corolários que desse ato derivavam. Senhores, se o governo teve em vista lançar um véu de esquecimento nos crimes políticos das duas províncias, claro está que não reconhece mais criminosos, e julga a todos os comprometidos no perfeito gozo de seus direitos; porém, o governo também não entende que esses comprometidos, que tomaram as armas e perturbaram a ordem pública, pelo fato da clemência e magnanimidade da coroa, devam julgar-se reabilitados para tomarem conta da influência e da sociedade brasileira. Não se entenda, pois, que este ato de pura clemência se estenda além da declaração que faço, pois se tem pretendido insinuar que o ministério quer dar não só proteção aos vencidos, como até exercer perseguições contra aqueles que prestaram relevantes serviços a bem da ordem.

Com a nomeação do novo Gabinete, todos os presidentes de província foram substituídos. Foi uma atitude excepcional do Gabinete, pois em poucas ocasiões houve tamanha mudança nos quadros das administrações provinciais. O procedimento recebeu intensa crítica dos deputados gerais e coube também ao Ministro da Guerra justificar no prosseguimento do seu discurso.

Eu já disse que a política se manifesta pelo modo por que um gabinete applicava os princípios aos fatos. Além deste fato mais culminante e caracterís-

tico do gabinete atual, outros fatos existem, não tão importantes, porque não são verdadeiramente políticos, mas que podem esclarecer quais são as vistas do Gabinete. Quero referir-me às nomeações dos empregados que o governo tem feito. O governo, considerando o estado de luta por que o país tinha passado, estado de luta que é sempre estado violento; considerando que o país necessitava sair desta posição desagradável; considerando mesmo que este estado de luta, que tinha dividido o país em dois campos, produzia que por um e outro lado houvessem algumas exagerações, que houvessem alguns agravos, mútuas ofensas, não pelas questões políticas, mas pelas questões e conflitos pessoais, consequência dessas questões políticas; considerando, digo, que era preciso que suas nomeações recaíssem em pessoas que nem tivessem estes agravos, nem injúrias a vingar, procurou escolher para as presidências indivíduos que não tem tomado parte muito pronunciada nas questões políticas.

Finalizando seu pronunciamento, Jerônimo Coelho falou sobre o posicionamento da Câmara Geral de declarada oposição ao Gabinete ministerial.

Hoje ninguém poderá duvidar de que a Câmara dos deputados se acha em um perfeito antagonismo com o governo. Poderá, senhor presidente, marchar o sistema representativo neste estado anômalo e excepcional? De certo que não. Eu estou disposto a sustentar o gabinete atual, mas devo declarar que eu me satisfaria com a condição da minoria, e até me resignaria à unidade se estivesse em oposição, mas não posso compreender um governo em minoria. Senhores, o governo, em minha opinião, tem a confiança da Coroa, tem a confiança do Senado, e a tem igualmente do país; em todas as províncias do Império, um partido grande, um partido verdadeiramente nacional, se levanta para apoiar a política atual, para excluir a política de conquista, de arbítrio, de extermínio, que havia prevalecido até então. Somente a Câmara dos senhores deputados é que não vai de acordo com a política hoje estabelecida. A Coroa condena a política passada; o Senado, o país a condenam. A Câmara dos deputados a apóia, e a Coroa em sua sabedoria decidirá entre a Câmara dos deputados e o governo, o Senado e o país. A Coroa decidirá se acaso deve já abraçar a política que ontem condenou e rejeitar a política que agora adotou. Nesta questão, não me intrometo; devemos esperar tudo da sabedoria da Coroa, finalizou o Ministro da Guerra, Jerônimo Coelho.

E a resposta não tardou em surgir. Sete dias depois, em 24 de maio, a Câmara era fechada por força de Decreto assinado pelo Ministro do Império, José Carlos Pereira de Almeida Torres, e os trabalhos legislativos ficaram

suspensos até 23 de dezembro daquele ano. Era consequência do constante conflito entre o Poder Moderador e a Câmara dos deputados que haveria de durar até o fim do Império, em 1889. Somente este ato de 24 de maio justifica a substituição no Gabinete, de vários ministros, inclusive o afastamento de Jerônimo Coelho do Ministério da Marinha para permanecer somente na pasta da Guerra, o que o impediu de regressar a Santa Catarina e permanecer na Corte.

À testa do Ministério da Marinha, apesar do reduzido tempo em que ali esteve, pouco menos de cinco meses, deixou a sua marca de administrador preocupado pela execução das funções que lhe estavam destinadas e demonstrou que o período foi suficiente para tomar conhecimento dos problemas que se apresentavam. Questões que advinham da extensa costa marítima que expunha perigosamente o território brasileiro às outras nações diante das dificuldades financeiras e tecnológicas da Nação.

O Relatório que apresentou à Câmara dos Deputados demonstrou perfeitamente a preocupação que norteou o Ministro.

O Brasil está destinado a ser uma das primeiras nações marítimas do mundo: a vasta extensão de costas, sua posição geográfica, sua fertilidade, a abundância de produtos naturais e todos os reinos, e a organização física dos seus habitantes, tudo lhe afiança que virá a ser um dia o império do mundo comercial: nos seus vastos e abundantes portos acham os navegadores que demandam os mares da Ásia e o Pacífico, além de seguro abrigo, todos os socorros de que necessitarem. Da nossa parte cumpre-nos saber aproveitar tantas e tão grandes vantagens que com pródiga mão sobre o nosso território espalhou a natureza.

Diante de tão espetacular cenário, entretanto, mais importante se tornava a Marinha brasileira essencial para a proteção e preservação do litoral. Sobre o tema, continuava o Ministro:

Para chegarmos, porém, ao ponto de grandeza a que somos destinados, preciso é que nos apercebamos das nossas necessidades para prover a elas como mais nos convier. Entre todos os elementos que devem concorrer para que o nascente Império Brasileiro possa ombrear com as mais adiantadas Nações marítimas, tem o primeiro lugar a Força Naval; é dela que devemos esperar ser respeitados de todas as Nações; é dela que em grande parte devemos esperar a integridade e paz do Império, e é ainda dela que nos provirá a prosperidade de todos os ramos da nossa acanhada indústria...

A formação dos oficiais da Marinha era outra preocupação do Ministro.

Com tamanha extensão litorânea, a tradição militar, ao longo dos tempos, tinha se voltado exclusivamente para os exercícios navais praticamente que unicamente praianos, com pouca experiência de alto mar. Na opinião do Ministro,

(...) não basta para o aperfeiçoamento do homem do mar fazê-lo só navegar sobre o nosso litoral, bem que extenso. É forçoso que os oficiais da Marinha Brasileira conheçam por experiência a navegação de longo curso, que aprendam nas viagens do alto mar a tirarem-se dos embaraços em que por ventura se possam achar quando for mister defender longe das plagas brasileiras a honra nacional, e fazer respeitar em todos os mares o Pavilhão Imperial.

Ainda apesar da grande extensão de costa marítima, a Marinha Brasileira era pouco armada tanto de navios, quanto de profissionais experientes. Possuía somente sessenta embarcações armadas, sete de transporte e dez navios desarmados. Uma diminuta tripulação fazia funcionar as embarcações: somente 3.070 homens. No total dos quase três mil navios armados, havia tão somente 350 bocas de fogo para proteger toda a costa nacional de invasões.

Duas preocupações o Ministro não deixou de registrar no Relatório de sua rápida administração: o uso de madeira brasileira para a construção de navios militares e o conseqüente aumento de derrubada de árvores, e o transporte de escravos africanos, *vergonhoso e ilícito*, para a costa do Brasil. Para o primeiro dos problemas, Jerônimo resolveu que todos os novos navios fossem construídos de madeira comprada no exterior, para impedir, minimamente, a destruição das florestas litorâneas. Quanto ao transporte de escravos, que não lhe cabia resolver diretamente, como Ministro, pelo menos deixava gravado num documento oficial uma revolta que o acompanhava desde a província de Santa Catarina, em 1831, quando lançou o primeiro jornal *O Catharinense* e combateu a escravidão negra em território brasileiro.

No Ministério da Guerra, entretanto, a demora foi maior, pois sua estabilidade naquele órgão se prolongou até 26 de maio de 1845.

Ao tomar posse em 2 de fevereiro de 1844 já encontrou essa província de São Pedro do Rio Grande do Sul em guerra de irmãos contra irmãos na chamada *Revolução Farroupilha*. A situação política na província desde há muito se encontrava problemática antes mesmo da implantação das Regências.

Após a nomeação de várias presidentes para São Pedro do Rio Grande do Sul, e a morte de centenas de militares e revolucionários, foi nomeado para administrar a província o conde de Caxias, Luiz Alves de Lima e Silva, depois duque, que, em setembro de 1845, assinou o conhecido *Tratado de Poncho Verde*, entre os revoltosos e o governo Imperial, pondo fim, definitivamente à guerra.

O *Tratado de Poncho Verde* foi precedido por longos entendimentos entre o Ministro da Guerra, Jerônimo Coelho, e os líderes revolucionários gaúchos, entre os quais Manoel Marques de Sousa, futuro conde de Porto Alegre.

Caxias e Jerônimo Coelho eram amigos íntimos desde a juventude, quando estudaram na Escola Militar, e o primeiro fora nomeado presidente por interferência do Ministro que mandou, de seu próprio punho, em 18 de dezembro de 1844, as “*Instruções Reservadas*” para a montagem do documento final. Os originais de tão importante documento, pouco conhecido, foram descobertos nos arquivos do Museu Imperial, de Petrópolis, pelo historiador Flávio Camargo e divulgada pelo coronel Manoel Soriano Neto, tetraneto de Jerônimo Coelho.

Nem por isto o Ministro deixou de reconhecer o valor de Caxias nos entendimentos havidos entre o governo e os revolucionários gaúchos, como deixou registrado num de seus Relatórios:

Livre do flagelo da guerra civil, e pacificada, como se acha, a província de São Pedro do Rio Grande do Sul, graças à Divina Providência, aos constantes esforços e reconhecida perícia do ilustre general conde de Caxias, ao valor e disciplina do Exército, e à magnanimidade e clemência de Sua Majestade o Imperador, empenha-se o governo em que todo o país sinta os benéficos resultados de tão faustoso acontecimento, já procurando manter a paz interna de que hoje ele goza, e que espera seja perdurável, confiado no espírito de ordem que em geral domina a Nação.

Os compromissos e as preocupações administrativas do Ministro Coelho não foram pequenos em seu primeiro período no Ministério da Guerra. Em 1º de março de 1845 entregou o Estatuto definitivo da Escola Militar, fazendo terminar uma série de reformas em consequência da confusão de doutrinas que imperava na formação dos oficiais brasileiros até então. Restaurou o Hospital Real Militar da Corte e fundou o Observatório Astronômico do Castelo criado em 1730 e sem interesse de quem o montasse. O Observatório Nacional, criado, pouco progrediu até 1847, quando Jerônimo Coelho, como Ministro da Guerra, reorganizou-o e passou a ser denominado de Imperial Observatório do Rio de Janeiro.

Em 8 de maio de 1848 Jerônimo assumiu a presidência e o Comando das Armas da província do Grão-Pará, nomeado que fora por Carta Imperial de 1º de março do mesmo ano.

A grande província do Norte, estava com os cofres totalmente esgotados o que exigiu que o novo presidente, logo ao assumir, convocasse a Assembléia Legislativa provincial em 2 de junho, um mês após a posse, para autorizá-lo a mexer nas formas de obter recursos:

Para resolver o problema de déficit, foi criada uma Caixa Especial de Obras Públicas, cuja renda serviria para financiar as obras públicas necessárias ao desenvolvimento da província.

Justificando a necessidade de obras, Jerônimo registrou:

A capital desta grande província deve preparar-se para vir a ser um dia em opulência e grandeza a primeira cidade do norte, como já o é geograficamente, mas para vir a ser opulenta e grande não basta só a riqueza natural: a natureza produz, mas não edifica; esta tarefa compete às artes e ao engenho humano, e uma grande cidade se reconhece à primeira vista pelos monumentos, pelas suas obras, pela sua arquitetura e pelas suas construções públicas ou particulares. A este respeito, muito pouco ou quase nada possuímos.

Finalmente, Jerônimo Coelho estendeu suas preocupações para toda a província:

Se este é o estado de penúria de obras públicas na capital, ajuizai, senhores, o que não será pelos diferentes municípios e freguesias. Por aí apenas se encontra uma ou outra insignificante Casa da Câmara, poucas e más cadeias; em muitas freguesias faltam igrejas matrizes, em outras estão as igrejas principiadas, mas suspensos os trabalhos por falta de meios pecuniários; algumas acham-se ameaçando ruína ou completamente abatidas.

Resumidamente suas principais obras foram o estabelecimento de um Regulamento sobre o funcionamento dos estabelecimentos educacionais; a criação de uma comissão estatística em cada freguesia da província para proceder anualmente ao arrolamento da população dos respectivos distritos; criação uma inspetoria de obras públicas; instrução sobre o engajamento de voluntários para o serviço do exercito; anexação da recebedoria provincial ao tesouro público; regulamentação sobre a administração do patrimônio da Igreja; reforma do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Belém; instruções sobre o corte de madeira; fixação dos padrões de pesos e medidas; criação das colônias militares; maior controle do movimento e registro dos portos de Belém e criação de guardas campestres, etc. etc. Toda esta administração o fez combatendo as epidemias da bexiga e da febre amarela, que assolava a província.

Domingos Soares Ferreira Pena, no *Almanaque administrativo, mercantil e noticioso da província do Pará*, publicado em 1871, assim se referiu ao comendador:

Em verdade o Pará foi feliz com a administração do conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, e viu, com vivo e saudoso estremecimento, deixar este benemérito cidadão a presidência da província em fins de julho de 1850, partindo para a corte. Dotado de grande virtudes cívicas, era modesto em suas aspirações e de um trato ameno e sem aparato, ainda mesmo quando no exercício de elevados cargos. O nome do conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, no Império, recorda um grande cidadão como aqueles que a história aponta em sua páginas de ouro, no Pará, significa ele o administrador modelo em justiça, patriotismo e virtudes domésticas ou sociais.

De qualquer maneira a grande província do Grão-Pará encontrava-se esquecida pelo distante governo central, qualquer que fossem as ações governamentais para o seu desenvolvimento. As dimensões das florestas e dos rios ajudavam no distanciamento da Coroa. A situação envolveu Jerônimo Coelho numa questão internacional com a França, que resultou na demonstração de firmeza administrativa do presidente da província do Grão-Pará.

Certos os franceses de que as fronteiras do Brasil ao Norte deixavam de ser vigiadas, tentaram, pela segunda vez, se apossar da região do Amapá. A primeira vez fora em 1808, quando houve a conquista da cidade de Caiena. Agora, era uma questão de eminente invasão do território brasileiro que cabe ao próprio presidente da província do Grão-Pará, relatar:

Em janeiro do corrente ano (1850), recebeu a presidência, comunicações oficiais das autoridades de Macapá, noticiando que na costa fronteira à embocadura do lago Amapá, no canal que há entre a mesma costa e a Ilha de Maracá, se achavam estacionados dois brigues e um vapor de guerra franceses, por ordem do governador de Caiena. Por mútuo acordo entre os governos do Brasil e da França, constantes do despacho oficial de Mr. Guisot de 5 de julho de 1841, dirigido ao seu Ministro residente na Corte do Rio de Janeiro, Mr. Barão de Rouen, e em resultado das reclamações diplomáticas havidas por ocasião da ocupação francesa de Amapá, nos anos de 1836 a 1840, foi estabelecido que o território litigioso sobre a margem meridional do rio Oiapoque, seria conservado no status quo de inocupação, até que os mesmos governos entre si definitivamente combinassem sobre a verdadeira inteligência do artigo 1713, que fixou os limites das Guianas brasileira e francesa. Posto que a posição dos navios franceses, apenas estacionados extra litirem, não pudesse ser capitulada como ocupação formal, todavia não devendo considerar-se a adoção de um fato desta gravidade sem motivos poderosos que o justifiquem, e mesmo podendo dele presumir-se ulteriores consequências em contravenção ao acordo estipulado sobre a inocupação, resolvi, depois de

certificar-me da realidade do fato, expedir o brigue de guerra Niterói, com ofícios a Mr.Pariset, governador da Caiena, fazendo-lhe recordar o que se achava solenemente pactuado entre os dois governos, e para que, em consequência, fizesse retirar a força naval estacionada no lugar indicado, cuja permanência não poderia deixar de trazer conflitos que alterassem a boa harmonia, e amigáveis relações que felizmente subsistiam entre as duas nações.

Chegara o brigue Niterói a Caiena no dia 10 de março do corrente ano, quando nesse mesmo dia amanheceu fundeado no porto desta capital o vapor de guerra francês Crocodilo, trazendo-me um ofício do mesmo governador, no qual comunicava-me que a força estacionada na costa em frente ao Amapá é de simples observação, não importava precensão alguma de alterar o acordo subsistente, mas que julgara de seu dever adotar essa medida meramente preventiva à vista dos rumores que corriam em Caiena de que o governo do Pará se preparava para a ocupação do território do Amapá, citando ao mesmo tempo vários fatos também ali noticiados, que o faziam acreditar nesses rumores, e que lhe causavam sérias preocupações a ponto que o resolveram a medida que tomou. Com a minha resposta e com a mais correspondência que se seguiu, em que de parte a parte demos francas e leais explicações, ficaram desfeitas todas as apreensões relativas a este incidente do Amapá. A força naval francesa já não se acha ali estacionada e pelas últimas notícias naquele lugar da costa somente havia uma pequena galeota. Segundo o último ofício do governador de Caiena, que me foi trazido pelo brigue de guerra francês Eglantine, aqui chegado a 27 de maio do corrente ano, e com a resposta que dei, ficou terminada a questão de fato, e tudo atualmente se acha reduzido a antiga questão de direito sobre a inteligência dos Tratados, cuja solução os dois governos tem para si diretamente reservado.

Terminando o relato da questão internacional, o presidente Jerônimo Coelho ainda deixou registrado:

Junto vai anexo toda a correspondência oficial a que deu lugar esta ocorrência por ocasião da qual, incidentalmente, tive de discutir e por em claro toda a questão sobre os limites das duas Goianas, remontando-me desde a origem, às antigas eras em que a mesma questão foi suscitada, o que poderá servir de útil esclarecimento se acaso para o futuro sobreviver alguma nova emergência. É-me sumamente grato fazer menção das expressões de benevolência, franqueza e nobre cavalheirismo que de parte de Mr. Pariset, governador de Caiena, respiraram em toda a sua correspondência e que vivamente me penhoraram, e às quais tive satisfação de retribuir com toda a

sinceridade, cortesia e urbanidade que lhe eram devidas. Procedemos como delegados de duas nações amigas, que procuraram realmente entender-se, e assim felizmente o conseguimos.

Ao final de seu relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, datado de 1º de outubro de 1848, da cidade de Santa Maria de Belém, o presidente deixou registrado:

Em tudo o que vos tenho dito e proposto, segui os impulsos de minha consciência, e tendo unicamente em vista o bem da província, procurei lealmente cumprir o meu dever, cerrando os olhos a considerações particulares e individuais. Emitindo as minhas opiniões, cabe ao vosso zelo patriótico, sabedoria e esclarecida inteligência ou corrigi-las ou aperfeiçoá-las ou deixar de as adotar, certo como estou de que o vosso reto juízo será o mais seguro, pois melhor que eu conheceis a vossa província e as suas necessidades. Pouco foi o tempo que me deixou livre o expediente diário para poder organizar um trabalho completo e dar a todos os respeitos mais amplos desenvolvimentos.

Ao concluir este relatório, cumpre-me lembrar-vos que as vistas de vossos comprovincianos convergem hoje todas sobre vós. Os paraenses esperam dos seus escolhidos que eles se compenetrem da elevada missão que lhes foi confiada. A vós incumbe, senhores, a grandiosa tarefa de dar impulso ao melhoramento industrial, material e moral desta grande, rica e vasta província.

No posto de honra em que me colocou a confiança do governo Imperial, procurei, como seu delegado, satisfazer as vistas paternas e benéficas do Augusto Monarca Brasileiro, que só deseja a seus súditos paz e felicidade. A lei e o sentimento do meu dever serão a guia e a norma de todos os meus atos. Feliz me julgarei se algum dia, longe de vós, e retirado da vida pública, consultando a minha consciência, eu poder dizer comigo: Governei em paz a província do Pará e fiz-lhe o bem que pude.

E quanto é grato cumprir um tal dever! Por mim o sinto que também tenho uma terra natal, e apesar que dela me separam tantas centenas de léguas, fazendo votos constantes pela sua felicidade, o meu pensamento atravessa o espaço, o meu coração está lá, e Deus me é testemunha das vezes que pensando no Desterro lhe desejo em Céu tão sereno e tão puro como o Céu sem nuvens da pacífica Belém.

Em 1849 o presidente Jerônimo Coelho recebeu ordem imperial para estabelecer um presídio militar com o objetivo de auxiliar a navegação e as comunicações comerciais com Goiás, às margens do rio Tocantins, na divisa das províncias do Grão-Pará com aquela província. Entretanto, Jerônimo resolveu

estender a tarefa e fazer fundar uma colônia militar e uma missão religiosa com o objetivo de povoamento da região da floresta.

Após uma primeira tentativa militar frustrada envolvendo noventa e duas pessoas, três anos depois o frei carmelita Manoel Procópio chegou ao local numa expedição denominada *5ª Missão do Alto Tocantins*, e fundou, depois de sucessivos ataques de índios, a Colônia Militar de Santa Tereza do Tocantins, que anos após teve seu nome mudado para Imperatriz.

A mesma povoação (Santa Tereza do Tocantins), uma vez fundada, servirá também como de estação e ponto de partida para se empreender com menos trabalho as convenientes explorações e obras de melhoramentos precisos na destruição dos obstáculos naturais, justificou aquele presidente.

A administração de Jerônimo Coelho na província do Grão-Pará durou precisamente vinte e cinco meses, isto é, de 8 de maio de 1848 a 1º de junho de 1850, quando o entregou ao bacharel Ângelo Custódio Correa, vice-presidente da província.

Durante o período Imperial, competia às Assembléias Legislativas provinciais, a cada dois anos, independentemente dos períodos administrativos dos presidentes de província, a escolha de seis nomes para servirem de vice-presidentes depois de aprovados pelo Conselho de Ministros que os indicaria ao Imperador para as nomeações, em ordem de preferência. Aos vice-presidentes cabia substituir os presidentes em todos os casos, como os de afastamento temporário por motivo de saúde, viagens em geral, como por exemplo, o caso de os presidentes terem que se afastar para a Corte para assumirem uma cadeira da Câmara Geral Legislativa, o que era possível e perfeitamente legal, pois cada legislatura durava poucos meses, e, finalmente, para servirem de ponte, recebendo o governo de um titular para entregá-lo a outro, caso a demora da chegada do novo presidente fosse muito longa.

Poucos presidentes de província, ao longo do período Imperial, exerceram suas administrações por tão longo período quanto Jerônimo Coelho, pois a média nacional não passou dos dezessete meses. Mesmo no Grão-Pará, a média de permanência dos presidentes não se estendeu um ano e dois meses.

No discurso em que entregou a administração da província a Ângelo Custódio Corrêa, Jerônimo Coelho confessou:

Não partilhei com ninguém o exercício da minha autoridade; governei só; acertei e errei só. Nunca admiti confidências auriculares sobre objetos de negócios públicos, e nenhum ato de minha administração foi por alguém anunciado de véspera na praça pública.

Também nunca dei ouvidos a insignificantes intrigas de localidades, de ordinário acobertadas com zelo de serviço, mas na realidade nascidas de indisposições e motivos puramente pessoais, à respeito das autoridades e funcionários públicos meus subordinados; somente procedi a vista de documentos e fatos provados. Não quis julgar a vida passada de cada um e somente formei o meu juízo e procedi pela sua conduta presente. Deste modo, esforçando-me por imprimir em todos os meus atos um certo cunho de imparcialidade e justiça, consegui nulificar a oposição de partidos e ter uma presidência tranqüila. E faço sinceros votos à divina providência para que continue o atual estado e tranqüilidade, para preservar os paraenses da calamidade das dissensões civis.

Após entregar a presidência da província, já a bordo do vapor *Baiana* que o levou de retorno ao Rio de Janeiro, Jerônimo Coelho escreveu um soneto em homenagem aos paraenses e à província que lhe tão bem lhe impressionou e acolheu durante dois anos. Henrique Boiteux encontrou-o e transcreveu os versos:

Domingos Soares Ferreira Pena, doze anos após sua saída, escreveu:

Ao zelo e perícia do conselheiro Jerônimo Coelho, deve esta província ter entrado na senda do progresso em que caminha ha muitos anos. Foi este benemérito presidente que, pela sua rigorosa e vigilante economia, levantou os cofres provinciais do penoso estado financeiro em que existiam. Em verdade, o Pará foi feliz com a administração do conselheiro Jerônimo Coelho e viu, com vivo e saudoso estremecimento, deixar este benemérito cidadão a presidência da província em fins de julho de 1850, partindo para a Corte. Dotado de grandes virtudes cívicas, era modesto em suas aspirações e de um trato ameno e sem aparato, ainda mesmo quando no exercício de elevados cargos.

Logo após ter deixado a presidência da província do Grão-Pará, em 1º de agosto de 1850, por Decreto Imperial número 582, de 5 de setembro, foi criada a província do Amazonas, desanexando-a do Pará.

Em 1857, já quase no fim da vida e vitimado pela febre amarela que adquirira por ocasião de sete meses de trabalho intenso no sertão de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, três anos antes, chefiando uma Comissão de Engenheiros para demarcar as 25 léguas de terra do dote da filha de D. Pedro I, D. Francisca de Bragança, princesa de Joinville, Jerônimo foi novamente conduzido ao Ministério da Guerra, no Gabinete de 4 de maio.

O Gabinete tinha o marquês de Olinda, Pedro de Araújo Lima, como presidente do Conselho. Aquele senador pernambucano era homem de vasta experiência política com atuação efetiva desde antes da Independência quando foi deputado às Cortes de Lisboa, e depois como deputado Constituinte no Bra-

sil e também deputado geral por diversas vezes. No Executivo, tinha sido Regente do Império em 1837, Ministro no Iº Império, na Regência e no II Império, tendo já presidido o Gabinete em outras ocasiões. Foi um dos chefes do Partido Conservador até quando presidiu o Ministério de 1848 que deixou ressentido e magoado com seus antigos companheiros. Sua política no Gabinete de 1857 foi de concórdia e moderação. Todos os demais componentes do Ministério eram de extraordinária experiência política e administrativa.

No Ministério da Guerra pela segunda vez, Jerônimo tratou de organizar as forças armadas da Nação visto a realidade diante do inevitável choque com a República do Paraguai.

O escritor S. A. Sisson, que desenvolveu admiravelmente a biografia de Jerônimo Coelho enquanto o Conselheiro ainda estava enfermo, e autor do único retrato daquele eminente político, assim descreve sua atuação no Ministério da Guerra, no Gabinete de 4 de maio de 1857:

Conquanto alquebrado de forças e já investido pela enfermidade que depois o veio prostrar, ainda era o mesmo administrador inteligente e incansável. A previsão de uma guerra iminente, que estava a rebentar a cada momento com a República do Paraguai, a árdua tarefa de providenciar não só sobre os preparativos e armamentos de guerra, provimentos dos arsenais, mandando fazer avultadas compras na Europa, como também sobre o movimento e marcha das tropas, parte das quais tinha de atravessar centenas (sic) de léguas por caminhos inóspitos e em grande parte desertos; teve de fazer organizar um corpo de exército no Rio Grande do Sul, e de fazer remessa para a fronteira do baixo Paraguai, na província do Mato Grosso, à custa de grandes sacrifícios, de um imenso e pesado material de guerra, remetendo para ali engenheiros hábeis, e oficiais experimentados das diferentes armas, grande número de artistas, operários dos principais ofícios, fazendo seguir repetidos contingentes de tropas, e tendo forças já preparadas e prontas a marchar à primeira voz nas províncias de Goiás, São Paulo e Paraná.

Estas necessárias providências, entretanto, não o afastaram de chamar a atenção aos demais membros do Gabinete e principalmente do Congresso, do qual também fazia parte, da verdadeira situação inferior do Exército brasileiro, frente aos demais países. A mesma preocupação registrada quando estava à frente do Ministério da Marinha e sua inferioridade diante da extensa costa que tinha que proteger, Jerônimo expressou em relação ao Exército brasileiro perante a iminência de uma guerra contra o Paraguai. O Brasil tinha que possuir um Exército à altura de suas necessidades nacionais.

Se não fora tão penoso o ônus do serviço militar, se tantas não fossem as dificuldades para se completar uma força, que fosse decretada em número superior, de certo que um exercito de 16.000 praças não só é insignificante para todas as necessidades reais do serviço público, mas até não corresponde à posição e categoria que já hoje ocupa o vasto e florescente Império do Brasil na escala hierárquica das nações. A força atual do Exercito do Brasil regula, pela das nações da Europa, de ordem a mais secundária, registrou o Ministro em seu Relatório do ano de 1857.

Lembrar-vos-ei, que comparando aquele número de força com o da população do Império, computada em oito milhões de habitantes, o país contribui com um imposto de guerra na proporção de 1 por 500 indivíduos. A proporção ordinária nos países, que tem um Exercito regularmente organizado é, no pé da paz, de 1 por 100; nesta proporção, se o Brasil tivesse de imitá-los, e seu exército, em circunstâncias ordinárias, deverá ser de 80.000 homens. A nossa contribuição militar é, portanto, a 5ª parte do que seria segundo as regras estabelecidas, cumprindo, todavia, reconhecer que aquelas regras não podem, em todo o rigor, ter entre nós perfeita aplicação, pelas nossas circunstâncias peculiares, já de localidade e posição, já em relação aos Estados com quem estamos em immediato contato, concluiu o Ministro, fazendo clara referência a iminente guerra contra o Paraguai.

Na Escola Militar, reformou seu Regulamento, dividindo seus cursos e proporcionando o ingresso às classes menos prevalecidas, e criando uma escola de engenharia civil separada da engenharia militar. Até então, o Brasil não conhecia um curso específico de engenharia que não fosse o militar, exigindo que todos aqueles que o aspirassem, mesmo sem querer ingressar na carreira militar, tivessem obrigatoriamente que se submeter à vida da caserna. Ao criar o curso civil, o Ministro justificou:

A distinção da engenharia civil da de engenharia militar em cursos diversos desfez o grave inconveniente, que resulta da acumulação destas duas espécies em um só indivíduo, que de ordinário era militar, e que por este modo ficava sendo um engenheiro enciclopédico, mal podendo habilitar-se com perfeição nas doutrinas, aliás, vastas, difíceis e variadas, destes ramos da ciência do engenheiro, tão distintos e de tão diversa aplicação.

A criação de um curso preparatório na Escola Central franqueou as portas acadêmicas a todas as classes, e especialmente às classes pobres, e mais que tudo aos provincianos. A exigência dos preparatórios estudados externamente arriscava a que um pai, para preparar o filho, recorresse nas

províncias ou a maus colégios, ou a curiosos, e depois de despesas, sacrificios e perda de tempo, corria o riso de o ver reprovado na corte, e assim perdidos os seus esforços, e frustradas suas esperanças. Hoje não há mais que mandar o aluno imediatamente para a Escola Central, que o recebe e prepara gratuitamente, havendo também a vantagem, se ele for paisano, de que assim preparando-lhe, é livre, com os conhecimentos adquiridos, procurar a carreira que mais lhe convier, e por este modo a medida torna-se extensiva a todas as classes, ainda mesmo às que se não destinam à vida militar.

Criava-se, assim, no Brasil, o primeiro curso de Engenharia Civil.

Sua saúde, entretanto, agravava-se cada vez mais, fazendo com que se afastasse da Câmara Geral em 1858 e passasse, interinamente, a pasta da Guerra ao se colega da Marinha, José Antônio Saraiva, em 10 de julho daquele ano. Não melhorando, deixou definitivamente o Ministério em 11 de dezembro, e com isso deu lugar à retirada de todo o Gabinete.

Chegando à Corte, foi-lhe conferida a comenda da Imperial Ordem da Rosa. A seguir, Jerônimo Coelho recebeu várias incumbências militares nas quais permaneceu porco tempo em cada uma delas. Desta maneira, por decreto de 18 de julho de 1851, foi nomeado diretor da Real Fábrica da Pólvora da Estrela, na serra do Rio de Janeiro. Em 1854, através de decreto datado de 15 de abril recebeu a promoção a coronel, por merecimento.

Na Fábrica de Pólvora permaneceu até junho de 1854, quando se afastou temporariamente das funções para tratamento de saúde. Em 18 de setembro do ano seguinte, após ser promovido a brigadeiro, e ser-lhe concedido o distinguido título de Guarda-Roupa de S. M. o Imperador, foi para ser nomeado diretor do Arsenal de Guerra da Corte e em setembro de 1856, o de diretor da Escola Militar de Aplicação do Exército onde também ficou por pouco tempo.

Praticamente cinco anos depois de deixar a província do Grão-Pará, por Carta Imperial de 20 de fevereiro de 1856 Jerônimo Coelho foi nomeado presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, e em 13 de março, um Decreto o nomeava Comandante das Armas da mesma província. Sua nomeação para a presidência o faria substituir Manuel Vieira Tosta, barão e depois marquês de Muritiba.

Tosta era um político baiano experiente que já havia sido deputado geral por três legislaturas pelo Partido Conservador. Tinha presidido as províncias de Sergipe e Pernambuco e, como Jerônimo, tinha também acumulado os ministérios da Marinha e da Guerra no 10º Gabinete do II Império. No Rio Grande do Sul estava como presidente desde setembro de 1855, isto é, há somente cinco meses, período em que muito pouco pode fazer, pois a província, recém cessada

a Guerra dos Farrapos, ainda estava invadida pela cólera-morbo que dizimou milhares de gaúchos. A chegada de Jerônimo Coelho a Porto Alegre, em 28 de abril, foi acolhida pela simpatia de todos as classes políticas, tanto os ex-rebel-des, quanto os monarquistas, pois todos reconheciam sua atuação no Ministério da Guerra para pacificar a guerra entre os irmãos gaúchos.

Jerônimo tinha noção perfeita de que seu nome era conhecido na província e que sua administração tinha que corresponder às expectativas que o antecederam. Em consequência, com a experiência administrativa que adquiriu no governar o Grão-Pará, seguiu os mesmos princípios de justiça e imparcialidade até 16 de outubro de 1857, quando deixou o governo. Foram sete meses de governo, número inferior ao exercido no Pará, no entanto suficientes para implantar um ritmo de obras públicas em quase todos os setores necessitados.

Apesar de terem passado doze anos após a pacificação em 1844 e ter encontrado uma estado de paz e calma, ainda existiam pequenos grupos antagônicos entre si, situação que se estendeu por longo tempo durante o Império, principalmente incentivados, na época, pela rivalidade das eleições de 7 de setembro, para juizes de paz e vereadores em toda a província, e de 3 de dezembro, para deputados gerais.

É com a íntima satisfação que tenho reconhecido que por tal modo se acham enraizados no espírito público os sentimentos de adesão ao sistema monárquico constitucional que felizmente nos rege, de amor à ordem e de obediência à Lei e às autoridades constituídas, que nenhum receio há, nem o mais leve sintoma se divisa de que por motivo algum possa ser internamente transformada a ordem pública. Os homens sensatos pela reflexão, e todos em geral instintivamente, tem conscienciosa e profunda convicção de que a paz e a felicidade e que pelo contrário a desordem é a calamidade geral. Essa convicção, tanto pela reflexão, como pelo instinto, se acha formada nesta província sobre amargas e duras provas de dez anos dolorosamente memoráveis de atribulações, desgraças e sofrimentos, embora enobrecidas com rasgos de valor, dignidade e heroísmo, praticados pelos valentes filhos do solo Rio Grandense, deixou registrado em seu Relatório apresentado à Assembléa Legislativa provincial em dezembro de 1856.

Mas, o presidente distinguiu perfeitamente os grupos antagônicos existentes na província.

Nem por isso deixa a província de se achar dividida em algumas parcialidades, mas, felizmente, não havendo entre elas ódios profundos que as extremem, nem princípios políticos que as distingam, não existindo prepon-

derância pronunciada de uma sobre outras, sendo todas, indistintamente contempladas na gerência dos negócios públicos ou políticos com a cota de influência legítima e legal que cabe a cada um dos seus membros, conforme as posições que ocupam na sociedade e, finalmente, o antagonismo que as divide, tendo apenas origem ou em divergências puramente pessoais, ou em rixas locais, pleiteando-se a influência preponderante que cada uma julga ter de exercer em cada localidade. Resulta daí que todas elas dão de si suficiente garantia em relação à ordem pública.

Contudo, Jerônimo Coelho teve sabedoria suficiente para não deixar disseminar as desavenças provocadas por dez anos de luta.

Coerente com os meus princípios, e fiel aos meus antecedentes, não só me conservei em perfeita abstenção e reserva durante o pleito, mais em obediência às terminantes recomendações do Governo Imperial para fazer manter o voto livre do povo e não consentir que se sofismasse a nova e importante Lei de Eleições por círculos, que ia passar praticamente pela sua primeira prova. Empreguei todas as medidas legais que cabiam nas minhas atribuições, e dei as mais positivas ordens e instruções às autoridades políticas e militares para que nenhum ato se praticassem ou tolerassem, que pudesse nem levemente coagir e impor aos votantes, registrou ainda em seu Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial.

Quanto às eleições em geral e em particular àquelas realizadas no ano de 1856, o presidente da província assinalou com extrema sabedoria política, numa época em que a prática e a teoria democráticas eram pouco conhecidas mesmo entre os políticos:

Felizmente nestas lutas momentâneas não há vencedores nem vencidos, devendo-se considerar o voto das urnas como o proclama de quem, entre os candidatos, todos dignos, são os eleitos aqueles que, na ocasião, tiveram a fortuna de conquistar ou reunir maior número de votos de afeição popular e de confiança pública. Em eleições, é da índole do sistema que cada qual se resigne à sorte que lhe cabe, tanto mais que, quando um pleito de qualquer natureza é sustentado a descoberto com lealdade e nobreza, seja qual for o resultado, a vitória honra ao vencedor e a derrota não desaira o vencido.

Tão profundo e moderno pensamento mostra a verdadeira índole democrática de um experimentado político e administrador, ao mesmo tempo em que permeava a estrutura política do II Império brasileiro. O pensamento político de

Jerônimo Coelho refletia também o pensamento democrático da maioria dos políticos Liberais dos inícios do Império.

A inquietação administrativa do presidente do Rio Grande estendeu-se a todas as áreas. Conhecedor das necessidades da província em consequência do desenvolvimento das vilas no seu interior, criou os municípios de Cangussú e Passo Fundo (28/01/1857), Santana do Livramento (10/02/1857) e Santo Ângelo.

Preocupado em ligar a capital daquela província do extremo meridional do Brasil com as demais co-irmãs por terra, planejou e deu início a uma importante estrada litorânea ligando as cidades de Porto Alegre com Laguna, sua terra natal na província de Santa Catarina. Na verdade, uma ligação já existia, mas passando pela vila de Rio Grande, na foz da Lagoa dos Patos. Jerônimo Coelho queria encurtá-la por um traçado mais ao norte, passando por Torres e, principalmente, distribuir ao longo do percurso vários postos militarizados e capazes de oferecerem pousadas e alimentação aos viajantes. Para isto, entrou em contato com o presidente de Santa Catarina, Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, pois grande parte das obras seria nesta província. Estava previsto uma estrada de 60 léguas de extensão, com seis postos no percurso da capital do Rio Grande do Sul a Torres, no litoral, e sete léguas daí até Laguna. Este caminho serviria para, em pouco tempo, servir de base para a construção de uma estrada de ferro.

O progresso quer perseverança e tempo, mas a vida dos povos não é para um dia, e sim para séculos, além de que corre o dever a cada geração, sem descuidar-se das conveniências e vantagens de sua atualidade, de cuidar e preparar os elementos do bem para a geração futura, escreveu numa demonstração clara de noção de progresso e desenvolvimento.

Apesar do pouco tempo em que esteve à testa da administração provincial, Jerônimo Coelho encontrou tempo e oportunidade para nomear uma Comissão para estudar e percorrer a nova rota e elaborar um relatório favorável. Esta e muitas outras estradas provinciais também foram foco de preocupação do presidente da província que, entretanto, não foram completadas umas nem iniciadas outras por absoluta falta de tempo. O grande problema das administrações provinciais durante o Império, oriundo da inexistência de um mandato previamente fixado, foi a falta absoluta de planejamento a longo prazo, capaz de ultrapassar o período administrativo do presidente. Desconhecendo por quanto tempo cada um dos presidentes permaneceria à testa da administração, em geral diminutos, cabia a cada um deles o início da mesma obra, e acordo com os interesses do grupo político que o apoiava na província. A quantidade de obras públicas inacabadas nas capitais das províncias era enorme, permanecendo anos

a fio sem que qualquer administrador ousasse terminá-la, principalmente pelo fato de que as províncias não possuíam recursos próprios e adequados para obras públicas. Dependiam do governo central e de lei específica aprovada pelas Assembléias provinciais que tinham um período de somente três meses de funcionamento em cada ano legislativo.

Considerável é o número de obras públicas provinciais e municipais, umas em andamento, outras projetadas, outras principiadas e não continuadas, algumas apenas suspensas, outras a muito paradas e, finalmente, algumas ou imperfeitas ou de todo inutilizadas, confirmou o presidente, a respeito do problema que dificultava a administração pública.

Mas, continuou o presidente:

Todas estas necessidades se reconhecem; todos, e de toda as partes reclamam e todos lamentam ou queixam-se que não se tenha de tudo, e em geral cada qual julga de preferência mais urgentes as obras de suas respectivas localidades, e que mais convêm a seus cômodos e interesses. Mas o fato é que não se pode ter tudo de uma vez, e nem haveriam recursos ainda os mais poderosos, que bastassem para contentar todos os desejos, para satisfazer a todas as necessidades, além de que e mais que tudo, é preciso meter em conta, com os mais recursos, um elemento indispensável – o tempo. É talvez por esse nímio desejo de querer a tudo acudir de uma vez, que se tem autorizado esse número ilimitado de obras de toda a espécie, e nas quais avultam somas retalhadas em pequenas parcelas, fazem que tais obras ou não apareçam, ou progridam imperfeitas e defeituosas, ou parem e se estraguem, ou mesmo se inutilizem. Entretanto, que se fosse bem escolhido e determinado o número e qualidade das obras reconhecidamente mais urgentes, sendo somente essas as preferidas e concentrando-se nelas os quantiosos recursos de que a província dispõe, poderíamos satisfazer com vantagens as principais necessidades, e assim iríamos conseguindo obras perfeitas, duradouras e mesmo monumentais, e depois em ordem sucessiva, e com o correr do tempo a cada obra iria chegando a sua vez.

Ainda a respeito de obras públicas, preocupação que o seguia apesar das dificuldades, desde o Grão-Pará, muitos edifícios públicos de Porto Alegre estavam por serem concluídos, como o Teatro, a Assembléia, o Tribunal e outros, que Jerônimo Coelho tratou de dar prosseguimento. Entretanto, a grande preocupação do administrador foi dar à capital gaúcha um sistema de água potável.

Sobre sua administração na província de São Pedro, completou seu biógrafo maior, o almirante Henrique Boiteux:

Jerônimo Coelho, no Rio Grande do Sul, pelo seu correto proceder, sem se envolver na política partidária, granjeou geral simpatia, ele que já a havia adquirido, e mais ainda a gratidão pelo que havia feito pela pacificação. A sua administração veio confirmar plenamente o seu espírito harmonizador.

Jerônimo Coelho passou a administração da província a seu vice-presidente, o comendador Patrício Corrêa da Câmara, em 13 de maio de 1856. O longo período de administração temporária do comendador Câmara, até a chegada do presidente efetivo, faz parecer que o Gabinete ministerial não estava preparado para a substituição de Coelho. A saída de Jerônimo Coelho do governo do Rio Grande do Sul encontra explicação no seu possível estado de saúde.

Jerônimo Francisco Coelho faleceu, depois de longo período de doença - febre amarela que havia adquirido nos sertões de São Francisco, em Santa Catarina - em 16 de janeiro de 1860, na cidade de Nova Friburgo, província do Rio de Janeiro, e ali foi enterrado, incógnito para o Brasil ao qual muito serviu, em túmulo preparado pela Maçonaria do Rio de Janeiro. Mais tarde, sua última morada foi destruída por uma violenta enchente d'água e no local foi construído uma outra para guardar os restos mortais dos membros de uma importante família local.

O grande Pedro Calmon, denominou-o de *soldado-estadista* e classificou-o como *um dos mais perfeitos Ministros da Guerra do Brasil*.

O almirante Henrique Boiteux, escreveu:

Pobre nasceu; de mãos limpas viveu e com elas puras morreu. Viveu na sua honradez e probidade, uma vida sem fausto e sem luxo; acomodava-se às suas circunstâncias e a muitos que lhe estranhavam aquele modo de proceder, contentava-se em dizer: A minha pobreza é a minha riqueza.

Muito obrigado

DOM PEDRO I. À PROCURA DE UMA NOIVA¹

Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança

Todos sabem, que Dom Pedro I, ficando viuvo de Dona Leopoldina, em 11 de Dezembro de 1826, enviou muito rapidamente instruções ao seu Plenipotenciário em Viena, Marquez de Resende (1), afim de conseguir uma nova esposa.

Somente a 17 de janeiro de 1827, portanto 37 dias apos a prematura morte da Imperatriz, Dom Pedro comunicou o triste acontecimento ao sogro, Francisco I. (2)

Carta protocolar, sem maiores expressões intimas, cheia de sentimentos e dor como se pode encontrar numa carta oficial, pela grave perda, motivando o ocorrido com um parto prematuro e uma vialenta febre biliosa.

A Marquesa dos Santos ainda estava solidamente instalada no seu Palacete no Rio, mas o Imperador, por razões dinasticas e para dar aos filhos uma segunda mae, já devia estar esfolhando o Almanaque de Gotha à procura de uma Princesa. Estava ele com 28 anos, no momento da viuvez, cheio de vitalidade e de dinamismo. Fundador de um grande Império, libertador de um imenso e rico território do jugo colonial português, com fama, na Europa, de possuir uma grande fortuna (que não possuia), e portanto ele tinha a impressão de ser um noivo muito cobiçado...

Estava enganado, sua vida, suas amantes, a Pompadour, mas sobretudo o tratamento e as humilhações inflingidas a pobre Imperatriz eram demasiadamente conhecidas nas diversas casas reais.

Tudo isto certamente não era um cartão de visita para um noivo e menos ainda para um pretendente impérial.

Bem podemos imaginar, que o nosso Don Juan dos tropicos, que devia ter, sem duvida, um grande charme, era na Corte de Viena a imagem do homem escandaloso, sem moral e brutal, alem de ser politicamente um liberal declarado, admirador de Napoleão.

Desconhecia-se então ainda os rasgos de generosidade, a coragem e o altruismo, que mostraria no ultimo periodo da vida.

Dom Pedro era porém seguro de si, e ao mesmo tempo ingenuo, por dirigir-se, em primeiro lugar, a familia do seu impérial sogro. Pedir uma noiva a Casa da Austria, depois da experiencia que esta já teve, era uma negativa certa.

¹ Palestra no Instituto Histórico e Geográfico, em 27 de março de 2006.

Que grande erro !

Mesmo com a habilidade de Rezende, com estes pressupostos, a Diplomacia do Império, sempre tão eficiente e bem representada, era destinada ao falimento.

Em suas horas de solidão, Dom Pedro, havia individuado duas possíveis candidatas. Não queria perder tempo, acostumado as conquistas rápidas e fáceis, e assim, com data de 20 de Junho de 1827, enviava duas cartas, de próprio punho, e do mesmo teor, ao cunhado o Arquiduque Francisco Carlos (3) e ao Príncipe Carlos Teodoro da Baviera (4).

Cada uma das cartas mencionava uma Princesa diferente, munidas do selo com as Armas do Império. Estes escritos destinavam-se a conclusão matrimonial com duas Princesas da Baviera. Duas irmãs. A primeira « vítima » seria a Princesa Maria Anna e a segunda a Princesa Luisa Guilhermina, chamada Ludovica. Escrevia Dom Pedro, no seu ardor, ao cunhado e ao Príncipe Carlos Teodoro (o texto é o mesmo !):

“Meu muito Amado e Prezado Primo e Cunhado;

Fazendo-se necessario para se effectuarem os meus esponsais com Sua Alteza a Serenissima Princesa Luisa Guilhermina de Baviera que haja uma Pessoa aqual sirva de meu Procurador lembrei-me de encomodar a Vossa Alteza Imperial não so pela Bondade e Delicadeza como pelos laços de parentesco que nos unem, para este fim envio a Vossa Alteza Imperial a necessaria procuração para Se Dignar fazer della uzo competente. Aproveito esta occasião para significar a Vossa Alteza Imperial que sou com maior estima, e consideração.

De Vossa Alteza Imperial

Bom Primo e Cunhado

Pedro

Rio de janeiro 22 de Junho de 1827

Como sabemos, estes tentativos foram infrutiferos. O bom Imperador Francisco e Metternich arquivaram logo as cartas e as procurações, e possivelmente as Princesas nunca souberam que um viúvo imperial, na América do Sul, as queria em casamento.

Hoje ainda estão conservadas no Arquivo Imperial de Viena, numa pasta coberta de pó.

Convem aqui elucidar um pouco os personagens e seus destinos. Carlos Teodoro da Baviera foi excluído da família por dois casamentos morganaticos. Ele era meio irmão da Princesa Augusta, mãe da futura Imperatriz Dona Amélia.

O Arquiduque Francisco Carlos casou com a Princesa Sofia da Baviera, meia irmã da Princesa Augusta. Eles foram os pais do Imperador Francisco José e do Imperador Maximiliano do México.

A Princesa Maria Anna casou com o Rei Frederico Augusto da Saxonia e a Princesa Ludovica com o Duque Maximiliano na Baviera. Eles foram os pais da Imperatriz Elisabeta da Austria, a conhecidíssima Sissi.

Apesar dos insucessos, Dom Pedro insistiu. Tenta novamente junto ao sogro, ainda convencido que o mesmo e Metternich poderiam ajudá-lo. Esta decepcionado e incrédulo que um pedido seu encontra tanta resistência.

No dia 4 de Janeiro de 1828 escreve duas longas cartas. Uma ao Imperador Francisco I e uma ao seu Ministro em Viena, o Maequez de Rezende.

A carta ao Imperador é de um tom submisso, rogando que escreva ao Rei de Sardenha pedindo a mão da Princesa Marianna Ricarda e ao Rei de Nápoles afim de obter a anuência da Princesa Maria Christina. Também já envia os documentos necessários para a realização das bodas com uma ou outra das candidatas. Comunica que já deu ordem a Fregata brasileira Isabel de seguir para o porto de Genua, afim de receber a noiva, que deveria seguir na mesma para o Brasil, acompanhada por algumas naus portuguesas.

O teor da carta é pouco diplomatico e quase imperativo. Pode-se supor que S.M.Apostolica não o tinha apreciado.

Todavia agradece pelo desejo do sogro de conhece-lo e « pour la satisfaction qu'Elle ressentirait de voir ma fille, la Reine, aller jouir de la société de V.M. afin de recevoir la même education qu'Elle avait, si sagement donnée à ma chère Leopoldine, que Dieu ait en Sa présence. »

Na carta à Rezende Dom Pedro faz uma forte pressão e o instrui de como deveria convencer o sogro a se empenhar em seu favor. Prefere uma noiva parente com a casa da Austria. Em todo caso ele se poe completamente nos braços do Imperador relativamente ao futuro casamento. Envia agradecimentos a Metternich e menciona as duas novas candidatas.

Teme todavia uma nova derrota pois se estas Princesas tambem não estiveram disponiveis, acrescenta :

« Je commencerais à croire aux mauvai augure et Je penserais ne plus devoir Me marrier, puisque, de quatre Princesses, qu'aucune me veuille, paraît un miracle ou bien Je ne sai quoi ».

Nas instruções ao pobre Rezende, já em dificuldade com o seu senhor, menciona um argumento que, se trasmitido, deveria ter tido um efeito negativo. Recomenda de sublinhar na audiencia do Imperador que esta com boa saude e que : » Je vis dans un pays chaud, que J'ai 29 ans et qu'il (o Imperador) se rappelle de Sa jeunesse, pour calculer les besoins ou je me trouve. »

Quanto a Fregata Isabel ele a enviava : « pour amener ici celle des Princesses qui me voudra. »

Nada sabemos sobre as conversações de Rezende, nem com Francisco I e nem com Metternich. Interessante é, todavia, mencionar que a carta a Rezende foi enviada através do Imperador, juntamente com cartas as Cortes da Sardenha e de Nápoles.

Metternich fazia censurar toda a correspondência e assim é possível, que o texto da carta ao nosso Ministro tenha sido logo de conhecimento do Monarca, o qual a recebeu traduzida .

Poderia supor-se que o bom Marquez recebeu a carta ignorando que o conteúdo já era super conhecido. Sempre no campo das suposições poderia admitir-se que Dom Pedro a tenha enviado expressamente através do sogro.

Em todo caso na Áustria a Diplomacia matrimonial havia falido. Dom Pedro começava a se inquietar. A estas alturas mesmo uma Princesa protestante podia ser aceita. (5)

Começaram sondagens junto à Casa Real da Holanda. Sabia-se da existência de uma Princesa Mariana, nascida em 9 de Maio de 1810, sadio tipo de holandesa, mas que a estas alturas podia ser aceitável, mesmo contradizendo as recomendações do Imperador, que a noiva tinha que ser bonita.

Prometeu-se o manutenção da Fé protestante, assim como visitas periódicas à sua terra e aos pais. Seria tudo isto, e mais, incluído no pacto matrimonial. Outra negativa humilhante. A sadia Princesa Mariana casou com o Príncipe Alberto da Prússia.

A tarefa começara a ser difícil, cada vez mais sem esperanças. Barbacena seguiu para Europa com amplos poderes, abundantes meios e a permanente recomendação que a noiva seja, possivelmente, bonita.

A Princesa Augusta da Baviera, meia irmã das Princesas mencionadas, havia sido « sacrificada » para casar com Eugénio Visconde de Beauharnais, filho adotivo de Napoleão. Barbacena faz um tentativa, talvez ajudado pela sorte ou, quem sabe, talvez pelo Príncipe Carlos Teodoro, conseguiu aproximar-se aos Duques de Leuchtenberg.

Os Beauharnais, depois da queda do Império Napoleônico, se haviam refugiado em Munique, sob a proteção do pai e sogro, o Rei da Baviera.

Foram feitos Duque de Leuchtenberg e adquiriram o Principado de Eichstätt. Começaram, com muitos meios a construir um grandioso palácio no centro de Munique. Grande foi o ciúme causado junto ao Príncipe Herdeiro, o futuro Rei Luís I por esta « invasão », chegando-se inclusive a uma troca de cartas extremamente duras. (6) Não somente o ciúme, mas um certo desprezo, por ter um filho adotivo de Napoleão na família, tiveram que subir os Leuchtenberg.

Augusta tinha um grande amor próprio e um caráter forte, como a sua irmã Carolina Augusta, quarta mulher do « Bon Papa » da Imperatriz Dona Leopoldina. Suas irmãs haviam casado com Reis e Imperadores, e ela foi entregue ao filho adotivo de Napoleão, para salvar a Baviera, que o Imperador dos Franceses transformou em Reino...

Ela se sentia coberta de ingratidão e humilhada, tinha portanto que levar uma desforra, casando bem os filhos. A filha mais velha Joséfina foi casada em 1823 com um Bernadotte, mas que era todavia Príncipe Herdeiro e futuro Rei da Suécia.

Foi a primeira desforra. O Príncipe Eugénio havia falecido em 1824 e assim Augusta teve que enfrentar sozinha, todas as dificuldades e intrigas. O oferecimento de uma coroa imperial parecia apetível e estava nas aspirações dessa mulher energética e ambiciosa. A Princesa Amélia, seria a escolhida, apesar dos seus 17 anos. O casamento de Amélia, e as tratativas são demasiadamente conhecidas, para serem aqui mencionadas.

Eu tenho, todavia, a opinião, que a linda mocinha vestida de rosa e que enloqueceu o Herói do Ipiranga, não devia ter sido informada sobre o passado amoroso de Dom Pedro. Casaria ela com um jovem e romantico viuvo, acudiria os filhos deste e faria de sua vida uma missão, num lindo e grande país. Cumpriria a vontade da mãe e seguiu os impetus da sua juventude !

Realmente no dia 19 de Outubro de 1829, portanto 3 dias após o casamento no Rio, o Príncipe Augusto, irmão de Dona Amélia, escreve numa folha de papel, à parte, da carta dirigida à mãe, este significativo topico : « A Marquesa esta longe do Rio... Para que não possa voltar o Imperador lhe comprou todas as suas casas, moveis etc. Também a jovem Duquesa não esta. O dia antes de nossa chegada... foi levada para uma casa de campo, longe do Rio. Ela sera levada para ser educada na França. A Senhora esta contente ? Eu estou e agradeço ao Imperador, em seu nome. A ignara Amélia teria ficado muito surpreso, se tivesse encontrado em sua casa esta criança. »

(Arquivo Leuchtenberg).

Dom Pedro, dentro de sua alegria tinha porém ainda uma conta aberta com a Casa da Austria. Com grande ênfase ele escreve ao sogro em Viena (7) do feliz matrimonio que acabara de contrair com a Princesa Amélia e que tinha certeza que este acontecimento causaria muita satisfação a Francisco I. Encontramos no Arquivo de Viena o rascunho da resposta, escrito em latim, siglado com a aprovação de Metternich, no qual o Imperador e Rei Apostolico da Hungria responde, enviando singelas congratulações. (8)

As Princesas da Baviera, da Holanda, da Sardenha e daquela de Nápoles, que na Europa fizeram Historia, para Dom Pedro foram somente um breve sonho.

NOTAS

1) Antonio Telles da Silva, nasceu em Torres Vedras, Portugal, a 22 de Setembro de 1790. Filho do 3. Marquez de Alegrete e de D. Joanna de Almeida, filha dos 2. Marquezes de Lavradio. Diplomata. Nomeado em 5 de Abril de 1823 como Enviado Extraordinario em Viena. Conseguiu o reconhecimento da Independencia por parte da Austria. A 28 de Junho de 1826 a sua nomeação foi reconfirmada. Conseguiu que o Encarregado de Negocios da Austria no Brasil, o Barão Wenceslau Marschal, tivesse sido nomeado Ministro Plenipotenciario a 27 de Outubro de 1826. (Arquivo Impérial, Viena).

Assinou o Tratado Commercial e de Navegação em 1827. Conduziu também Missões Especiais em Paris em 1828 e na Russia em 1830. Acompanhou Dom Pedro I para a Europa. Mordomo Mor e Veador do Imperatriz Dona Amélia. Grande do Império. Visconde com Grandeza em 12 de Outubro 1824 e Marquez a 12 de Outubro 1826.

Faleceu em Lisboa a 8 de Abril de 1875. (Guimaraes, Argeu, Diccionario Bio-Bibliographico Brasileiro, Rio, 1938 ; Smith de Vasconcelos, Barão, Archivo Nobiliarchico Brasileiro, Lausanne 1918.

2) Carta existente no Arquivo Impérial em Viena, cujo texto é o seguinte :
Serenissimo e Potentissimo Senhor Imperador, e Meu Muito Caro e Amado Bom Irmão, Primo e Sogro.

Penetrado da mais pungente e viva dor, Vou cumprir o triste dever de participar a Vossa Magestade Imperial, que Foi Deos Servido chamar para Sua Santa Gloria no dia onze de Dezembro passado pelas dez horas e um quarto da manhã a Minha Muito Querida e Prezada Esposa a Imperatriz Dona Maria Leopoldina Josefa Carolina, Digna Filha de Vossa Magestade Impérial, depois de um parto prematuro acompanhado d'una violenta febre biliosa, que tornou inuteis todos os desvelos e cuidados da Medicina. As sublimes qualidades que adornavam a Pessoa d'Aquella Virtuosa Prinzesa, tem feito que a Sua Morte tenha sido por todos pranteada com as maiores demonstraçoens de sentimento. Na angustia que Me tem causado tão irreparavel perda, não posso ter outro lenitivo, se não conformar-Me com a Vontade do Altissimo, Rogando-lhe que aparte para longe de Vossa Magestade Imperial e da Sua Imperial Familia tão tristes e funestos acontecimentos. Deos Guarde a Vossa Magestade Imperial como desejo.

Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Janeiro de 1827. (O final é escrito de proprio punho).

Bom Irmão Primo, e Genro de Vossa Magestade Imperial Real, e Apostolica PEDRO.

3) O Arquiduque Francisco Carlos da Austria era filho do Imperador Francisco I e da sua segunda mulher, a Princesa Maria Theresa de Bourbon das Duas Sicílias, e portanto irmão da Imperatriz Dona Leopoldina. Nasceu a 7 de Dezembro de 1824. Faleceu em 8 de Março de 1878.

4) O Principe Carlos Teodoro da Baviera era filho de Maximiliano I, que a partir de 1805 tinha sido feito Rei da Baviera por Napoleão e da Princesa Augusta

Guilhermina de Hessen- Darmstadt. Nasceu em 7 de Julho de 1795 e faleceu em 16 de Agosto de 1875. Casou a primeira vez com a Baroneza Byerstorff e a segunda vez com a Baroneza de Frankenberg. Abdicou as suas prerogativas de Principe da Baviera.

5) Wolff, Egon e Frieda, Dom Pedro I e a Princesa da Holanda, RIHGB N. 339, Abril/Junho 1983.

6) Baviera, Principe Adalberto, Die Herzen der Leuchtenberg, Prestel Verlag, 1963.

7) Carta no Arquivo Imperial de Viena, cujo teor é o seguinte : Sereníssimo e Potentíssimo Senhor Imperador Meu muito Caro e Amado Bom Irmão Primo e Sogro. Tendo-se celebrado no dia 2 de Agosto passado em Munich o Meu Cazamento com Sua Alteza Serenissima Senhora Princeza Amélia de Leuchtenberg e Eichstadt, não me demoro em participar a Vossa Magestade Impérial esta agradável noticia, na certeza de que Vossa Magestade a receberà com aquelle mesmo vivo interesse e jubilo, que costuma mostrar por todos os sucessos, que contribuem à dar esplendor à Minha Caza e Familia, e he proprio dos estreitos vinculos de Amizade e Parentesco que Nos Unem. De Minha Parte estimarei ter repetidas occazioens de felicitar a Vossa Magestade Imperial por todas as prosperidades, que cordialmente Lhe apeteço. Deos Guarde a Vossa Magestade Imperial como Dezejo. Palacio do Rio de janeiro em 7 de Outubro de 1829. (O final é escrito de proprio punho). Bom Irmão Primo, e Genro de Vossa Magestade Imperial Real, e Apostolica PEDRO

8) O rascunho da resposta de Francisco I é publicado em « fac simile ».

DOCUMENTAÇÃO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

ARQUIVOS PRIVADOS: FUNDOS DOCUMENTAIS

1. Abeillard Barreto
2. Adroaldo Mesquita da Costa
3. Afonso Guerreiro Lima
4. Almir Porto da Rocha
5. Álvaro Moraes
6. Amaro Baptista
7. Antônio Augusto Borges de Medeiros*
8. Antônio José Borges
9. Aparício Mariense da Silva
10. Apolinário Porto Alegre
11. Armando Dias da Costa
12. Armando Dias de Azevedo
13. Arquimedes Fortini
14. Arthur Ferreira Filho
15. Athos Damasceno Ferreira
16. Aureliano de Figueiredo Paz
17. Aurélio Porto
18. Aurélio Viríssimo de Bittencourt
19. Aymoré Drummond
20. Bento Martins de Menezes – Barão de Ijuí
21. Bernardo de Castilho Maia
22. Bernardo Pires
23. Carlos G. Rheingantz
24. Carlos Reverbel
25. Clube Republicano Rio-Grandense
26. Corálio Cabeda
27. Delegacia Fiscal Provisória
28. Domingos José de Almeida
29. Earle Macarthy Moreira
30. Edgar Klettner
31. Eduardo Duarte
32. Emílio Fernandes de Souza Docca

* O inventário do fundo está disponível na Internet.

33. Emílio Lúcio Esteves
34. Ênio de Freitas e Castro
35. Felisberto Baptista
36. Fernando Abreu e Silva
37. Francisco Antônio Borges
38. Fundo Arquivo Geral**
39. Gastão Abott
40. Gervasio Rodrigo Neves
41. Getúlio Vargas
42. Homero Baptista
43. Humberto da Costa Fossa
44. João Barreto
45. João de Deus Martins
46. João Francisco Pereira de Sousa
47. João Palma da Silva
48. João Pedro Carvalho Moraes
49. João Rodrigues Menna Barreto
50. Joaquim Francisco de Assis Brasil
51. Jorge Salis Goulart e Walkíria Goulart
52. José Antônio Corrêa da Câmara – 2º Visconde de Pelotas
53. José Custódio Coelho Leal
54. José de Araújo Fabrício
55. José Feliciano Fernandes Pinheiro – Visconde de São Leopoldo
56. José Otaviano Pinto Soares
57. La Hire Guerra - Teatro São Pedro
58. Ladislau Amaro da Silveira
59. Laudelino Teixeira de Medeiros
60. Lothar Francisco Hessel
61. Manoel Pacheco Prates
62. Manuel da Cunha Vasconcelos
63. Manuel de Cerqueira Daltro Filho
64. Miguel Meirelles
65. Moacyr Domingues
66. Murilo Furtado
67. Othelo Rosa
68. Plácido de Castro
69. Protásio Alves

** Refere-se a documentos diversos, de diferentes emissores, compreendendo o período 1769 a 1988, além de transcrições de documentação relativa à História do Rio Grande do Sul existente em arquivos nacionais.

70. Queiroz & Cia
71. Quintino de Azevedo Bandeira
72. Ramiro Barcellos
73. Raphael Copstein
74. Reinaldo Câmara
75. Riograndino da Costa e Silva
76. Roberto Gonçalves de Oliveira
77. Roberto Landell de Moura⁸⁰
78. Sérgio da Costa Franco
79. Severiano de Almeida
80. Severino Ribeiro Carneiro Monteiro
81. Tarcisio Taborda
82. Telmo Jobim
83. Thomas José Luiz Osório
84. Valzumiro Dutra
85. Walter Spalding

ACERVO DE ATLAS

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul possui catalogados em sua Biblioteca 404 Atlas.

ACERVO DE CDs (em organização)

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul possui 465 cds em seu acervo.

⁸⁰ O inventário está disponível na sede da Instituição.

RIBEIRO DE ALMEIDA

Paulo Xavier

“Identificar nossos antepassados é anseio legítimo de natural curiosidade ontogênica.”

Esta contribuição aos estudos histórico-genealógicos apóia-se no axioma latino *Nosce te ipsum*, (Conhece-te!), perpetuado na Filosofia dos velhos pensadores. Pode-se inferir da epígrafe que a Ontogenia, tem papel importante na evolução humana.

Acredita-se, assim, que todas as experiências recolhidas ao correr dos tempos se mostrem no Homem, com possíveis influências em suas capacidades intelectuais.

Pela análise de um estudo dessa natureza poderemos surpreender maior competência dos integrantes de uma linhagem na construção de um país. Identificar sua melhor presença na ocupação dum território, sua defesa e criação de riqueza da comunidade em que atuam.

A linhagem que a seguir estudamos, embora em forma abreviada e parcial, tem começo no Rio Grande do Sul com Manoel Ribeiro de Almeida (I), nascido em Juqueri, SP, cerca de 1738.

Descendia de famílias povoadoras do Brasil, fixadas em Santos, SP no século XVI.

Fizeram-se sertanista ao buscarem índios para os trabalhos de suas lavouras.

Estes “varadoures de sertões” (como os definiu Paulo Setúbal) foram descobridores do ouro nas Gerais (Fernão Dias, 1698), no Cuiabá (Pascoal Moreira Cabral Leme, 1718), no Goiás (Bartolomeu Bueno, o II Anhanguera, 1722).

Com a descoberta do ouro os fazendeiros dos sertões da Bahia, do Pernambuco, do Piauí, promoveram a introdução de cavaleiros para os serviços das Minas.

Os paulistas sabedores da existência de grandes rebanhos em torno da Colônia do Sacramento, interessaram-se em participar como fornecedores para os trabalhos de mineração.

Para atender estes objetivos, Bartolomeu Paes de Abreu (1674-1748) projetou a abertura de um caminho, ligando Sorocaba a Laguna e daí, usando o já existente desde 1703, pela costa do mar, até Colônia.

Este projeto só foi concretizado (1730) por Francisco de Souza e Faria e logo melhorado e retificado pelo tropeiro Cristóvão Pereira de Abreu (1680 – 1755). Desenvolvia-se desde Viamão, sempre pelo planalto meridional, ligando-se com o caminho aberto por Souza e Faria.

A concorrência destes novos fornecedores de mulas trazidas do Rio Grande anulou o comércio dos fazendeiros dos sertões da Bahia, de Pernambuco e de Piauí nas minas. Desencadeou-se, por isso, uma batalha administrativa para impedir que os tropeiros do sul fornecessem suas mulas, e conseguiram uma autorização do governo português, em 19-VI-1761, a proibição pretendida.

Por sua vez, os criadores do sul apresentaram, pela Câmara de Rio Grande sua defesa, onde mostraram que “viviam, principalmente, deste comércio porque o desfrute dos bovinos, bem como das lavouras, ainda não dava rendimento além do necessário ao próprio sustento e a criação dos cavaleiros não rendia por falta de mercado adequado”.

Demonstraram, além disto, “a vantagem e qualidades provadas dos animais que estavam introduzindo no mercado das minas.”

Examinada pelo Conselho Ultramarino foram reconhecidas as razões apresentadas pelos criadores do Rio Grande, em comunicação datada em 12-I-1765.

Assim, muitos paulistas e paranaenses moradores nos campos de Curitiba tornaram-se tropeiros de mulas e animaram formação de pequenos povoados, como Lages, Lapa e Iapô (depois cidade de Castro) à margem deste caminho, marcando etapas de marcha das tropas, onde estacionavam para descanso e engorde dos animais.

A introdução dos muareis no mercado das minas, levados do Rio Grande pelos paulistas, anulou o comércio de cavaleiros dos sertões da Bahia, Pernambuco e Piauí.

Paulistas, mineiros, paranaenses tornaram-se povoadores pioneiros do Rio Grande do Sul.

Estava consolidado o TROPEIRISMO que atou o Rio Grande ao Brasil. Este foi o pano de fundo do cenário de atuação dos descendentes de Antonio Rodrigues de Almeida, por duzentos anos, antes de membros desta linhagem se fixarem no Rio Grande do Sul.

I Parte: Ascendência no Brasil

ANTONIO RODRIGUES DE ALMEIDA, natural de Monte-Mor, o Novo, Belmonte, Portugal, era cavaleiro fidalgo da Casa Real de Dom João III (1502-1557).

Veio para o Brasil, em 1547, como administrador da Capitania de S. Vicente, doada a Martim Afonso de Souza. Foi, depois, Ouvidor da Capitania

de São Vicente e São Paulo. Fazendeiro (com três sesmarias) e, segundo Carvalho Franco, mais uma, no Rio de Janeiro, onde teria também morado.

Casou (ainda em Portugal) com Maria Castanho nascida em Monte Mor, o Novo, Belmonte, Portugal.

Pais de 3 filhos:

1- Catarina de Almeida, nascida em Monte-Mor o novo; faleceu solteira.

2- MARIA CASTANHO (ver susseção abaixo nº II 2)

3- Padre André de Almeida, Jesuíta, nascido (1573) em Santos, SP e falecido (1649), no Rio de Janeiro, com fama de santidade.

II-2 MARIA CASTANHO, era natural de Monte Mor, o Novo, Belmonte, Portugal.

Casou em Santos (1564) com Antonio de Proença, natural da vila de Belmonte. Foi moço de câmara do Infante D. Luiz, senhor de Belmonte, e duque da Guarda. Por “habilitação de gênero” teve direito de usar as armas da família Proença, assim descritas: “Escudo partido em pala; a primeira, em campo de verde com uma águia preta de duas cabeças armadas de ouro; a segunda, em campo de azul, cinco flores de luz, de ouro em santor.”

Antonio de Proença-Maria Castanho foram pais de 5 filhos:

1-Francisco Proença, cavaleiro fidalgo

2-ANA DE PROENÇA que segue III-2

3-Catarina de Almeida

4-Isabel de Proença

5-Maria de Almeida

III-2 ANA DE PROENÇA

Casou com PEDRO TAQUES, fidalgo da casa real, natural de Setúbal e falecido em São Paulo, em 26-VI-1644 com testamento.

Veio para o Brasil (1591) como Secretário de Francisco de Souza, 7º Governador do Brasil.

Era sua família integrante dos Tour und Taxis, como mostrou sua “habilitação de gênero” com autorização para usar as armas da família TAQUES, assim descritas: “Escudo partido em faixa; na primeira, em campo de ouro, uma águia imperial, de duas cabeças e sobre ela uma coroa real; na segunda, em campo de prata, um texugo passante em campo de verde”.

Pedro Taques era filho de Francisco Taques Pompeu natural dos Países Baixos) e de Inês Rodrigues nascida em Lisboa.

Desempenhou vários cargos da governança de S. Paulo, onde foi Capitão

Mor Juiz de Orfãos;Almoxarife em São Paulo (16-1-1612).

Teve sesmaria (1639). Recebeu Carta de Brasão de Armas nos Países Baixos onde ficou reconhecido como descendente da linhagem dos TAQUES família originada com João Batista Taques consagrado omo fundador dos serviços de Correios na corte de Maximiliano I, rei da Alemanha (1459-1519).

Eram os Thurn und Taxis alemães, originários de Bergamo, Itália cujos antepassados adotaram o nome TASSO, tomado de um mamífero, muito comum na região em que possuíam sua propriedade.

Na classificação científica esse mamífero tomou o nome de “Meles Taxus” que se vulgarizou como TEXUGO. Por isso o Texugo foi adotado como símbolo heráldico da família.

A administração dos serviços do Correio em vários países europeus levou a modificações na grafia do nome dos membros dessa família, ali estabelecidos, adaptando-o ao idioma dos respectivos países.

De Tasso, na Itália e na Espanha, Thurn und Taxis, na Alemanha; Tassis, na França; Tacks, nos Países Baixos e Taques, em Portugal e no Brasil.

Um resumo da escalada do prestígio dessa família pode ser acompanhado pela leitura da súmula publicada no “Almanaque de Gotha” (1908) sobre a origem dos Turn und Taxis:

*“...autenticamente, desde REINÉRIO DE TASSO (1117) e cuja filiação remonta a HOMEDEUS DE TASSO (falecido antes de 1290). Dignidade de Cavaleiro do Santo Império com retificação de armas em favor de JOÃO BATISTA DE TASSIS (Saragoça 05-I-1634); barão do Santo Império LEONARDO I de Tassis, administrador da empresa dos Correios, do Santo Império (Praga, 16-I-1608). Mestre Geral dos Correios, hereditário, (1615); conde do Santo Império (Viena, 08-VI-1624), título hispano-neerlandês (Países Baixos); de príncipe de Thurn und Tassis (Madri, 19-II-1681); Príncipe do Santo Império para toda a descendência (Viena, 04-X-1695)”.*⁸¹

As famílias reinantes, hoje, na Inglaterra, na Holanda, na Bélgica, na Dinamarca, na Suécia, são descendentes da linhagem TASSO. Assim, também as que perderam o trono, como da Áustria, da Rússia, da România, da Grécia têm em seu “pedigree” representantes dos Thurn und Taxis.

⁸¹ João Batista Jesus Maria Luiz Miguel Frederico Bonifácio Lamoral, 11º príncipe de Thurn und Taxis veio, várias vezes ao Brasil, onde tinha uma fazenda, em Diamantino, MT. Assistiu a Carnavais, no Rio de Janeiro, tendo feito parte da Comissão Julgadora. Faleceu em dezembro de 1990, com susseção. Sua mãe, D. Maria Ana de Bragança era filha de D. Miguel de Bragança (irmão de Dom Pedro I, Imperador do Brasil).

O casal de PEDRO TAQUES –ANA DE PROENÇA foram pais de 6 filhos:

1- Pedro Taques de Almeida

2-Guilherme Pompeu de Almeida. Depois mudou-se para a vila de Parnaíba, onde exerceu o cargo de Capitão Mor. Prestou assistência ao Governador Manoel Lobo (1677); aos enviados régios para estabelecerem a Colônia do Sacramento (1680) como ao padre Pedro Soares encarregado de examinar as minas de Sorocaba (Biraçoiaba) por ordem de D. Pedro II (1648-1706). Foi fundador da Capela de N.S. da Conceição de Parnaíba (no Vuturuna) em cuja Capela Mor foi sepultado.

Casou em São Paulo, 1639, com Maria de Lima, filha de João Pedro de Moraes e de Maria de Lima.

Com geração:

3-LOURENÇO CASTANHO TAQUES (I) com geração, que continua abaixo.

4- Sebastiana Taques

5- Mariana Pompeu

6- Antonio Pompeu de Almeida

IV- 3 LOURENÇO CASTANHO TAQUES (I) nascido em São Paulo (1608), onde faleceu em 1671. Sertanista, fez “entradas” no sertão das Minas Gerais. Parece que foi um dos primeiros a encontrar ali amostras de ouro. Afrontou os ferozes “cataguazes”, expulsando-os para bem longe. Casou em São Paulo (1631) com Maria de Lara, filha de Diogo de Lara e de Madalena Fernandes de Moraes.

Os LARA, como família nobre, identificavam-se com brasão de armas assim descritas: “Em campo de prata, duas caldeiras de preto, postas em pala, guarnecidas de ouro na boca, com as asas levantadas. Timbre. Meio lebrão, de prata, maleado, de preto, com coleira de vermelho, guarnecida de ouro; borda aberta”.

LOURENÇO CASTANHO TAQUES (I)- MARIA DE LARA foram pais de 10 filhos:

1-Lourenço Castanho Taques que segue em V-1

2- Padre Francisco de Almeida

3- Pedro Taques de Almeida, o genealogista emérito do Brasil. Um de seus genros foi Bartolomeu Paes de Abreu, o idealizador do caminho de Curitiba a Viamão, acima já citado.

- 4- Tomé de Lara de Almeida
- 5- Diogo de Lara e Moraes
- 6- Antonio de Almeida
- 7- José Pompeu de Almeida
- 8- Anna de Proença
- 9- Branca de Almeida
- 10- Maria de Almeida

V-1 LOURENÇO CASTANHO TAQUES (II) Nasceu em São Paulo onde faleceu em 1708. Sertanista desde 1631 esteve no Guairá que ajudou a destruir atacando Vila Rica e fez entradas em Minas Gerais (1676); enriqueceu. Foi fazendeiro em Parnaíba e Itu.

Casou com Maria de Araújo, filha do sertanista Luiz Pedroso de Barros (nascido em S.Paulo entre 1608-1610. Sertanista, figurou no socorro de São Paulo ao nordeste, na luta pela expulsão dos bátaos. Chefiou bandeira contra os índios serranos na Bolívia, 1656, onde teria falecido em 1662), e de (casaram na Bahia em 08-IX-1644) e de Leonor de Siqueira Góes Araújo (nascida na Bahia, neta paterna de Pedro Vaz de Barros e de Luzia Leme; neta materna de Jorge de Araújo Góes e de Ângela de Siqueira (baianos).

Pais de 11 filhos:

- 1- Maximiliano de Góes e Siqueira
- 2- Luiz Pedroso de Barros
- 3- José Pompeu Castanho

4- Lourenço Castanho Taques (que continua em VI-1)

- 5- Leonor de Siqueira
- 6- Angela de Siqueira
- 7- Maria de Araujo
- 8- Ignacia de Góes
- 9- Thereza de Araujo
- 10- Antonio Pompeu Taques
- 11- Maria de Lara

VI-1 LOURENÇO CASTANHO TAQUES (III)– Sertanista excursionou pelo Paraná, onde em 1726 obteve uma sesmaria nos Campos Gerais de Curitiba.

Casou em 1687 em Parnaíba com Ana de Arruda Castanho, filha de Francisco de Arruda e Sá (com ascendência documentada até o século IX), natural de Ribeira Grande, ilha São Miguel (Açores) e de Maria de Quadros, natural de São Paulo; neta paterna de Gonçalo Vaz Botelho e de Ana de Arruda; neta

materna de Bartolomeu de Quadros e de Isabel Botelho, naturais de São Paulo.

Pais de 7 filhos:

1-Lourenço Castanho de Araújo

2-Francisco de Arruda

3-Inácio Taques de Almeida que continua em VII-3

4-Timóteo de Góes Castanho

5-José Pompeu Castanho

6- Maria de Araújo, casou com João da Fonseca

7-Gertrudes de Arruda, casou com Manuel Ribeiro de Freitas

VII-3 Capitão INÁCIO TAQUES DE ALMEIDA, (acima já referido), nasceu em Itu, SP (1686), e faleceu em Iapô (1770).

Povoador dos Campos Gerais de Curitiba, onde foi fazendeiro. Serviu nas Ordenanças da Vila de Iapô (Castro), como capitão (1752). Foi proposto para Sarg-Mor (1789).

Casou em Curitiba-PR com Margarida da Silva, filha de José Martins Leme e de Antonia Ribeiro da Silva neta pat. de Antônio Martins Leme e de Margarida Fernandes (fl.de Baltazar Camargo dos Reis e de Isabel Antônia).

Pais de 10 filhos:

1-**José Pompeu de Almeida** nasceu em Curitiba. Já falecido em 1789. Casou (1760) em São João de Atibáia, MG com Maria de Godoy Moreira(ou Gois Moreira). Com geração

2- **Ana de Arruda** Casou em 1754 com Antonio Rodrigues Maciel. Moraram nos campos Gerais de Curitiba.

3- **Antonia Ribeiro da Silva (ou de Almeida)** Casou (1761) com José Correia de Moraes. Com geração

4-**Inácio Taques Pires de Almeida**, militar. Serviu nas Ordenanças em Iapô (Castro). Juiz Ordinário (1789) de Iapô (Castro). Casou com Luiza Maria de Quadros falecida em 1789. Com geração

5- **MANOEL RIBEIRO DE ALMEIDA (I)** que continua em VIII-5

6- **Branca de Almeida** Casou com Antonio Ferreira de Andrade. Com geração

7- **Maria das Neves**, nascida em Iapô(1744), solteira

8- **Eusébio Pedroso de Almeida**, nasceu em Curitiba (1744) e faleceu em Cachoeira, RS. Casou em Rio Pardo RS, em 03-III-1772 com Clara Maria dos Santos nascida em Rio Pardo, RS e faleceu em Cachoeira RS.

9- **Escolástica Pedrosoa** Casou com Francisco Ferreira de Andrade, 1º Procurador da Câmara de Iapô (Castro). Com geração

10- **Teresa Maria de Jesus** Casou com Salvador Soares de Oliveira. Com geração.

II Parte: DESCENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

VIII- 5 **MANOEL RIBEIRO DE ALMEIDA** (I), o fundador desta linhagem no Rio Grande do Sul, nasceu em Juqueri, SP, cerca de 1738.

Transferiu sua residência para Sorocaba, SP, pelo interesse no comércio das tropas de mulas para Minas Gerais. Fixou-se, depois no Rio Grande do Sul. Militar; participou da II Campanha Cisplatina (1816-21) sob o comando de José de Abreu (depois barão do Serro Largo). Povoa campos obtidos por sesmaria no distrito de Entre Rios (1821). Sua vivência ali perpetua-se na denominação do arroio Juquerí, de sua naturalidade, que limitava seus campos. De sua união com uma índia de Iapô, foi pai de

1- *Gabriel Ribeiro de Almeida* que segue em IX-1

IX-1 **GABRIEL RIBEIRO DE ALMEIDA** nasceu cerca de 1765 e faleceu no acampamento militar de Rincão de Haedo, em 28-VIII-1819, em plena Campanha Cisplatina (1816-1821).

Veio muito cedo para o Rio Grande do Sul, como Tropeiro, na companhia de seu pai. Incorporou-se ao Exército na Campanha das Missões (1801) foi dos primeiros voluntários que se apresentaram para a reconquista e reincorporação das Missões.

Terminada a Campanha foi à Lisboa “como portador de seus serviços, bem recomendado pelo Governador da Capitania”.

Alí escreveu sua “Memória da Tomadia dos Sete Povos de Missões da América de Hespanha” (cujo texto encontra-se no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil). Está datada em Lisboa, 08-IX-1806.

Por seus serviços foi condecorado cavaleiro da Ordem de Cristo e graduado em tenente. Gabriel pretendia mais; Pleiteara junto ao Príncipe Real dom João, a patente de Coronel ! Mas recebeu, logo depois, o posto de Capitão de Milícias no território das Missões. Obteve campos de sesmaria (1814), no Povo de São Francisco de Borja, denominados “São João” com as seguintes confrontações: N- com o rio Ibicuí; S- banhados; L- estrada (de S. Borja para o passo da Cruz O- com o rio Uruguai. (Livro de registro de sesmarias, fls. 104) .

Tomou parte na I Campanha Cisplatina (1811-1812) distinguindo-se no combate de São Tomé. (04-V-1812).

Desertou, mais de uma vez, atraído pelas idéias libertárias de José Artigas. Mas voltou às fileiras portuguesas valendo-se da graça de anistia. Participou, finalmente, da II Campanha Cisplatina (1816-1821), nomeado como Comissário dos Transportes, da Divisão do general Xavier Curado (Doc. Nº 337 Arquivo Histórico do Estado).

RODERJAN, Roselys Vellozo. **Os curitibanos e a formação de comunidades campeiras no Brasil Meridional**. [s.l.]: Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1992.

SILVA, Alfredo Maciel da. **Generais do exército brasileiro**. 2.ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1940.

SILVA LEME, Luiz da. **Genealogia paulistana**. São Paulo: Duprat, 1905.

XAVIER, Paulo. Rio-grandenses no distrito de Entre Rios. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n.139, 2004.

XAVIER, Paulo. **Nogueira do Rio Grande do Sul**. (inédito).

XAVIER, Paulo. 1ª. Representação classista. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 8 ago. 1975. Suplemento Rural.

Documentos

- 1- Arquivo Genealógico do Autor
- 2- Arquivo Genealógico de Jorge G. Felizardo
- 3- Arquivo Público do Estado RS – Inventários e Testamentos
- 4- Arquivo Eclesiástico de Porto Alegre, de Uruguiana e de Santa Maria

Pais de 5 filhos:

1-Auristela Maria de Almeida, nascida em Alegrete 20-III-1823 (bat. 30-III-1823) e falecida Alegrete, 22-XII-1856. Casou com Feliciano Pereira Fortes, estancieiro em campos junto à lagoa “Parobé” e nas costas do Irapuá em Cachoeira. Sem geração.

2- Francisco Ribeiro de Almeida, nascido em 1825 em Alegrete, onde foi estancieiro. Casou com Auta Fernandes Lima. Com geração.

3- João Ribeiro de Almeida, nascido em 1828 e falecido em São Francisco de Assis, em 1883. Capitão da Guarda Nacional. Casou com Felisbina Teixeira de Anunciação (viúva de Firmino da Costa Pavão). Sem geração.

4- Felisberto Ribeiro de Almeida, nascido em 1833. Casado e com geração.

5- Luiza Ribeiro de Almeida. Casou com Manoel Joaquim de Macedo. Com geração.

4- Auristela de Almeida, sem mais notícias.

Referências

ANTUNES, D. Paranhos. **Antonio Vicente da Fontoura**. Porto Alegre: Ed. Livraria do Globo, 1935.

CATÁLOGO da Exposição de Modelos de Brasões e de Cartas de Nobreza e Fidalguia. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1965.

DALLMEIER, Martin. **Il Casato Principesco dei Thurn und Taxis in Europa in Le Poste dei Tasso, un impresa in Europa**. [s.l.]: Ed. da Comune di Bergamo, 1984.

FONTOURA, Antonio Vicente. Diário. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n.54/55, 1934.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Dicionário de Bandeirantes**. São Paulo. 1937.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **O título dos Arruda Botelho**. São Paulo. 1937.

JABOATÃO, Antonio de Sta. Maria. **Catálogo genealógico**. [s.l.]: [s.n.], 1768

MOURA, Américo de. **Os povoadores de Campos de Piratininga**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, v. 47.

PONT, Raul. **Campos realengos**. v.2. Uruguaiana: Ed. da Prefeitura de Uruguaiana, 1984.

PORTO, Aurélio. **História das Missões Orientais do Uruguai**. 2.ed. Porto Alegre: Livraria Selbach, [s.d.]

SILVA, Alfredo Maciel da. **Generais do exército brasileiro**. 2.ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1940.

leiro da Ordem de São Bento e Aviz cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro, comendador da Imperial Ordem da Rosa; medalha da Independência.

7- Benevenuta Amália Ribeiro, nascida Alegrete, 27-VI-1825 e falecida 03-II-1890 em Porto Alegre. Casou 02-II-1842 com Vitorino José Carneiro Monteiro, barão de São Borja. Nasceu em Recife, (1816) e faleceu, 24-X-1877. Filho do major João Francisco Carneiro Monteiro e de Isabel Rosa Carneiro Monteiro. Participou da Revolta das Panelas, de Miranda e de Jacuípe, em Pernambuco. Veio para o Rio Grande do Sul em 1837; participou da Revolução Farroupilha e da Campanha do Uruguai. Com geração.

8- Feliciano Ribeiro de Almeida, nasceu em Caçapava, 3-V-1827; faleceu em Uruguaiana, 04-X-1876. Militar. Coronel de Cavalaria da Guarda Nacional; distinguido como cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa. Casou com Joaquina de Oliveira, filha de Joaquim Antonio de Oliveira e de Maria Joaquina de Oliveira

9- Manoel dos Santos Mancio, faleceu assassinado, em Alegrete, em 19-VII-1837.

10- Antonio Mancio Ribeiro, nasceu no Alegrete, 16-VIII 1830. Condecorado cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa. Participou da Campanha do Uruguai (1851-52). Registrou brasão de armas de seu pai Bento Ribeiro de Almeida, (autorizado em 1867) tendo como diferença uma brica de vermelho carregada de um A, de prata.

11- Manoel Ribeiro de Almeida (III), nasceu no Alegrete, 27-V-1833. Faleceu menor.

3- José Ribeiro de Almeida, nascido 17-IX-1788 e falecido em Alegrete (1839), assassinado por integrantes das forças dos Imperiais. Estancieiro em Entre Rios. Militar; participou das Campanhas Cisplatinas; serviu como Coronel de Legião, na Revolução Farroupilha. Casou em 1as. núpcias, 04-IX-1820 com Umbelina Dias Gonçalves, filha do Sarg. Mor Manoel Gonçalves de Almeida e de Helena Maria de Toledo. Com geração. Em segundas núpcias, casou em Porto Alegre 26-II-1830 com Mafalda Francisca de Lima (viúva), filha de Alfeu Pereira de Lima e Matilde Joaquina de Assunção. Com geração. Em 3as. núpcias casou o Cel. José Ribeiro de Almeida em 04-I-1839, com Perpétua Aurelia da Silva (viúva).

4- Manoel Ribeiro de Almeida (II) nascido em Cachoeira, em 18 IX-1790 e falecido no Alegrete, em 08-XI-1871, militar serviu como Capitão da Guarda Nacional; estancieiro em Entre Rios e depois, em “Parobé “. Casou com Josefa Nogueira da Silva, nascida em Cachoeira (1797) e falecida no Alegrete, 02-VII-1866, com testamento. Houve separação do casal com conciliação registrada em 29-VIII-1850. Filha de Vitor Nogueira da Silva um dos conquistadores das Missões. Nascido em São João del Rei, MG e de Maria Francisca Cardoso.

No desastre de Sarandí (12-X-1825) teve seu cavalo morto. Foi resgatado por Osório, na garupa de sua montaria.

Atingiu o posto de Mestre de Campo do Exército Nacional. Registrou brasão de armas próprias (16-VII-1853), assim descritas:

“Escudo partido em pala; no 1º de verde, um monte de azul, perfilado de ouro; no 2º de prata, um galo cantante, de vermelho; um chefe de azul, carregado duma espada de ouro, empunhada e guarnecida, do mesmo, posta em banda”.

Condecorado como oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro e medalhas de distinção da Ia e da IIa Campanha Cisplatina. Suas proezas guerreiras foram incorporadas ao fabulário gauchesco. Sua lança (de ébano engastada de prata) foi salva do desastre de Sarandí, e depois presenteada ao general Osório. Casou em Caçapava, 15-IX-1807, com Maria Mância Conceição, nascida em Caçapava, 01-XI-1794 (bat. em Cachoeira, 25-XII-1794) e faleceu em Alegrete, com testamento. Filha de Antonio Monteiro Mâncio, natural de Curitiba, PR e de Ana Maria Martins.

Pais de 11 filhos:

1- Ana Dorotéia Ribeiro, nascida em Caçapava, 23-V-1809 (bat. 07-VI-1809). Casou com seu tio Belchior Monteiro Mâncio.

2- Claudia Ribeiro, nascida Caçapava, 08-III-1812 (bat. 08-VII-1809).

3- Severino Ribeiro de Almeida, nasceu em Cachoeira, 8-IV-1813; coronel da Guarda Nacional; condecorado dignitário da Imperial Ordem da Rosa; medalha da Campanha do Uruguai (1851-52). Casou com Eufrasia de Oliveira, filha de Joaquim Antonio de Oliveira e de Maria Joaquina de Oliveira. Com geração.

4- Sebastião Ribeiro de Almeida, nascido 14-VII-1814 em Cachoeira, na estância do Ibicuí (bat. em Santa Maria 1814). Bacharel em Direito por São Paulo (1835). Serviu como secretário do presidente Araújo Ribeiro. Estancieiro em “São Sebastião” - Alegrete. Foi redator do “O Justiciero”; exerceu cargos na Diplomacia, na Europa, onde faleceu, repentinamente. Casou com Eufrásia de Oliveira, filha de Joaquim Antonio de Oliveira e de Maria Joaquina de Oliveira.

5- Delminda Ribeiro, nascida em Caçapava, 20-VI-1818 (bat. 16-VIII-1818)

6- Raquel Amância Ribeiro, nascida em Alegrete, 08-IV-1824. Casou com Francisco de Arruda Câmara Militar; iniciou a carreira como cadete atingindo o posto de marechal de Campo; Participou da Revolta dos Cabanos (1832-35) e a de Pernambuco e da Revolução Farroupilha. Condecorado cava-

Foi deputado à Assembléia Provincial (1862-63 e 1867) e por duas vezes teve seu nome indicado para o cargo de Senador.

Possuiu as condecorações de Comendador da Imperial Ordem da Rosa e as medalhas da Campanha do Uruguai, contra Rosas e a do Paraguai. A Câmara Municipal de Porto Alegre homenageou-o com a denominação de rua: "General Portinho" (Resolução de 06-IX-1873).

Casou, em 1as. núpcias, com Benta da Fontoura, nascida em Rio Pardo, 03-IX-1815 e falecida em Cachoeira (1850); filha de Eusébio Manoel Antonio Gonçalves, natural da freguesia de N.S. do Socorro, de Lisboa; neta paterna de Crisógono Antonio Gonçalves, natural da Província de Trás-os-Montes e de Brígida Inácia, natural da freguesia de Santa Madalena de Lisboa. Com geração.

Casou, em 2as núpcias, com Senhorinha Branca Sertório, nascida em Cachoeira,

RS. (Ver a linhagem Gomes Porto). Com descendência.

4-CAPITÃO DELFINO GOMES PORTO (acima referido), nascido em Cachoeira (bat. 02-VI-1816) onde faleceu em 08-VIII-1859. Militar, atuou com destaque na Revolução Farroupilha. Casou com Mariana Delfina de Carvalho nascida em Santa Maria (bat (1815), faleceu em Cachoeira 27-VII-1859. Filha do Tenente Luiz Carvalho da Silva e de Maria Francisca de Aragão; neta paterna do Capitão Miguel Carvalho da Silva e de Faustina Pires. Com geração.

VIII-5 MANOEL RIBEIRO de ALMEIDA (I), acima referido (ver pág. 9). Casou, em Sorocaba (1781) com Ana Maria, fl. De Pascoal Delgado e de Maria de Almeida; neta paterna de Pedro de Moraes Siqueira e de Isabel Delgado; neta materna de Bartolomeu Bueno da Silva e de Ana de Almeida Lara.

Pais de 5 filhos:

2- *Bento Manoel Ribeiro*

3- José Ribeiro de Almeida

4- Manuel Ribeiro de Almeida (II)

5- Auristela de Almeida

2- *Bento Manoel Ribeiro*, nasceu em Sorocaba, SP. (1782 e faleceu em Porto Alegre RS, em 30-V-1855. Estancieiro em campos ao pé do Serro do Jarau (perpetuada sua imagem por Simões Lopes em "Lendas do Sul"). Militar. Participou da conquista das Missões (1801) da IIª Campanha Cisplatina (1816-1820); e da Guerra das Províncias Unidas (1825-28), e muito se distinguuiu; tomou parte destacada na Revolução Farroupilha (1835-1845); participou da Campanha do Uruguai (1851-53).

8- Nyna Pereira da Fontoura Xavier, nascida em Cachoeira, RS, 14-XI-1897, onde faleceu, 6-X-1958. Casou em Cachoeira, RS, 28-IX-1918, com Mario Carneiro Garpary, nascido em Cachoeira, RS, 7-V-1895, onde faleceu, 12-XI-1949; filho de João Pedro Gaspary e de Maria Odila Carneiro. Com geração.

9- Diva Pereira da Fontoura Xavier, nascida em 17-X-1899, onde faleceu, 30-IX-1962. Casou em Cachoeira, RS, com José de Dios Blanco, nascido em Ponte Vedra, Vigo (Espanha), 1-XII-1895; falecido em Cachoeira, RS, 25-III-1967; construtor. Com geração.

3- JOSÉ GOMES PORTINHO (acima referido) nasceu em Cachoeira RS 01-X-1814, faleceu 08-VIII-1886. Militar; participou com destaque na Revolução Farroupilha (1835-45); integrou a Guarda Nacional, sendo nomeado Ten-Cel ao findar a Revolução; nomeado (1848) coronel comandante superior da Comarca de Cachoeira, Caçapava e Santa Maria. Participou da Campanha do Uruguai (1851-52) como comandante da 7ª. Brigada, da 2ª. Divisão, sob o comando do Brigº Frederico Caldwell. Nomeado Brigadeiro Honorário do Exército (12-IV-1858). Participou da Campanha do Uruguai (1865) estando no cerco de Montevideo; Na Campanha do Paraguai (1865-70) teve grande participação militar nas vitórias do Passo Juti Piraporará, Passo Xará e Bare-Cué. Por suas destacadas atuações foi-lhe oferecido o título de barão de Vila Rica (recusado) depois o de barão de Cruz Alta (Dec; de 11-III-1978) que também não aceitou; escreveu no próprio pergaminho:

“Não aceitei o baronato. Se existe o presente título em meu poder é porque me foi mandado pelo meu ilustre amigo visconde de Pelotas, pedindo-me que eu aceitasse e dele fizesse o uso que entendesse, porem não o devolvesse. Por esta razão guardei-o inutilizando-o, rasgando-o e lavrando a presente declaração para que em todo o tempo conste. As razões que me assistem para não ter aceitado semelhante título são muitas as quais julgo desnecessário especificar. Porto Alegre, 16-IX-1879. (as.) José Gomes Portinho.” Segundo seu biógrafo, o Prof. Antonio da Rocha Almeida, *“... esse documento esteve exposto, emuldurado, com vidro nos dois lados, no precioso Museu da sede da União dos Caixeiros Viajantes, de Santa Maria”*.

E acrescenta que em carta de Portinho a Assis Brasil são reveladas as razões:

“Não aceito o título de barão com que o governo do Sr.Dom Pedro II quis afidalgar-me e a razão que tive para isso foi tão somente não trair a minha consciência; Não acredito na Monarquia e menos nos seus títulos Não fui à Imprensa fazer esta declaração por ter naquela ocasião, no Ministério, dois Patrícios que muito prezava e não os quis magoar”.

(Trata-se dos Ministros Gaspar da Silveira Martins e Gen. Osório)

Brasileiro, realizado em Porto Alegre (1926), no qual foi aprovado moção (com grande repercussão política), pedindo reforma na Constituição do Estado para se garantir o exercício profissional, somente daqueles devidamente habilitados, em cursos superiores reconhecidos. Foi co-fundador do Clube Libertador, em São Sepé. Incentivador do ensino particular, propugnou pela instalação de colégio dirigido por religiosas (1921), com a colaboração do Vigário local, Pe. Mário de Luy e do intendente Dr. José Luis Ferreira. Em 1929, dentro de seu projeto educacional, fundou o “Colégio Rio-Grandense” sob a orientação pedagógica do Prof. João Carlos Figueiredo. Casou em São Sepé, 23-VI-1916 (Liv. IV, fl. 118v do Registro Civil de São Sepé), com Maria do Carmo Pires Pedroso, nascida em São Sepé 19-V-1899 (fl. 123, do Registro Civil de São Sepé, nº 46); falecida no Rio de Janeiro, RJ, 27-VII-1984 (Liv. 466, fl. 235, do Registro Civil da 8ª Circunscrição, 4ª Zona da Freguesia do Engenho Velho da Cidade do Rio de Janeiro). Filha de João Crisóstomo Pedroso e de Ana Simões Pires (Sinhá Aninha); neta pat. de Antônio José Pedroso, nascido em Paranaguá, PR, e de Cantídia Rodrigues Pedroso; neta mat. do Cel. Manoel Veríssimo Simões Pires e de Maria do Carmo Ferreira de Castro, naturais do Rio Grande do Sul.

Estudou em Rio Pardo, no “Colégio Amaral Lisboa” (de Ana Aurora do Amaral Lisboa e de sua irmã Zamira Amaral Lisboa) e no “Colégio Santa Catarina”, de Novo Hamburgo. Professora de artes contratada em 1932 para o G.E. “Chácara das Pedras”; serviu depois no G.E. “Rio Branco”; na Escola Experimental “Evarista Flores da Cunha” e no “Ernesto Dorneles”, todas em Porto Alegre, onde se aposentou.

Pais de 3 filhos:

1-Paulo Jaurès Pedroso Xavier (autor deste estudo)

2-Edith Pedroso Xavier

3-Glêde Pedroso Xavier

4- Clarinda, falecida menor

5-Antonio Pereira da Fontoura Xavier, nascido em Cachoeira, RS, 13-VI-1891; fazendeiro em Dom Pedrito; cirurgião dentista pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre (UFRGS), 1911; exerceu a profissão em D. Pedrito, RS. Casou com Tercília Garcia Firpo, nascida em Dom Pedrito onde faleceu em 1920; filha de Rodolfo Firpo, e de Rita Garcia. Com geração. Casou em 2ª núpcias, em Livramento, 16-VII-1966, com Francisca Alves Rodrigues.

6- Ernani Pereira da Fontoura Xavier, nascido em Cachoeira, RS, 23-X-1896; falecido em Candelária, 25-II-1969. Farmacêutico. Casou com Iracema Porto, 4-X-..... em Cachoeira, RS.

7- Aida Pereira da Fontoura Xavier, nascida em Cachoeira, RS, 16-XII-1895, onde faleceu 26-XI-1940; solteira.

Casou em Cachoeira, 22-VI-1895 com Ecilda Carlo, nascida em Cachoeira, RS, filha de João Batista Carlo e de Faustina da Cunha. Com geração.

XIII-4 ANGÉLICO DA FONTOURA XAVIER, nasceu em Cachoeira, 09-III-1862 (bat. 24-VII-1865, Liv. X, fls.102v), onde faleceu e foi sepultado em 15-V-1908 (Liv. VII, fls. 69). Fazendeiro em Cachoeira ("Capão Grande") à margem D do rio Jacuí, com área superficial de 33.328.671 metros quadrados (equivalente à 27 quadras de sesmaria). *Participou da Campanha Republicana. Militou no Partido Federalista. Serviu na Guarda Nacional sendo nomeado tenente em (24-X-1882), atingindo o posto de Major. Casou em Cachoeira 25-VII-1884 com Maria Emilia Pereira Miloca), nascida em Cachoeira, 14-XI-1867 onde faleceu, em 15-X-1951 (com 84 anos). Filha de Manoel da Silva Pereira Fortes e de Joana Pereira de Magalhães; neta pat. de João Pereira Fortes e de Brígida Maria de Jesus; neta mat. de João Teixeira de Magalhães e de Ana Maria de Valença (ver linhagem Pereira Fortes).*

Pais de 9 filhos :

1-Gaspar Pereira da Fontoura Xavier (Nenê) n. em Cachoeira 25-VI-1885 (bat.25-X-1885), onde faleceu em 8-IV-1945. Casou em Cachoeira com sua prima Lucinda de Araújo(Cidoca) nascida em Cachoeira, filha de Antônio Machado de Araújo, nat.de Portugal, e de Benta Portinho da Fontoura; neta pat.de Luis Machado e de Maria Joaquina de Sá; neta mat. do Brig.José Gomes Portinho (Barão de Cruz Alta) e de Benta da Fontoura (irmã do Com. Antônio Vicente da Fontoura). Com geração.

2- Manoel Pereira da Fontoura Xavier (Maneco) n.em Cachoeira 19-IX-1886; fal.em Porto Alegre 01-XII-1965. Funcionário Público Municipal de Cachoeira. Casou em Cachoeira 16-VI-1910 com Honor Neves da Fontoura, nascida em Cachoeira 14-IX-1891, fal.em Porto Alegre 23-VIII-1981, filha do Cel.Isidoro Neves da Fontoura e de Adalgysa Franco de Godoy, neta pat. do Cel.João Anchieta da Fontoura e de Clara Augusta de Figueiredo; neta mat. do Ten.Cel.Jacinto Franco de Godoy e de Zulmira Fioravante. Com geração.

3-Armando Pereira (da Fontoura) Xavier, nascido em Cachoeira 19-IV-1888; fal.em Porto Alegre 21-XII-1930; sepultado em Cachoeira. Doutor pela Faculdade de Medicina do RJ (1912), defendendo tese, intitulada "Reflexões sobre o uso do fórceps" (ed.Tipografia do JORNAL DO COMERCIO, RJ,1913). Ex-interno da Clínica Pediátrica, da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre; ex-assistente das Clínicas Obstétrica e Ginecológica da Santa Casa de Misericórdia do RJ; especialização em obstetrícia pela Faculdade de Medicina do RJ (curso do Prof.Fernando de Magalhães). Exerceu a profissão em São Sepé e Soledade, RS (1918). Radicou-se definitivamente em São Sepé (1917) conquistando justo renome como obstetra e clínico.Participou do IX Congresso Médico

2- Clarinda Gasparina da Fontoura Xavier (Sinhá), nascida em Cachoeira 17-II-1858 (bat. 12-VI-1858), falecida em Porto Alegre, RS. Casou em Cachoeira, 05-VI-1882, com Dyonisio Pereira Porto nascido em Cachoeira, Major da Guarda Nacional Serventuário da Justiça; foi Escrivão da Provedoria e do Registro Civil de casamentos e óbitos de Cachoeira; Administrador da Casa de Correção de Porto Alegre; filho de Fabiano Pereira da Silva e de Mariana Pereira Porto. Com geração.

3- José Afonso Fontoura Xavier, nasceu Cachoeira, 19-V-1860 e faleceu no Rio de Janeiro, 12-VII-1911, solteiro. Comerciante; inspetor da Companhia Sul América, na Bahia e, depois seu diretor; Atuou também na Companhia Macaya. Músico amador com bom desempenho. Instrumentista (flauta), animou saraus tradicionais em Pelotas, RS.

4- Angélico da Fontoura Xavier, que segue em XIII-4

5- João Batista de Aquino Fontoura Xavier, nascido em Cachoeira, RS em 13-XI-1864 *(bat. 25-VIII-1866) e falecido no Rio de Janeiro, DF em 12-II-1916. “Inteligência lúcida e espírito vivaz, desde a infância revelou assinalada vocação para as lides da Imprensa” (como expressou um seu biógrafo).

Participou ativamente da Campanha Republicana. Foi co-fundador do Clube Republicano de Cachoeira.

Jornalista, fundou o CLARIM (1886-90), hebdomanário, em Cachoeira, onde defendeu suas idéias políticas.

Advogado, exerceu o cargo de Promotor Público (1889-92). Convidado, dirigiu o órgão oficial do Estado do Espírito Santo, em Vitória, que lhe foi confiado pelo Governador Muniz Freire (1895). Voltou ao Rio Grande para secretariar o JORNAL DO COMÉRCIO, em Porto Alegre. Fundou seu próprio jornal, “PETIT JOURNAL” (1898-1903). Finalmente mudou-se para o Rio de Janeiro, onde continuou sua carreira jornalística, integrando o corpo redatorial do grande JORNAL DO COMERCIO, mantendo coluna assinada (GAZETINHA), na 1ª página. É homenageado, em Porto Alegre com a denominação de rua, no bairro Partenon.

Casou em Cachoeira, com Adelina Barros; faleceu vítima de queimaduras por incêndio acidental em suas amplas saias rodadas. Com geração.

6- Cristóvão da Fontoura Xavier, nasceu em Cachoeira, 22-IX 1869 onde faleceu em 1904. Fazendeiro criador sucessor na fazenda da família (“Jerivás”). Foi dos pioneiros da rizicultura irrigada, em suas terras, (1898), reprezou a sanga da Divisa (arroyo do Gama).

Foi, assim, um dos que “represaram arroios, sangraram banhados, procurando despertar a riqueza que dormia escondida no regaço quente moreno das nossa várzeas ...” como expressou Fernandes Barbosa in “OS PRIMEIROS PASSOS DA RIZICULTURA CACHOEIRENSE”.

13- *Luzia Sofia da Fontoura*; falecida menor.

14- *Tito Castilhos da Fontoura* (afilhado do comendador Antonio Ferreira de Castilhos, pai do Júlio de Castilhos, de quem tomou o nome). Casou com Palmira Porto Goulart. Com geração.

XII-1 CLARINDA AMALIA DA FONTOURA (Lindoca), nascida em Cachoeira do Sul em 02-XII-1832, onde faleceu em 21-V-1899. Casou em Cachoeira do Sul, 24-VI-1854 com Gaspar Xavier da Silva, nascido em Cachoeira do Sul (1823) onde faleceu em 09-IV-1884 (liv. VI, fls. 79v). Em A FEDERAÇÃO de Porto Alegre foi registrado seu falecimento na edição de 10-IV-1884, na 1ª. pág.). Numa relação de alunos da Aula Pública de Cachoeira (1833) consta que o menino (de 10 anos) Gaspar Xavier da Silva, na 6ª série: “Teve em todo o ano tres falhas; seu comportamento é regular; é aplicado e de clara inteligência.” (Arquivo Histórico do Estado – Correspondência lata 108). Foi estancieiro em campos às margens do Irapuá (Estância do Lageado) em sociedade com seu irmão José Xavier da Silva; Comprou várias porções de campos lindeiros. Consolidou, assim, sua própria estância denominando-a “Jerivás”, com área 35.962.484 metros quadrados. Prestou serviços militares na Guarda Nacional sendo nomeado tenente em 20-IV-1855; comandou a seção de Infantaria de Cachoeira (1858); promovido a capitão em 17-V-1871. Ostentou depois, o posto de major. Teve também casa comercial em Cachoeira. Filho de Antonio Xavier da Silva, natural da cidade de Braga, Portugal, tendo sido batizado, na freguesia de São Vitor (cerca de 1774) e falecido, em Cachoeira RS em 22-XI-1848, com 74 anos (Liv. III, fls. 132 v,) e de Catarina Maria de Jesus nascida e batizada na freguesia de N. S. da Conceição do Arroio (hoje Município de Osório, RS) em 1782 e falecida em Cachoeira, RS, onde foi sepultada em 02-II-1856 (Liv. III, fls. 164) com 74 anos de idade; neto paterno de Antonio Xavier da Silva e de Francisca Maria do Sacramento, naturais da freguesia de N.S; de Lapações da cidade de Braga, Portugal; neto materno de Silvestre Teixeira Pinto (sobrinho) natural da freguesia de Jacarepaguá, RJ, cerca de 1728 e falecido em Cachoeira, RS e de Catarina Maria de Jesus, nascida e batisada na freguesia de S. Padro do Rio Grande, RS.

Pais de 6 filhos:

1 - **Antonio Vicente da Fontoura Xavier**, nascido em Cachoeira RS (bat. 07-VII-1856). Faleceu em Lisboa, Portugal 01-IV-1922. Jornalista; poeta. Ingressou na carreira diplomática em 1885, sendo nomeado consul privativo em Baltimore, EEUU, concluindo-a como Embaixador, em Lisboa, Portugal (1921). Casou na capela do Outeiro da Glória, Rio de Janeiro, DF, 01-VII-1892 com Anna Sofia Blandy Mee, (Baby), nascida na Bahia e falecida no Rio de Janeiro, DF; filha de James Philip Mee e de Anne Blandy, nascida na Bahia. Com geração.

Paula Nogueira da Gama(1760-1838), e de Ana Barbara Jesuina de Albuquerque e Melo; neto materno de Francisco José de Figueiredo Neves, nat. do Arraial de Santo Antonio da Casa Branca, Vila Rica(MG). Com geração.

4- **Antonia Francisca** (Antoninha)- (1835) Faleceu solteira

5-**Antonio Eusébio da Fontoura**, nascido em Cachoeira, 1836. Capitão da Guarda Nacional; participou, com distinção, na Campanha contra o Paraguai, servindo como Ajudante de Campo do Brigadeiro José Gomes Portinho; secretário Geral do Comando superior, de Caçapava, RS . Casou, em primeiras núpcias, com Maria Francisca Porto, filha de Capitão Delfino Gomes Porto e de Mariana Carvalho. Com geração. Casou, em segundas núpcias, com sua cunhada Maria do Carmo Porto. Com geração.

6-**José Propício da Fontoura**, nascido em Cachoeira, 10-VII-1837, onde faleceu 01-VII-1924. Major Honorário do Exército (Dec. de 04-XII-1872) veterano da Campanha do Paraguai; comerciante. Casou com Maria do Carmo Xavier, filha de José Xavier da Silva. Com geração.

7- **Vicência Cândida da Fontoura**, nascida em Cachoeira (1840). Casou em Cachoeira, 11-II-1870 com José Antonio Machado de Araújo, natural de Portugal, filho de Luiz Machado e de Maria Joaquina de Sá. Com geração.

8- **Bento Porto Fontoura**, nascido em Cachoeira, RS 1843; falecido no Rio de Janeiro, 25-III-1913. Jornalista, diretor do “CACHOEIRENSE” (1879-84). Autor de “FLORES INCULTAS (1875)” ; advogado.

Casou, em primeiras núpcias, com Virgínia Macedônia, nascida em Alegrete, filha de Leonardo da Costa Carvalho Macedônia, natural de Portugal e de Virgínia Rosemira Vilela, natural de Rio Grande. Sem geração.

Casou em segundas núpcias com Virgínia Prestes, nascida em Passo Fundo, filha de José Prestes Guimarães, nascido em São Paulo e de Maria da Rocha. Com geração.

9- **Maria Egípcia da Fontoura**(Mariazinha), nascida em Cachoeira, 1848. Casou em Cachoeira 30-VII-70 com Manoel Teixeira Cavalheiro, nascido em Santos, SP; filho de Sebastião Teixeira Cavalheiro e de Maria Rosa. Sem geração.

10- **Afonso Borges da Fontoura**, nasceu em Cachoeira, 1849, onde faleceu em 11-VII-1876; fazendeiro na “Estância Velha”. Eleitor Geral por Cachoeira (1869). Casou, em Cachoeira, com Teresinha Pereira Pinto. Com geração.

11- **João Propício da Fontoura** nascido em Cachoeira, (bat. 18-XII-1841). Casou com Ernestina Pereira, filha do Capitão Antonio Pereira da Silva (Fortes) e de Ana Francisca Rodrigues, nascida em Cachoeira, 10-VII-1819. Com geração.

12- **Francisco de Paula da Fontoura**, nasceu em Cachoeira (1852). Alferes da Guarda Nacional; casou com Estefânia Fontoura. Com geração.

Escritor e poeta. Além de preservador de alguns documentos referentes à Epopéia Farrapa (Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS, nº85-1944). Seus “Apontamentos para a História da Revolução 1835” (Revista nº 32- 1929) e seu “Diário Intimo” que inclui singelos desenhos de paisagens (coloridos à lápis) de seus acampamentos militares, conceito sobre a política do dia, perfis psicológicos de alguns de seus companheiros de luta e daqueles de quem divergia, e com quem se relacionava e, eventualmente, poesias enviadas para entretenimentos da vida doméstica e ensinamento a seus filhos menores. Integrou o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (1845); eleito como sócio correspondente. Teve, segundo o Historiador Aurélio Porto

“Vida austera cheia de ensinamentos, alma extraordinária de puritano, caráter inatingível, infibratura de homem superior quer dirigindo, com parte saliente, os negócios da República, quer fazendo da Paz o mais memorável dos acontecimentos políticos de todo país quer dirigindo seu Partido, que nem por meios do crime era vencido – Antônio Vicente da Fontoura destaca-se no RS como poucos. A História há de um dia colocá-lo no pedestal que merece quando estudada, à luz da Verdade, a sua grande vida de mártir, transparece clara e brilhante na nebulosidade dos tempos, esta figura admirável de homem e patriota.”

É homenageado em Porto Alegre na denominação de rua (Lei 6-VII-1936).

Pais de 14 filhos:

1-Clarinda Amália da Fontoura(Lindoca) que segue em XII-1(1832)

2- Josefa Leopoldina da Fontoura (Bidunga) nasceu em Cachoeira (1853). Casou em Cachoeira com o Capitão Miguel Cândido da Trindade nascido em Rio Grande, RS, e falecido em Cachoeira (1899). Foi Vereador na Câmara de Cachoeira (1857-60) e seu Presidente (equivalente ao cargo de Prefeito, de hoje). Filho de Caetano Ricavilini nascido na Itália e de Isabel Ricavilini, nascida em Lisboa, Portugal. Com geração.

3-Gabriela Benta da Fontoura, nascida em Cachoeira (1834) onde casou com Carlos Augusto Nogueira da Gama Fº, nascido em Rio Pardo, RS, 15-V-1831 (bat.18-IX-1831); militar, Ten. Cel. da Guarda Nacional; participou da Campanha contra o Paraguai (1865-70); e da Campanha Federalista (1893-94), estando nos combates de Inhanduí (3-V-1893) e no Serro do Ouro (27-VIII-1893). Condecorado com a medalha geral da Campanha do Paraguai e as insígnias de Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa. Filho do Cel. Carlos Augusto Nogueira da Gama, nascido em São João del Rei, MG, e de Manoela de Figueiredo Neves (1807-1862); neto paterno de Marechal de campo Francisco Antonio da

Trás os Montes, Portugal; e de Brígida Inácia, nascida em Lisboa; neto materno de João Peixoto de Azevedo, nascido em Cuiabá, MT.

12- Senhorinha Porto, nascida em Cachoeira, onde faleceu solteira.

XI-2 CLARINDA FRANCISCA PORTO, nascida em Cachoeira, RS (bat. 26-V-1814), onde faleceu a 14-IV-1877. Casou em Cachoeira, a 14-I-1828 com Antonio Vicente da Fontoura, nascido em Rio Pardo, RS, 16-VI-1807 e falecido em Cachoeira, RS, 20-X-1860, em consequência de ferimentos recebidos (07-IX-1860) no interior da matriz, quando presidia mesa eleitoral. Filho de Eusébio Manoel Antonio, natural e batizado na freguesia de N.S. do Socorro, de Lisboa, e de Vicência Cândida da Fontoura, nascida em Rio Pardo; neto paterno de Crisógno Antônio Gonçalves natural de Trás os Montes e de Brígida Inácia, natural da freguesia de Santa Bárbara de Lisboa; neto materno de João Peixoto de Azevedo, nascido em Cuiabá, MT (bat. em N.S. do Bom Jesus, 01-I-1741) e sepultado em Rio Pardo (04-XI-1790) e de Jerônima Velosa da Fontoura (ver linhagem Carneiro da Fontoura). Comerciante; líder de sua classe, teve ativa participação política. Vereador em mais de uma legislatura; Procurador Fiscal da Câmara (1831); Juiz de Paz e Juiz Ordinário; Chefe de Polícia (1837), entre outros. Participou da Revolução Farroupilha (1835-45). Integrou seu exército como Major; implantada a República, foi ministro da Fazenda, Deputado à Constituinte de Alegrete (em 14º lugar entre os mais votados), superando, em votos, a Bento Gonçalves da Silva (18º); a Domingos José de Almeida (19º), como Antônio de Souza Neto (30º), indiscutíveis líderes da Revolução. Na pacificação (1845) ficou consagrado como decisivo definidor das condições de paz e defesa dos direitos dos ex-combatentes. Defende-os na corte, garantindo a pacificação. Integrou a comissão para liquidar as indenizações devidas e pagar as dívidas públicas (nomeado em 28-II-1845). Por estas atuações tornou-se o “Embaixador da Paz”. Foi condecorado por sua participação e esforço, como Comendador da Imperial Ordem de Cristo, por decreto de 18-X-1855 (liv. I, fls 19).

Por ocasião de seu falecimento a Câmara de Vereadores Cachoeirense, testemunhou-lhe:

“...a consideração, respeito e amor que o povo lhe votava”, registrando, ainda “... aquele que no flagor da guerra, no meio do estridor da luta, através dos perigos dos combates, velava o seu país para livrar a condição dos ânimos encendidos pelas paixões da guerra e levantar a oliveira da paz, mais alto e mais pura que os sangrentos louros das batalhas...” (Arquivo Histórico do RS- Correspondência).

para servir na Cia. do Corpo de Infantaria de Milícias do 3º Btl. do Rio Pardo. Conforme consta em informações militares: "...era negociante com bens suficientes para sustentar com brilho o posto. Afeto à causa do Brasil." (Revista do Arquivo Público do Estado. Nº7 pg. 357).

Eleito membro da primeira Assembléia Paroquial de Santa Maria e escolhido suplente de Eleitor da mesma paróquia (1847-49), reeleito (1850-52).

José Gomes Porto era filho de Manoel Gomes Porto, nascido na povoação de Vilares, freguesia de S. Sebastião de Campelo da cidade do Porto(1737); faleceu em Cachoeira do Sul, RS, em 30-III-1802 (com 65 anos). Veio para o Brasil com dez ou doze anos, na companhia de um seu tio. Passou para Viamão, onde casou (em 1765) com Tereza Antunes Maciel, com ascendência conhecida até o século XIV. Serviu como capataz del Rei na captura de gado para abastecimento da comissão dos Demarcadores do limite determinado pelo Tratado de Madri(1750). Serviu na Guerra Guaranítica (1754-56). Integrou a tropa do legendário Pinto Bandeira, na campanha de libertação de Rio Grande(1773-1777), tendo participado do assalto ao forte de Santa Barbara, do São Martinho e do cerco de Santa Tecla. Depois de servir por 20 anos, deu baixa por ter quebrado uma perna; obteve carta de Sesmaria de campos em 15-IX-1797, na costa do Rio Irapuá, onde organizou sua estância das "Palmas".

José Gomes Porto – Luzia Francisca de Almeida foram pais de 12 filhos:

- 1-Florinda, nascida em Cachoeira RS (bat. 24-V-1812)
- 2-Clarinda Francisca Porto (bat.26-V-1813) que continua em XI-2
- 3-José Gomes Portinho (ver sucessão pág.22)
- 4-Capitão Delfino Gomes Porto (ver sucessão pág.23)
- 5-Josefa Porto; nascida em Cachoeira(bat.17-VI-1822)
- 6-Maria Porto, nascida em Cachoeira(bat.01-VII-1825)
- 7-Gabriel Gomes Porto; casou com Benta da Fontoura.
- 8-Julia Gomes Porto; casou com Fialho de Mendonça
- 9-Maria Delfina Porto (Mafina); casou com Manoel Rodrigues Goulart; com geração.

10-Teresa Porto; casou com Manoel Pinto da Mota, nascido em Rio Pardo, RS; militar, jornalista, participou do Assalto a Paissandú, no Uruguai(1865) sob as ordens de José Gomes Portinho. Filho de Bento José da Mota, natural do Rio de Janeiro e de Joaquina Eufrásia, nascida em Porto Alegre, RS. Com geração.

11-Listarda Francisca Porto, casou com José Antonio da Fontoura, nascido em Cachoeira (4-IV-1817), filho de Eusébio Manoel Antonio, natural da freguesia N.S. do Socorro, Lisboa, e de Vicência Cândida da Fontoura, nascida em Rio Pardo, RS; neto paterno de Crisógno Antonio Gonçalves, natural de

Gabriel casou cerca de 1788 com Florinda Rodrigues de Aguiar, nascida em Mogi, SP 1777, e falecida em Porto Alegre em 10-IV-1831 (Livro nº 4, da freguesia de N. Sra. Madre de Deus) com 54 anos) filha de Manoel Rodrigues de Aguiar e de Isabel Maria Cardoso; neta paterna de Antonio Rodrigues de Matos e de Lucrecia Portes del Rei naturais de Taubaté, SP (Ver linhagem RODRIGUES DE AGUIAR).

Pais de 9 filhos:

1- Tristão José Rodrigues de Almeida. Serviu nas Milícias de Entre Rios, onde possuiu campos por Sesmarias. Foi soldado do Regimento de Dragões (1822). Estancieiro em Entre Rios.

2- Luzia Francisca de Almeida (que continua em X-2)

3- Lourenço Rodrigues de Almeida Casou com Cândida Jacinta de Oliveira, filha de Antonio Vaz e da Felizarda Jacinta de Oliveira. Com descendência.

4- Manoela Joaquina de Almeida Casou com Germano Severino da Silva, nascido em Lisboa (1760) e falecido em Porto Alegre, 12-IV-1821 Filho de Antonio Germano da Silva e de Maria Joaquina. Militar serviu no Regimento de Extremós que veio para o Brasil (1777). Passou para o Rio Grande do Sul por ocasião da re-incorporação das Missões (1801). Por Aviso de 11-X-1801 passou para o Btl de Infantaria e Artilharia da Capitania; promovido a a tenente em 13-VI-1806. Capitão em 30-VI-1809. Reformado como Sarg-Mor (Decreto de 112-X-1814); comandou o Distrito de Triunfo. Com descendência

5- Ana Florinda Rodrigues de Almeida Casou em Cachoeira RS, 03-VII-1821 com Francisco Rodrigues de Almeida, filho de Manuel Rodrigues Penteado e de Jacinta da Silveira.

6-Maximiliano Rodrigues de Almeida

7-Felicidade de Almeida

8-Cândida de Almeida

9-Tereza de Almeida

X-2 **LUZIA FRANCISCA DE ALMEIDA**, nascida em Cachoeira RS, (bat. 19-II-1792). Filha de Gabriel Ribeiro de Almeida e de Florinda Rodrigues de Aguiar.

Casou em Cachoeira, RS 12-VIII-1813 com JOSÉ GOMES PORTO, nascido em Cachoeira, 18-II-1791 (bat. 19-VI-1791).

Faleceu na mesma freguesia (1859). Militar, serviu no Corpo de Cavalaria Miliciano, das Missões na I Campanha Cisplatina (1811-1812). Desertou em 20-VII-1812, na companhia de seu futuro sogro (Capitão Gabriel Ribeiro de Almeida) seduzidos pelas idéias de José Artigas. Anistiado re-integrou-se à sua unidade militar. Por ocasião de nossa Independência foram reorganizadas as forças, na Província, sendo nomeado Tenente, pelo Governador das Armas,

REVOLUÇÃO DE TRINTA: A AÇÃO TENENTISTA GARANTIU A VITÓRIA

Davis Ribeiro de Sena¹

A morte do líder

O assassinato de João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, presidente do Estado da Paraíba e candidato a vice-presidente da República pela Aliança Liberal, ocorrido na cidade do Recife (26 Jul 930), foi o estopim da revolução nacional liderada por Getúlio Dornelles Vargas (1730 horas de 03 Out 930), que depôs o presidente Washington Luís Pereira de Sousa. Havia cheiro de pólvora no ar, após a derrota eleitoral de 1º de março desse ano para Júlio Prestes de Albuquerque e o movimento armado deflagrado tinha sofrido a defeção de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, governador mineiro, substituído por Olegário Dias Maciel (07 Set 930). No Rio Grande do Sul, os 7º Regimento de Cavalaria (Santana do Livramento), 8º Regimento de Infantaria (Passo Fundo) e quartel-general da 3ª Região Militar (3ª RM) foram atacados a viva força por civis e policiais-militares, sendo aprisionado o general-de-divisão Gil Antônio Dias de Almeida, em pleno exercício do comando. Em Belo Horizonte (MG), o acuartelamento do 12º Regimento de Infantaria foi cercado e caiu no dia 08 seguinte.

Na cidade da Paraíba do Norte (hoje João Pessoa), o general-de-brigada Alberto Lavanère Wanderley, comandante da 7ª RM (todo o Nordeste, do Maranhão à Bahia), foi morto com um tiro no estômago pelo 1º tenente Agildo da Gama Barata Ribeiro, na caserna do 22º Batalhão de Caçadores (22º BC). Houve luta renhida na evolução dos acontecimentos, causando dezenas de baixas de ambos os lados, além de tiroteios travados em outros corpos de tropa, que resistiram ao assédio, particularmente nos 03 estados sulinos, porém a maioria aderiu espontaneamente aos revoltosos. O general-de-divisão Antenor de Santa Cruz Pereira de Abreu foi nomeado comandante das forças em operações no Norte da República, mas não desembarcou do vapor “Comandante Capela”, ancorado em Salvador (BA), onde instalou seu posto de comando, deixando livres as ações do ex-capitão Juarez do Nascimento Fernandes Távora, que chefio com êxito a revolução em todo Norte e Nordeste brasileiro.

¹ Membro correspondente do IHGRGS e membro do IHGB.

Entretanto, a prevista batalha campal, que seria decisiva, entre forças do governo e revolucionárias (25 Out), às margens do ribeirão Itararé (divisa entre os estados do Paraná e de São Paulo), não ocorreu, em face da capitulação legalista, no dia anterior (24 Out 930). Nessa data, junta militar composta pelos generais-de-divisão Augusto Tasso Fragoso – decano dos oficiais do Exército – e João de Deus Mena Barreto e o contra-almirante José Isaias de Noronha deu um golpe-de-estado, organizou o 1º Grupo de Regiões Militares (General Mena Barreto no comando e coronel Bertoldo Klinger na chefia do estado-maior), derrubou o presidente constituído, prendeu o vice-presidente Fernando de Melo Viana e o ministro da Guerra Nestor Sezefredo dos Passos, nomeou novo Ministério e, precedendo a revolução em marcha, assumiu o poder.

Despachadas diretrizes aos presidentes (hoje governadores) dos estados, Getúlio Vargas foi considerado simplesmente como um deles. O coronel Pedro Aurélio de Góes Monteiro, chefe do estado-maior revolucionário, não admitiu a situação imposta e refutando que o presidente da República era o candidato “esbulhado” nas últimas eleições, ordenou o deslocamento da tropa vitoriosa para o Distrito Federal, com o apoio do general honorário Olegário Maciel, afirmando este que a revolução não terminara com a queda de Washington Luís. Houve baderna na capital do país, empastelamento de jornais, saques na área comercial e distúrbios generalizados. Em 29 de outubro, o ex-sargento Vargas foi aclamado presidente na capital paulista e no dia seguinte, seguiu para a cidade do Rio de Janeiro, sendo ovacionado pela população. Uniformizado, sem assumir qualquer posto militar, no dia 03 de novembro de 1930, tomou posse solene no mais alto cargo da Nação, no palácio do Catete, não como presidente eleito, mas como líder da revolução triunfante. Mas esta é outra história ...

* * *

Em recente obra minuciosa e veraz, o saudoso historiador militar Alcyr Lintz Geraldo aborda com propriedade a “Revolução de 1930 na Paraíba”, apontando nomes fatos e datas. É livro de leitura obrigatória para os estudiosos, pois escapa à mesmice de repetições genéricas, que constitui a maioria das publicações que tratam do assunto. Fundamentado no citado trabalho, o autor apresenta breves anotações sobre o tema, acrescidas de pesquisas e interpretações próprias, enfatizando os fastos desencadeados no Estado da Paraíba, que liderou aquela revolução no Norte / Nordeste, ao lado dos outros dois estados rebelados (Rio Grande do Sul e Minas Gerais), mais poderosos econômica e politicamente, mas não na disposição para a luta.

Mesmo em estudo modesto como este, citar a Revolta de Princesa – pequena localidade do sertão paraibano – ocorrida naquele estado entre 24 Fev /

19 Ago 930, fruto do choque de interesses que colocou em campos opostos e intransigentes o governador João Pessoa, que havia assumido as funções em 22 Out 928, e o “coronel” sertanejo José Pereira Lima, o mais abastado comerciante do sertão paraibano, principal fornecedor de gêneros alimentícios e de produtos manufaturados para o vale do rio Piancó (era também representante da multinacional Esso de Petróleo), que se viu prejudicado pela política tributária estabelecida pelo novo governante.

A citada microrregião do semi-árido nordestino fora palco da violência social e política que assolava a sociedade brasileira, desde a libertação dos escravos: há alguns anos passados, o destacamento João Alberto da malsinada Coluna Miguel Costa – Prestes, que percorria o território nacional, vinda do Sul do país, entrou no vilarejo de Piancó (09 Fev 926), momento em que foi recebido a bala pelo padre Aristides Ferreira da Cruz, que resistiu na casa paroquial com alguns policiais e jagunços, matando um ex-sargento e ferindo outros atacantes. Ao sentir que não poderia reagir por mais tempo, entregou-se, acenando uma bandeira branca, porém foi perversamente estripado juntamente com mais 12 homens, cujos corpos foram lançados numa vala de esgoto ao ar livre. Consta que Osvaldo Cordeiro de Farias, um dos chefetes do movimento rebelde, estava presente, o que não impediu sua eleição a governador do Estado de Pernambuco (1954), já general-de-exército comandante da Zona Militar Norte, sediada na capital pernambucana, ao qual renunciou antes de concluir o mandato.

A rebelião militar

João Pessoa – sobrinho do ex-presidente Lindolfo da Silva Epitácio Pessoa, o grande cacique político do Nordeste, que o indicou – morava no Distrito Federal, onde exercia o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar e estava totalmente afastado dos problemas regionais. Idealista e enérgico, ao chegar, moralizou a Força Pública estadual e investiu frontalmente o coronelismo, que predominava na sociedade rural desde os tempos coloniais, protegendo o banditismo e o cangaço. Os “coronéis” influíam decisivamente na estrutura judiciária, por intermédio da composição dos júris populares e dos depoimentos das testemunhas convocadas para os julgamentos de contenciosos, ao tempo que controlavam as delegacias policiais e acoitavam impunemente os foragidos da lei, em suas propriedades.

Imediatamente, o incansável governador entrou em rota de colisão com o presidente Washington Luís, tornada explícita no dia do “Nego” (29 de julho de 1929), eis que dotado de reconhecida capacidade de trabalho, administrador eficaz que era, vitalizou o porto de Cabedelo e melhorou rodovias, procurando abastecer seu estado pelo terminal marítimo local, contrariando os atacadistas

do Recife e o ramo mais em evidência da família, os Pessoa de Queiroz, que lá residiam. Perseverante e ativo, tomava decisões importantes com presteza, desconsiderando as conseqüências decorrentes.

O governo da União era hostil à administração estadual, assim o 22º Batalhão de Caçadores (22º BC), com parada na capital paraibana, considerado legalista, mas sabidamente de tendência revolucionária – lá serviam os tenentes Jurandir de Bizarria Mamede, Juraci de Montenegro Magalhães, Paulo Cordeiro de Melo e Agildo da Gama Barata Ribeiro, todos comprometidos com o movimento revoltoso – estava cercado estrategicamente, á distância, por companhias destacadas dos 24º (São Luís), 25º (Teresina) 28º (Aracaju) e 29º BC (Natal), teoricamente leais ao governo central, bem como pelo aviso da Marinha “Muniz Freire”, ancorado em Sanhauá. Teoricamente, repita-se, pois a quase totalidade dos oficiais subalternos do Exército estava contaminada pelo vírus da rebeldia, estimulada por virulenta campanha da imprensa da capital do estado, que aliciava amplos setores da sociedade civil – á frente Antenor Navarro, José Américo de Almeida, Rui Carneiro e dezenas de outros líderes – todos voluntariamente sob a orientação do ex-capitão Juarez do Nascimento Fernandes Távora, futuro general da ativa e candidato derrotado à Presidência da Republica (1955), que saíra da clandestinidade e assumira a liderança das ações marciais, por consenso revolucionário.

Irmão e herdeiro político do ex-capitão revoltoso, morto de arma na mão nas ruas da cidade de São Paulo (19 Jul 924) Joaquim do Nascimento Fernandes Távora, de quem era 17 anos mais moço, católico fervoroso, Juarez foi o principal chefe da Revolução de Trinta em todo o Norte-Nordeste, todavia logo divergiu da ditadura getulista (1937/45) e passou à oposição, beneficiado pela anistia geral concedida pelo seu êmulo que propiciou a todos os cidadãos brasileiros o retorno às atividades normais independentemente do lado em que estiveram no passado. Muitos militantes ficaram famosos, outros fizeram carreiras marcantes nos campos civil e / ou militar, a saber: Nelson de Melo, ele próprio, Eduardo Gomes – candidato duas vezes à presidência da República, Manoel Mendes de Moraes, Djalma Soares Dutra, Osvaldo Cordeiro de Farias – que governou dois estados da Federação (interventor no Rio Grande do Sul e governador eleito de Pernambuco), João Alberto Lins de Barros – interventor em São Paulo, Afonso de Albuquerque Lima, Ari Parreiras, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata – interventor no Pará, Aristides Corrêa Leal, Juraci Montenegro Magalhães – interventor e governador eleito da Bahia, Ari Salgado Freire, Felinto Strubling Müller – senador e candidato a governador de Mato Grosso, Newton Estilac Leal – ministro da Guerra, Ernâni do Amaral Peixoto – interventor e governador eleito do Rio de Janeiro, Mário Portela Fagundes, Hercolino Cascardo – interventor no Rio Grande do Norte, Edmundo de Macedo Soares – governa-

dor eleito do Rio de Janeiro, Protógenes Pereira Guimarães – ministro da Marinha, João Punaro Bley – interventor no Espírito Santo, Augusto Maynard Gomes, interventor e governador eleito de Sergipe, Antônio de Siqueira Campos, Euclides Figueiredo, Ernesto Geisel – presidente do Brasil e último “tenente” e demais de realce semelhante.

Realizadas as manobras gerais de 1905, no campo de instrução de Santa Cruz (cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal) e identificadas as razões das duras baixas sofridas na campanha de Canudos (1896/7), que constatarem a reduzida operacionalidade da Força Terrestre, tornando urgente sua modernização, particularmente atualizando o nível profissional dos quadros e superando a exaustão da Guerra da Tríplice Aliança (1864/70). Assim, o ministro da Guerra marechal Hermes Rodrigues da Fonseca decidiu enviar jovens oficiais à Europa para auferirem novos conhecimentos profissionais resultantes das guerras da Criméia, franco-prussiana e dos “böers”, além de conhecerem as novidades técnicas e de emprego decorrentes da Revolução Industrial em andamento e que ainda não tinham chegado por aqui.

Com a vinda da Missão Francesa (1919) foram construídos aquartelamentos e vilas militares, criadas escolas de aperfeiçoamento e de extensão, a instrução da tropa foi atualizada e os oficiais subalternos (“jovens turcos”) adquiriram nova mentalidade, absorvendo com ardor o lema “rumo à tropa”, divulgado pela revista militar “A Defesa Nacional” (1916), fundada por eles. Não tardou e criaram a Missão Indígena – capitães e tenentes instrutores da Escola Militar de Realengo, em contraposição à “missão estrangeira”, proclamando a implantação das idéias modernas por brasileiros. Estava semeado o fato gerador do “tenentismo”, movimento social que logo se alastrou entre a maioria dos tenentes, muitos capitães e grande parte da oposição partidária simultaneamente aos presidentes Epitácio Pessoa, Arthur Bernardes, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, João Goulart e chegou ao poder em 31 de março de 1964. Julgava a jovem oficialidade que esta era a única maneira de salvar o Brasil da politicagem e da corrupção dos civis e o meio patriótico de conduzir o Exército, que procurava escapar da quase estagnação do final do século XIX, ingressando resolutamente em nova fase de progresso, impulsionando a nação brasileira.

Pois bem. Após a morte de João Pessoa e visando a controlar a preocupante situação, o general Lavanère transferiu o comando da 7ª RM para o aquartelamento do 22º BC, certo de que aquela unidade continuava legalista. Princesa foi ocupada sem resistência por frações de tropas do 19º BC (Salvador) e do 20º BC (Maceió) e por uma seção de metralhadoras do 21º BC (Recife), sob as ordens do capitão João Facó.

A sublevação detonou às 02:00 horas da madrugada de 04 de outubro de 1930, enquanto nos demais estados insurretos fora deflagrada às 17:30 horas

do dia anterior. Juarez Távora explicou em livro de memórias que solicitara a Osvaldo Aranha, lugar-tenente de Getúlio Vargas, o adiamento do início da revolta por algumas horas, em virtude da companhia comandada por Juraci Magalhães entrar em prontidão no dia 04, obedecendo à escala de rodízio do serviço de prontidão imposto pelo comandante do 22º BC, entre as subunidades subordinadas, o que facilitaria o desencadeamento das operações. Obviamente, esse extemporâneo pedido, feito à 25ª hora, não foi atendido pelos dirigentes nacionais e valeu ao futuro postulante ao cargo de presidente do Brasil a desconfiança dos correligionários do Sul do país, que jamais absorveriam o fato de que o movimento insurrecional no Nordeste estourou algumas horas depois da sua eclosão em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Daí para frente, Távora e a maioria de seus comandados nordestinos estiveram em campos divergentes de seus companheiros que assumiram o poder, até o fim de suas vidas.

Na verdade, o ataque de surpresa ao quartel-general governista foi desfechado por Agildo Barata – ao mando de 18 civis fardados, recebidos de Antenor Navarro – que prendeu os oficiais desprevenidos e matou o general. Posteriormente, esse oficial revoltoso aderiu à ideologia comunista e negou, sem convicção, ter sido o agente do tiro fatal – sem indicar o autor do disparo – mas a análise isenta dos fatos e das personalidades envolvidas, e o relato de algumas testemunhas presentes ao episódio sangrento conduzem à conclusão de que foi o exaltado tenente quem feriu mortalmente o general comandante da 7ª RM. Depois de intervenção cirúrgica em condições adversas, a vítima faleceu no dia seguinte e foi promovida *post mortem* a general-de-divisão, no dia 15 do mesmo mês.

Findou a refrega nas dependências do 22º BC duas horas depois de iniciada e apresentou o saldo sinistro da morte de quatro oficiais legalistas e do cabo telefonista-de-dia, além de uns poucos feridos civis e militares. José Américo assumiu o governo estadual, ainda em 04 de outubro e Paulo Cordeiro, ao lado de Agildo Barata, dirigiram-se para a cidade do Recife, enquanto eram encerrados os combates no interior do Estado da Paraíba e enviadas colunas de marcha a Natal e a Fortaleza, para dar conta do êxito da revolução.

Participaram das ações, com maior ou menor intensidade, oito batalhões de infantaria do Exército, sediados nas capitais nordestinas, de São Luís a Salvador, além de elementos das milícias estaduais e de civis voluntários. A revolução vitoriosa de 1930 abriu caminho para o ingresso do Brasil no século XX, com 30 anos de defasagem histórica.

ÍNDICE DAS PRINCIPAIS MATÉRIAS CONTIDAS NO ANUÁRIO DO RIO GRANDE DO SUL, DIRIGIDO POR GRACIANO A. DE AZAMBUJA (1885-1914)

A CAPELA do monge em santa Maria: Santo Antônio Abade (Festa do Campes-
tre). **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.208-212, 1904.

A EX-COLÔNIA Silveira Martins. **Anuário do Estado do Rio Grande do
Sul**, p.178-180, 1885.

A FUNDAÇÃO de Porto Alegre. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**,
p.239-243, 1911.

A IMPRENSA do Rio Grande. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**,
p.294/295, 1904.

A MINERAÇÃO no estado do Rio Grande do Sul. **Anuário do Estado do
Rio Grande do Sul**, p.252-255, 1899.

A. C. Ligeiro esboço corográfico do município de Gravataí. **Anuário do Esta-
do do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 1904, p.222-224.

A.A. da C. Um episódio da revolução de 1835. **Anuário do Estado do Rio
Grande do Sul**, p. 214-216, 1887.

A.A.P. Coruja. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.209-211, 1890.

A.B.C. Belezas naturais do Rio Grande do Sul: a cascata grande. **Anuário do
Estado do Rio Grande do Sul**, p.273-284, 1889.

ACADEMIA Rio-Grande de letras. **Anuário do Estado do Rio Grande do
Sul**, p.236-238, 1903.

ADOLPHO Lindner. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.136-137, 1898.

ADRIANO Nunes Ribeiro. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.179-
180, 1914.

ALBUQUERQUE, Salvador de. As árvores deste Estado (notas aos estudos de
Von Ihering e de Lúcio Cidade). **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**,
p.157-158, 1895.

ALMEIDA, Gabriel Osório de. Carvão de pedra nacional. **Anuário do Esta-
do do Rio Grande do Sul**, p.256-263, 1906.

ANITA Garibaldi. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.156-159,
1904.

ANTIGUALHA. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.109, 1892.

ANTÔNIO de Azevedo Lima. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**,
p.291, 1899.

ANTÔNIO Rodrigues Barboza (1747-1809). **Anuário do Estado do Rio
Grande do Sul**, p.315-321, 1904.

APONTAMENTOS sobre o arraial Teresópolis. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.176, 1893.

ARAÚJO, Francisco. Plantas medicinais do Estado do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.137-140, 1897.

ARAÚJO, Francisco. Plantas medicinais do Estado do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.127-130, 1898.

ARAÚJO, Francisco. Plantas medicinais do Estado do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.97-101, 1899.

ARAÚJO, Francisco. Plantas medicinais do Estado do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.193-196, 1900.

ARAÚJO, Francisco. Plantas medicinais do Estado do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.197-198, 1901.

ARAÚJO, Francisco. Plantas medicinais do Estado do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.125-128, 1902.

ARAÚJO, Francisco. Plantas medicinais do Estado do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.307-309, 1905.

ARTAGÃO, Mário de. Romualdo Magriço. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.97-99, 1898.

AS MISSÕES orientais do Uruguai. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.209-216, 1900.

ASSEMBLÉIA Provincial do Rio Grande do Sul: 1885-86. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.260-261, 1886.

ASSEMBLÉIA Provincial. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.219-220, 1890.

ASSIS BRASIL, J. F. de. Empresa pecuária em Ibirapuitã. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.161-165, 1899.

ASSIS BRASIL, J. F. de. Exposição pecuária de Chicago. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.259-269, 1902.

AZAMBUJA, Graciano A. de. A viticultura no Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.262-265, 1900.

AZAMBUJA, Graciano A. de. Ainda a superfície do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.246-247, 1906.

AZAMBUJA, Graciano A. de. As pragas dos nossos pomares e sua destruição. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.231-234, 1898.

AZAMBUJA, Graciano A. de. Cultura de eucalyptus. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.221-224, 1898.

AZAMBUJA, Graciano A. de. O Barão do Rio Branco. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.145-158, 1896.

AZAMBUJA, Graciano A. de. O Brasil na exposição de Chicago. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.209-218, 1896.

- AZAMBUJA, Graciano A. de. O conselheiro Leopoldino Joaquim de Freitas. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.177-182, 1899.
- AZAMBUJA, Graciano A. de. O Visconde do Rio Grande. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.177-194, 1897.
- AZAMBUJA, Graciano A. de. Um juízo competente sobre o Visconde do Rio Grande. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.261-266, 1898.
- AZAMBUJA, Graciano A. de. Videiras americanas. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p. 218-219, 1897.
- AZAMBUJA, Graciano A. de. Viticultura. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.214-225, 1899.
- AZAMBUJA, Graciano A. de. Viticultura. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.251-254, 1898.
- AZAMBUJA, Graciano A. de. Elementos para para estudo e determinação do clima do Rio Grande do Sul. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.218-230 1885.
- AZAMBUJA, Graciano A. de. Notas estatísticas sobre a província do Rio Grande do Sul. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.231-251, 1885.
- AZAMBUJA, Graciano A. de; VOIGT, Carlos. A erva mate e sua cultura. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.177-183, 1900.
- AZEVEDO, Felicíssimo M. de. A primeira escola de Porto Alegre. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.155-162, 1885.
- BARRA do Rio Grande do Sul. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.139-144, 1885.
- BARRAGENS no Rio Cahy. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, il., p.196-198, 1889.
- BESCHOREN, Max. Topografia da região missioneira. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.122-134, 1908.
- BIBIANO de Almeida. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.88, 1893.
- BIBLIOTECA Pública de Porto Alegre. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.215, 1885.
- BIBLIOTECA Rio-Grandense. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.216, 1885.
- BIBLIOTECA Rio-Grandense: seu jubileu a 15 de agosto de 1896. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.151-154, 1898.
- BISPADO do Rio Grande do Sul. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.225, 1890.
- BRAZIL, Zeferino. Obsessão. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.188-190, 1903.
- BREDEL, J. H. Jazidas metalíferas de Lavras. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.130-132, 1910.

- CAMPELLO, F. de P. Chaves. Viação férrea do Rio Grande do Sul. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.218-219, 1905.
- CASA de Saúde Bela Vista. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, il., p. 257-259, 1897.
- CAVALHADAS. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.193-196, 1901.
- CÉZAR, J.J. Notas sobre a imprensa do Rio Grande do Sul. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.188-200, 1885.
- CHUVAS em Rio Grande. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.144, 1911.
- CIDADE, Lúcio. A vassoura do Monge. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.117, 1899.
- CIDADE, Lúcio. Estudinhos: sobre palavras guaranis. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.171-174, 1896.
- CIDADE, Lúcio. Usos e costumes. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.260, 1897.
- CIDADE, Lúcio. Usos e costumes. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.232, 1897.
- CIDADE, Lúcio. A cabriúva. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.227-232, 1895.
- CIDADE, Lúcio. As árvores do Rio Grande do Sul pelo dr. Hermann Von Ihering. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.220-228, 1894.
- CLIMA do Rio Grande do Sul. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.300-306, 1906.
- CLIMA do Rio Grande do Sul. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.311-317, 1908.
- COELHO, M. Alegrete. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.171-175, 1895.
- COELHO, M. Cidade de Uruguaiana. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.110-111, 1899.
- COLÔNIA Militar do Alto Uruguai. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.192, 1903.
- COMANDANTES, governadores, capitães-gerais e presidentes da província do Rio Grande do Sul. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.92-98, 1890.
- COMISSÃO da Carta Geral do Brasil. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.113-129, 1909.
- CONSELHEIRO Araújo e Silva. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p. 131-132, 1903.

- CONSELHEIRO Ignácio Galvão. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.158, 1907.
- CONSTRUÇÕES licenciadas em Porto Alegre. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.335, 1908.
- CORRÊA, José Romaguera. Poesia popular rio-grandense. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.135-139, 1904.
- CORTHELL, F. L. A barra do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.221-227, 1908.
- CORUJA, A.A.P. Antigualhas: alcunhas de Porto Alegre e outras alcunhas. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.161-183, 1887.
- CORUJA, A.A.P. Antigualhas: as ruas de Porto Alegre. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.174-181, 1888.
- CORUJA, A.A.P. Antigualhas: as ruas de Porto Alegre. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.94-103, 1889.
- CORUJA, A.A.P. Antigualhas: as ruas de Porto Alegre. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.85-89, 1890.
- CORUJA, A.A.P. Antigualhas: origem dos nomes de algumas famílias conhecidas. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.153-167, 1886.
- CORUJA, A.A.P. Efemérides rio-grandenses. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.156-177, 1888.
- CORUJA, A.A.P. Episódios da revolução de 1835. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.120-123, 1888.
- CORUJA, A.A.P. Senadores e deputados da Província do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.140-146, 1886.
- CORUJA, A.A.P. Um novo catecismo: noções gerais sobre a Província, em perguntas e respostas. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.124-129, 1886.
- CORUJA, A.A.P. Um novo catecismo: noções gerais sobre a Província, em perguntas e respostas. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.119-124, 1887.
- CRÔNICA rio-grandense. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.89-97, 1894.
- CRÔNICA rio-grandense. v.3. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.235-241, 1897.
- CRÔNICA rio-grandense: efemérides de 1824 a 1847. v.1. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p. 91-103, 1895.
- CRÔNICA rio-grandense: efemérides de 1848 a 1865. v.2. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p. 99-109, 1896.
- CRUZ, Alcides. Município de Encruzilhada. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.129-139, 1901.

CRUZ, Alcides. Notas dos distritos da Serra e da Vacaria por I.P.S.A.: 1º/1/1851. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.135-142, 1896. (Revisão e cópia de Alcides Cruz)

CRUZ, Alcides. Vida de Rafael Pinto Bandeira. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.177-201, 1904.

CRUZ, Alcides. Vida de Rafael Pinto Bandeira. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.224-234, 1906.

CUNHA, José Zeferino da. História da Revolução de 1835: Combate da Conceição. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.292, 1904.

CUNHA, José Zeferino da. Revolução de 1835/45: o combate do Cerro da Palma. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.136-137, 1903.

DADOS estatísticos sobre a colônia Caxias em 1892. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.125, 1897.

DATA da descoberta do Brasil. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.154-155, 1907.

DESPACHOS do General Andréa. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.149-153, 1890.

DORIA, Escragnolle. Joaquim Caetano da Silva. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.181-189, 1914.

DUARTE, José Gonçalves. Recordações históricas. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.196-202, 1896.

DUTRA. Dr. João. As árvores do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.236-240, 1900. (Continuação do trabalho de Von Ihering, do Anuário de 1896).

DUTRA. Dr. João. As árvores do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.186-191, 1901. (Continuação do trabalho de Von Ihering, do Anuário de 1896).

DUTRA. Dr. João. As árvores do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.203-208, 1902. (Continuação do trabalho de Von Ihering, do Anuário de 1896).

DUTRA. Dr. João. As árvores do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.248-254, 1903. (Continuação do trabalho de Von Ihering, do Anuário de 1896).

DUTRA. Dr. João. As árvores do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.141-148, 1904. (Continuação do trabalho de Von Ihering, do Anuário de 1896).

DUTRA. Dr. João. As árvores do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.235-239, 1905. (Continuação do trabalho de Von Ihering, do Anuário de 1896).

DUTRA. Dr. João. As árvores do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do**

Rio Grande do Sul, p.250-254, 1906. (Continuação do trabalho de Von Ihering, do Anuário de 1896).

DUTRA, Dr. João. As árvores do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.208-211, 1907. (Continuação do trabalho de Von Ihering, do Anuário de 1896).

DUTRA, Dr. João. As árvores do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.253-256, 1908. (Continuação do trabalho de Von Ihering, do Anuário de 1896).

DUTRA, Dr. João. As árvores do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.197-201, 1909. (Continuação do trabalho de Von Ihering, do Anuário de 1896).

DUTRA, Dr. João. As árvores do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.237-235, 1910. (Continuação do trabalho de Von Ihering, do Anuário de 1896).

ESCOBAR, Wenceslau. Um capítulo de uma história inédita da revolução rio-grandense de 1893. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.145-156, 1910.

ESCOBAR, Wenceslau. Um capítulo de uma história inédita da revolução rio-grandense de 1893. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.225-236, 1911.

ESCOBAR, Wenceslau. Um capítulo de uma história inédita da revolução rio-grandense de 1893. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.241-253, 1912.

ESCOLA Agrícola e Veterinária de Pelotas. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.115-116, 1886.

ESCOLA normal da província do rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.190-191, 1889.

ESTAÇÃO balneária da Barra do Chuí. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.124, 1905.

ESTATÍSTICA predial de Porto Alegre em 1892. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p. 172-175, 1894.

ESTRADA de ferro do Riacho. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.285, 1903.

FAMÍLIA imperial: o Imperador, sua descendência e irmãs. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.215-216, 1890.

FERREIRA, Ignácio de Vasconcelos. Ao Campara. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.93-95, 1897.

FLAMENGOS e açorianos. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.171-178, 1914.

FLORA brasiliensis. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.167, 1885.

FORÇA e luz porto-alegrense: bondes elétricos de Porto Alegre. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.246-248, 1908.

FORÇAS em operações contra a revolução no Rio Grande do Sul. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p. 143, 1896.

FORTES, J.B. Santa Maria da Boca do Monte. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.155-162, 1902.

FREITAS, Leopoldino Joaquim de. Correções e aditamentos ao dicionário geográfico de Milliet de Saint Adolphe. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.234-245, 1899.

FRONTEIRA Brasil-Argentina: posições geográficas determinadas pelas comissões brasileira e Argentina. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.164-165, 1908.

G.A. Pedro Moringue. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.38-39, 1901.

G.A. .Morte do Coronel Afonso Corte Real. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.209-211, 1901.

GAMA, C. Canal da Laguna à Lagoa dos Patos. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.181-183, 1888.

GAMA, José da Costa. Confronto econômico dos diversos sistemas de transporte. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.148-153, 1902.

GERMANO Hasslocher. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.233-238, 1912.

GOBATTO, Celeste. Exposição de uvas: Teresópolis. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.233-236, 1914.

GORCEIX, Henrique. Notícia sobre a jazida e a exploração de ouro em Lavras. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.177-190, 1905.

GOVERNO da Província. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p. 223-224, 1890.

GRACIANO Alves de Azambuja. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.225-229, 1913.

GRACIANO Azambuja. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.213-223, 1912.

GUIMARÃES, José Pinto. O Professor J.P.H. Duplan. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.225-232, 1901.

HAFKEMEYER, J.B. A conquista portuguesa do Rio Grande do Sul. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.161-207, 1912.

HAFKEMEYER, J.B. A conquista portuguesa do Rio Grande do Sul. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.177-213, 1913.

HAFKEMEYER, J.B. As principais representações cartográficas da costa brasileira, nos primeiros três lustros depois da sua descoberta. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.113-127, 1912.

HAFKEMEYER, J.B. O primeiro mapa com o nome de América. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.225-232, 1910.

- HAFKEMEYER, J.B. Para o centenário da Companhia de Jesus. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.113-169, 1914.
- HÉBERT, A. Medidas agrárias antigas. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.161-163, 1911.
- HINO nacional da República Rio-grandense. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.149, 1892.
- HISTÓRIA do Rio Grande do Sul: alfândega de Porto Alegre, alfândega de Rio Grande, alfândega de S. José do Norte, alfândega de São Borja e Uruguaiana, alfândega de Santana do Livramento, correios. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.113-121, 1902.
- HISTÓRIA do rio Grande do Sul: antigo regime, regime republicano, secretários de governo, chefes de polícia, repartições de fazenda, alfândegas. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.269-285, 1901.
- IHERING, Hermann Von As aves do Estado do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.113-154, 1900.
- IHERING, Hermann Von Os índios patos e o nome da Lagoa dos Patos. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.113-126, 1910.
- IHERING, Hermann Von Os peixes d'água doce do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.161-190, 1898.
- IHERING, Hermann Von. As árvores do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.164-196, 1892.
- IHERING, Hermann Von. Os índios do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.104-119, 1895.
- IHERING, Hermann Von. Os mamíferos do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.96-123, 1893.
- IHERING, Hermann Von. Os peixes da costa do mar no Estado do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.98-124, 1897.
- IMIGRAÇÃO no Brasil. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.257, 1907.
- IMIGRANTES em 1901 e 1902. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.227, 1905.
- IMPOSTO territorial. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.171, 1907.
- IMPOSTO territorial. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.281-285, 1905.
- IRINEU Evangelista de Souza. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.106-110, 1891.
- J.C. O conselheiro Sinimbu. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.140, 1904.
- JOAQUIM Francisco do Livramento. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.184, 1903.

- JOGO do bicho. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.157-160, 1912.
- JOHN C. Branner. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.193/202, 1908.
- JOSÉ Arthur Montenegro. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.284-285, 1902.
- KOSERITZ, Carlos Von. Maximiliano Beschoren. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.143-145, 1889. (Com apêndice de Graciano A. de Azambuja)
- L. A. H. O Padre Clemente Faller. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.139-140, 1898.
- LEÃO, Sebastião de. Escavações históricas: os primeiros açorianos. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.136-142, 1906.
- LECOMTE, Cassius. Tramandaí-Torres. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.230-233, 1913.
- LIMA, Antônio de Azevedo. Asilo de Santa Tereza. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.233, 1909.
- LIMA, Josino S. Cruz Alta: clima. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.154-155, 1912.
- LIMA, Josino S. Cruz Alta: posição astronômica. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.171-173, 1910.
- LINDMANN, C. O. M. A vegetação no Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.282-283, 1903.
- MABILDE, P.F. Afonso. Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.145-167, 1897.
- MABILDE, P.F. Afonso. Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.125-151, 1899.
- MAIA, João. Carlos Ferreira. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.227-232, 1914.
- MALAN, Alfredo. Esboço de uma faixa de fronteira: Dom Pedrito e Bagé. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.273-278, 1912.
- MALAN, Alfredo. Limites do estado do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.311-315, 1910.
- MALAN, Alfredo. Passo de Goio-En. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.261-266, 1913.
- MALAN, Alfredo. Passos e vaus. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.167-171, 1911.
- MARTINS, Bráulio. Major Dionísio Amaro da Silveira. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.129-133, 1902.
- MARTINS, Bráulio. Major Frisão Gomes de Carvalho. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.225-231, 1902.

- MATANÇAS nas charqueadas em 1910. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.210, 1911.
- MAXIMILIANO, Carlos. O professor Fernando Ferreira Gomes. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.193-201, 1898.
- MAZUMBA, Argoacin. Belezas naturais do Rio Grande do Sul: a cascata pequena. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.177-186, 1896.
- MELLO, Tancredo de. Almanagues do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.194-202, 1905.
- MELLO, Tancredo de. Santa Vitória do Palmar. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.178-189, 1906.
- MEMÓRIA sobre a revolução de 20 de setembro. v.2. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.110-119, 1888.
- MEMÓRIA sobre a revolução de 20 de setembro. v.1. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.198-214, 1887.
- MEMÓRIA sobre a revolução de 20 de setembro. v.3. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.116-129, 1889.
- MILLER, James E. Notas sobre a superfície geológica do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.133-135, 1910.
- MINAS de São Jerônimo. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.257-259, 1905.
- MINAS de São Jerônimo. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.242-244, 1906.
- MINISTÉRIO e Senado do Império. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.216-219, 1890.
- MINSEN, G. Ensino agrícola. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p. 224-228, 1897.
- MIRANDA, P. A. de. O mais antigo almanaque do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p. 188-189, 1900.
- MONTENEGRO, J. Arthur. Coordenadas geográficas. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.116-128, 1903.
- MOVIMENTO do porto de Porto Alegre em 1904. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.148, 1906.
- MOVIMENTO do porto de Rio Grande em 1907. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.170, 1909.
- NAVEGABILIDADE do Rio Camaquã. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.168-169, 1890.
- NOTAS estatísticas sobre a província do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.227-228, 1888.
- NOTAS estatísticas sobre a província do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.200-222, 1889.

NOTAS estatísticas sobre o Estado do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p. 217-234, 1892.

NOTAS estatísticas sobre o Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.191-221, 1891.

NOTÍCIA sobre a Colônia Militar do Alto Uruguai. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.178, 1893.

O ANO de 1839 em Porto Alegre: diário da capital da Província. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.101-121, 1885.

O ANO de 1840 em Porto Alegre: diário da capital da província. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.201-219, 1886.

O BERGANTIM do Duque de Saldanha. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.207, 1901.

O INVERNO de 1885. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.287-291, 1886.

O RECENSEAMENTO de 1900. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.232-233, 1907.

O TOPE republicano de 1835. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, il, p.288, 1903.

OBITUÁRIO da cidade de Porto Alegre. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.151-152, 1906.

OBRAS da Barra. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.136-138, 1912.

OLIVEIRA, Olinto de. Dr. Sebastião de Leão. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.129-135, 1906.

OPPITZ, F. Tupi-guarani: Esboço sobre a língua indígena. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.289-304, 1905.

ORFANOTRÓFIO Rio-Grandense. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p. 239-240, 1898.

ORNANO, J. B. Transcrição de um requerimento à Assembléia. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.157-158, 1894.

ORTIGÃO, Ramalho. Dom Carlos, rei de Portugal, o martirizado. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p. 256-264, 1909.

OTTONI, Jorge Benedito. Enchentes. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.142-144, 1903.

PADTBERG, Augusto. Extensão territorial do Rio G. do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.281-283, 1908.

PADTBERG, Augusto. Superfície do Brasil. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.135-142, 1911.

PADTBERG, Augusto. Um novo e grande atlas do Brasil. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.113-118, 1911.

- PALDAOF, João M. Viticultura. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.313-316, 1902.
- PELOTAS e o dia 27 de junho de 1876. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.249, 1899.
- PHILIPPSON. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.299, 1906.
- PLANTAS do Rio Grande do Sul. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.241-255, 1913.
- POESIA popular rio-grandense. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.141-147, 1892.
- POESIA popular rio-grandense. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.240/244, 1903.
- POESIA popular rio-grandense. v.2. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.151-159, 1889.
- POESIA popular rio-grandense. v.3. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.101-114, 1890.
- POESIA popular rio-grandense. v.1. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.229-241, 1887.
- POPULAÇÃO da capital. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.155-157, 1893.
- POPULAÇÃO de porto Alegre: recenseamento de 1911. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.139, 1912.
- POPULAÇÃO do Rio Grande do Sul por municípios, segundo o Censo de 1890. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.184-185, 1893.
- POPULAÇÃO do Rio Grande do Sul por municípios, segundo o censo de 1890. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p. 219-221, 1894.
- PORTO ALEGRE, Aquiles. Damasceno Vieira. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.128-130, 1911.
- PORTO das Torres. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.145-161, 1913.
- PORTO de Porto Alegre: movimento em 1906. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.319, 1908.
- PORTO, Aurélio. Fundação de São Sepé. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.131-135, 1912.
- POSIÇÕES geográficas de diversas localidades do Rio Grande do Sul. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.36-39, 1904.
- PRÉDIOS em Porto Alegre nos anos de 1893-1897. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.257, 1898.
- PRÉDIOS existentes na cidade de Porto Alegre nos anos de 1893 a 1895. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.233, 1897.

- PROPRIETÁRIOS brasileiros no Uruguai. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.135, 1908.
- QUESTÃO de limites Taquara – São Leopoldo. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.249-254, 1910.
- RAMOS, Fileto. A Santa Casa de Misericórdia de São Gabriel. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.220, 1898.
- RAMOS, Fileto. David Canabarro. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.167, 1896.
- RAMOS, Fileto. O bispo Dom Feliciano e a Câmara Municipal de São Gabriel. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.174, 1891.
- RAMOS, Fileto. O Campara. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.92-93, 1897.
- RAMOS, Fileto. São Gabriel. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.119-121, 1899.
- RECEITAS municipais orçadas para o ano de 1906. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.167, 1907.
- RECENSEAMENTO do Uruguai e notas demográficas. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.129, 1910.
- RECENSEAMENTO do Uruguai e notas demográficas. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.161, 1910.
- RECORDAÇÕES históricas. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.136, 1893.
- RECORDAÇÕES históricas: revolução de 1835 – carta de Bento Manoel Ribeiro a J. Mariano de Mattos em 18/7/1839. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p. 183/184, 1895.
- RECORDAÇÕES históricas: revolução de 1835– carta de Bento Manoel Ribeiro e Manoel Veloso Rebelo. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p. 192, 1895.
- RECORDAÇÕES históricas: revolução de 1835 – sobre tentativa de acordo em março de 1840. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p. 161/162, 1895.
- REPRESENTAÇÃO nacional em 1885. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.181-189, 1886.
- REPRESENTAÇÃO nacional em 1886. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.188-193, 1887.
- RESUMO mensal das observações meteorológicas em Santa Cruz (1899-1902). **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.306-310, 1904.
- RIBEIRO, José Paulo. Padre Cacique. **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.113-129, 1909.

- RIBEIRO, José Paulo. Pela nossa História. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.179-185, 1910.
- RIEDL, J. E. Município de Santa Cruz. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.135, 1903.
- RIO BRANCO, Barão do. Limites e navegação na Lagoa Mirim e Rio Jaguarão. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.245-260, 1911.
- RODRIGUES, Alfredo F. As areias do Rio Grande. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.103-109, 1900.
- RODRIGUES, Alfredo F. O nome da Lagoa dos Patos. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.154-156, 1899.
- SAINT-HILAIRE, A. de. Viagem ao Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.113-125, 1913.
- SAMUEL Palmeira. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.286-290, 1900.
- SANTANA do Morro Grande. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.336-338, 1908.
- SANTO Antônio da Patrulha: justiça de Sto. Antônio. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.148, 1907.
- SANTOS Dumont. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.290-291, 1904.
- SÃO Gabriel: chegada do 1º trem em 1896. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.142, 1897.
- SCHUPP, Ambrósio. A caranguejeira. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.161-165, 1907.
- SCHUPP, Ambrósio. As bolas dos bugres. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.183, 1903.
- SCHUPP, Ambrósio. Geologia da Lagoa dos Patos. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.173, 1900.
- SCHUPP, Ambrósio. Na praia do Rio Grande. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.232-237, 1908.
- SCHUPP, Ambrósio. Notícia sobre os louva-a-deus do Brasil. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.257-265, 1899.
- SCHUPP, Ambrósio. Os aborígenes do Brasil sob o ponto de vista etnológico. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.145-159, 1903.
- SCHUPP, Ambrósio. Os aborígenes do Brasil sob o ponto de vista etnológico. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.116-128, 1904.
- SCHUPP, Ambrósio. Os aborígenes do Brasil sob o ponto de vista etnológico. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.263-272, 1905.
- SCHUPP, Ambrósio. Uma contribuição para a geologia do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.311-320, 1905.

- SCHUPP, Ambrósio. Uma visita à Ilha dos Marinheiros. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.145-152, 1911.
- SILVA, Joaquim Gonçalves da. Recordações históricas. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.210-212, 1897.
- SILVA, Joaquim Gonçalves da. Recordações históricas. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.141-144, 1898.
- SILVEIRA, Hemetério J. Veloso da. Antônio de Mello e Albuquerque. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.161-167, 1906.
- SILVEIRA, Hemetério J. Veloso da. Cruz Alta. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.200-203, 1903.
- SIMCH, Francisco Rodolfo. Climatologia. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.145-148, 1912.
- SIMCH, Francisco Rodolfo. Minerais do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.177-188, 1911.
- SÍRIOS no Brasil. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.175, 1909.
- SITUAÇÃO das colônias alemãs no Brasil. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.128-131, 1888.
- SMITH, Herbert H. Geologia do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.113-122, 1901.
- SOCIEDADES de bailes de homens de cor. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.126, 1896.
- SPIELBERG, G. As terras de campo no Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.191-199, 1886.
- TAQUARY, João Mendes de. Fundadores de taquari. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.232-241, 1896.
- TEIXEIRA, José Gabriel. Bandeira da república Rio-Grandense. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.160-161, 1892.
- TEIXEIRA, José Gabriel. Hino Republicano Rio-Grandense. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.130-136, 1892.
- TEIXEIRA, José Gabriel. Hino Republicano Rio-Grandense. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.180-182, 1893.
- TEIXEIRA, José Gabriel. Nó republicano. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.198-199, 1892.
- TEIXEIRA, José Gabriel. Nó republicano. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.177-180, 1895.
- TESCHAUER, Carlos. A catequese dos índios Coroados do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.129-168, 1905.
- TESCHAUER, Carlos. A erva-mate na história e na atualidade. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.241-256, 1907.
- TESCHAUER, Carlos. A erva-mate na história e na atualidade. **Annuário do**

Estado do Rio Grande do Sul, p.289-309, 1908.

TESCHAUER, Carlos. A língua Guarani e o Pe. Roque Gonzalez. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.278-296, 1906.

TESCHAUER, Carlos. Contribuições para a história da civilização do Estado do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.209-228, 1903.

TESCHAUER, Carlos. Estudos etnográficos: achados índios. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.292-301, 1901.

TESCHAUER, Carlos. Poranduba rio-grandense. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.292-301, 1901.

TESCHAUER, Carlos. Poranduba rio-grandense. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.169-189, 1902.

TESCHAUER, Carlos. Poranduba rio-grandense. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.300-317, 1903.

TESCHAUER, Carlos. Poranduba rio-grandense. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.241-272, 1904.

TITULARES rio-grandenses residentes no Estado e fora do Estado. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p. 234-236, 1891.

TITULARES rio-grandenses. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p. 220-222, 1890.

TRIBUNAL da relação de Porto Alegre. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.225/226, 1890.

UM documento histórico: carta de Bento Gonçalves a João Evangelista Tavares, em 29/1/1836. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.244, 1901.

UM EPISÓDIO da revolução de 1835. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.222-234, 1886.

VÁRZEA, Virgílio. Garibaldi e Anita. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.257-264, 1901.

VÁRZEA, Virgílio. No Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.129-146, 1907.

VASQUES, Júlio. Limites do Estado do Rio Grande do Sul. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.175-176, 1903.

VASQUES, Júlio. Navegação marítima. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.270-272, 1906.

VASQUES, Júlio. Posições geográficas. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.40, 1903.

VASQUES, Júlio. Produtos das charqueadas. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.274-277, 1906.

VERSOS gaúchos. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.143, 1906.

VIAÇÃO férrea: estatísticas de 1908. **Annuário do Estado do Rio Grande do**

Sul, p.175, 1910.

VIANA, Dr. José Gonçalves. Biografia do P^e. Joaquim Cacique de Barros. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.98-110, 1894.

VIEIRA, Damasceno. A Carlos Von Koseritz. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.182, 1891.

VIEIRA, Damasceno. A Carlos Von Koseritz. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.84-94, 1892.

VIEIRA, Damasceno. Noite de Natal. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.145-147.

VIEIRA, Damasceno. O Padre Corrêa de Almeida. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.116-124, 1906.

VIEIRA, Damasceno. Resposta a P. A. de Miranda. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.102-108, 1899.

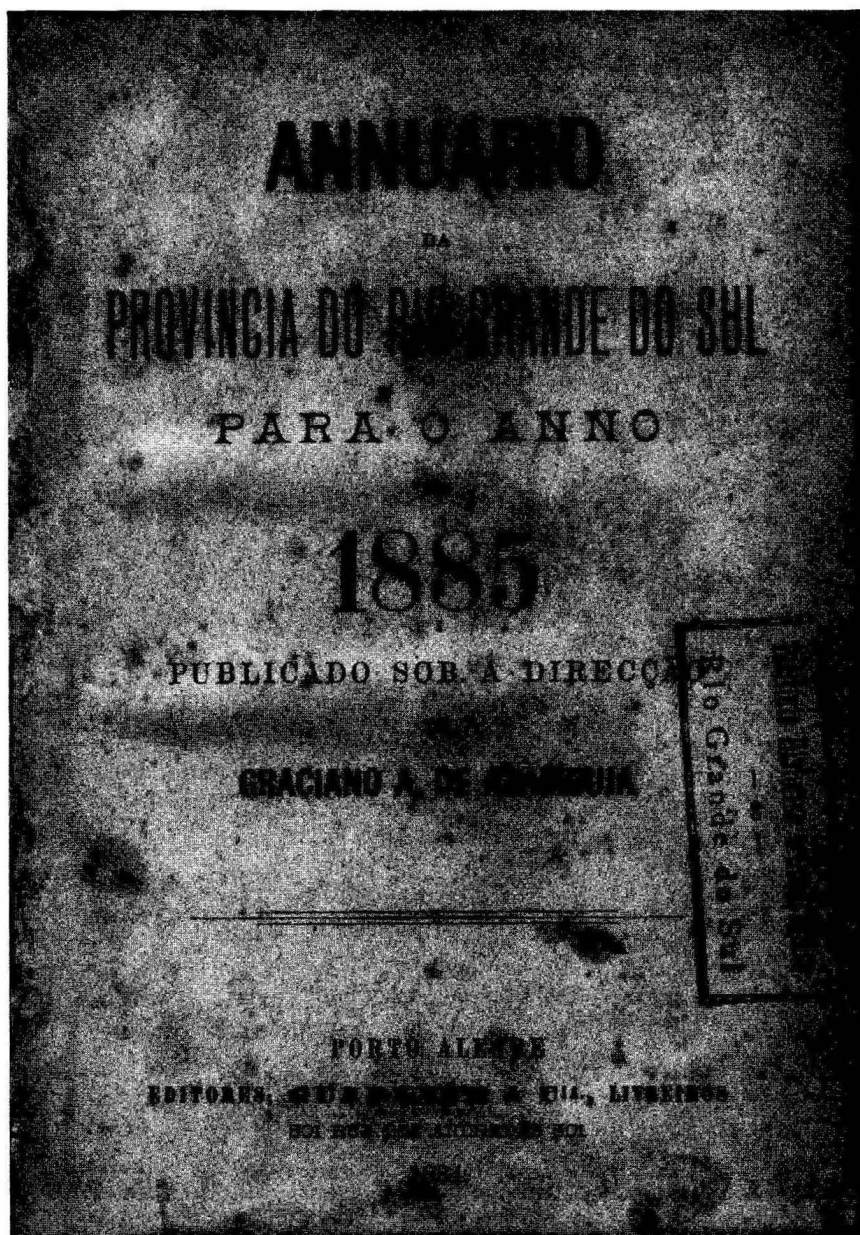
VIEIRA, Damasceno. Viagem a Porto Alegre. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.200-203, 1906.

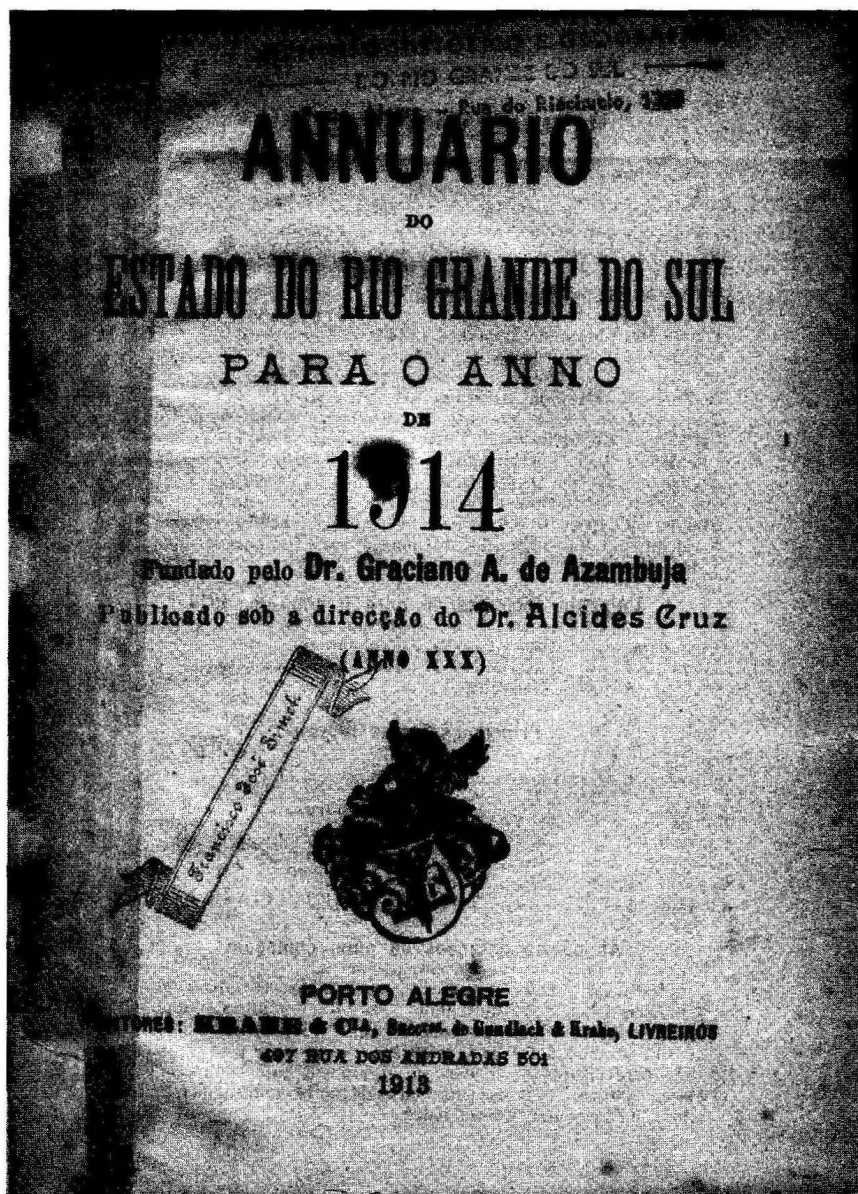
VINICULTURA. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.135-149, 1888.

VITICULTURA. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.132-139, 1890.

WORTMANN, C. São Francisco de Paula de Cima da Serra. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.197-198, 1903.

ZAMENHOF, Lázaro Luiz. Esperanto. **Annuário do Estado do Rio Grande do Sul**, p.184-189, 1907.





A “COLEÇÃO DE ANGELIS” NO INSTITUTO ANCHIETANO DE PESQUISAS, EM SÃO LEOPOLDO, RS (BRASIL) OU A OBRA VITAL DE Pe. ARNALDO BRUXEL, S.J.: EXPOSIÇÃO DE CARATER INFORMATIVO

Arthur Rabuske, S.J.

Sumário: 1. Palavra preliminar. - 2. Alcance ou importância da Coleção de Angelis. - 3. Elementos da vida e obra de Pedro de Angelis. - 4. O “diário” pessoal relativo à filmagem em 1944 na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, redigido por Balduino no Rambo, S.J. - 5. O próprio Pe. Bruxel com respeito à Coleção de Angelis. - 6. Resumo de tudo quanto Bruxel reuniu em questão de documentos microfilmados, que hoje se encontra na Filmoteca Histórica do Instituto Anchietano de pesquisas. - 7. Conclusões finais ou o que fazer com todo esse legado precioso?!

1. Palavra preliminar

Na coleta de dados concernentes ao tema acima-enunciado e agora em sua exposição sucinta de caráter informativo, par-ti ou parto do pressuposto factual de que, em diversos países de ao menos dois continentes, existe um interesse real pelo destino a curto ou longo prazo da “Coleção de Angelis”, ora existente no Instituto Anchietano de Pesquisas, em São Leopoldo, RS (Brasil), seja quanto a seus microfilmes, seja com respeito a seu texto copiado, que soma 20 volumes datilografados com cerca de 500 páginas cada um. E observe-se, desde já, que tanto a filmagem como a leitura-escrita se deve, em última análise, aos esforços culturais- científicos da Província Jesuítica do Brasil Meridional, que na pessoa de um de seus mem-bros -o Pe. Arnaldo Bruxel - promoveu essa iniciativa bastante singular em 1944 e a vem sustentando, como detentora, até os dias em curso. Mais, que esse precioso legado se encontra a partir de 1982 no recinto do Instituto Anchietano de Pesquisas, em S. Leopoldo, RS (Brasil), onde, como se pode esperar, terá o seu habitat seguro e acessível por muitos anos: para o que se vem dando os mais diversos passos, de acordo com os recursos materiais e humanos a dispor. -

Esperando merecer a atenção generosa e compreensiva do ilustre auditório aqui presente para o tema em foco, sigo sem- mais na exposição os pontos assinalados pelo “sumário” acima feito.

2. Alcance ou importância da “Coleção de Angelis”

Todo aquele que, um dia, se ocupou deveras no estudo ou na pesquisa de assuntos relativos à história do Antigo Para-guai, missioneiro ou não, sabe por experiência própria da importância indispensável da coleção de manuscritos chamada de Angelis. De certa forma ela vem tendo, de mais ou menos 150 para cá, três pontos geográficos principais, onde se possa encontrar ou seja Buenos-Aires, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e, recentemente, o modesto Instituto Anchietano de Pesquisas, sediado em S. Leopoldo, RS (Brasil).

Aos demais, ou àqueles que por ora como que são leigos no assunto, aprez-me oferecer enquanto à “Coleção de Angelis” os pareceres peremptórios de três autoridades, em parte conhecidas, mas sempre lembrados com oportunidade, as quais vêm a ser José Honório Rodrigues, Andrés M. Carretero e Jaime Cortesão. Eis o que elas dizem em seus respectivos lugares:

a) José Honório Rodrigues: “A Coleção Pedro de Angelis é uma das maiores preciosidades documentais do acervo da Biblioteca Nacional”. Isto sob a epígrafe “Explicação”, ao apresentar *Jesuítas e Bandeirantes no Guairá*, em sua qualidade de Diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no ano de 1951.¹

b) Andrés M. Carretero: “El prestigio y la importancia de la Colección de Obras y Documentos por Pedro de Angelis, han superado todos los límites alcanzados en obras de este género.

El contenido de la obra comprende los trabajos fundamentales para el estudio de nuestra historia, desde las versiones iniciales de los primeros cronistas e historiadores, hasta el diario de la expedición para la demarcación de la nueva línea de frontera en 1828.

De esta manera se cierra un ciclo de publicación que incluye obras básicas sobre numerosos aspectos de nuestra vida colonial, y cuestiones de límites que representaron un manoscrito sensible de nuestra soberanía territorial.”²

Quanto a Andrés M. Carretero trata-se de quem fez os prólogos e notas da 3a. edição argentina da *Colección Pedro de Angelis*, em 9 volumes, feita por “Editorial Plus Ultra”, de Buenos Aires, no ano de 1969.

c) Jaime Cortesão: “Causa até certo espanto que um arquivo como aquele que, na sua maior parte, pertenceu à província Jesuítica do Paraguai, pudessem ter sido comprado por um particular (Pedro de Angelis), haver saído do

¹ Loc. Cit., p. 3.

² Vide orelha interna inicial.

território argentino,-e ser vendido tão facilmente a um país estrangeiro (no caso ao Brasil!).”³

“Mutatis mutandis”, pode causar também certo espanto o fato de que hoje a célebre “Coleção de Angelis”, em sua parte manuscrita mais representativa, embora apenas como filme ou microfilme e cópia textual, se encontre num pequeno centro de pesquisas, como o do Instituto Anchieta de Pesquisas, em São Leopoldo, RS (Brasil)... Isso, depois de haver estado por uns anos no Instituto São José, de Pareci Novo, Montenegro, RS, em seguida no Colégio Cristo Rei, de São Leopoldo, RS e achar-se, desde 1982 em diante, na sede do Instituto Anchieta de Pesquisas. Mais espanto ainda é capaz de causar o pormenor de que alguém como o Pe. Arnaldo Bruxel, S.J., por quase 40 anos, tenha dedicado sua preciosa vida precisamente à Coleção de Angelis. Com isso ou esta constatação também está dito, ao menos de modo, indireto, que nos interessa não pouco saber quem foi mais de perto Pedro de Angelis, como sua cotação de documentos ou a que leva seu nome veio dar no Rio de Janeiro e quem seja a pessoa do Pe. Bruxel, bem como lhe foi permitida a filmagem como que total dessa mesma coleção, transcrevê-la e passá-la, se possível, um dia à luz da publicidade ou de que forma ela veio parar no Instituto Anchieta de Pesquisas. Vejamos de tudo isso um pouco, embora de modo sumário, mas quanto a seu essencial:

3. Elementos da vida e obra de Pedro de Angelis.

A coleção de documentos históricos manuscritos, relativa ao Antigo Paraguai e chamada “de Angelis”, no Brasil, ou “Pedro de Angelis” na Argentina, leva precisamente esse nome em atenção de seu colecionador; primeiro dono e editor parcial, desde os recuados anos de 1835-37. Supõe-se que ela deva ter sido feita sobretudo entre os anos de 1827 a 1835. Assim sendo, e sobretudo porque no Brasil Pedro de Angelis muito pouco se conhece, perguntamos com interesse por quem era esse cidadão de nome italiano?!

A consulta de obras tão célebres como as de um Guillermo C. Furlong, Pablo Hernández, Carlos Teschauer, Aurélio Porto e de outros, os quais citaram com generosidade a Coleção de Angelis, muito pouco ou quase nada nos traz com respeito a Pedro de Angelis. Parecem supô-lo conhecido sem mais.

A busca de conhecimentos a seu respeito em dicionários e enciclopédias a nosso dispor revela-se outrossim bastante fraca em seus resultados, pois não trazem qualquer verbete a -ele concernente ou, se o trazem, oferecem muito

³ Em Jesuítas e Bandeirantes no Guairá: 1549- 1640, de Manuscritos da Coleção de Angelis, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1951, p.57.

pouco do que de fato nos interessa. Mais abaixo citarei por isso a dois autores em especial, porque tinham importado no melhor até faz- pouco por nós descoberto quanto a de Angelis ou seja até que lêssemos o que dele nos informam Andrés M. Carretero e Jaime Cortesão, em suas respectivas publicações, já mencionadas acima.

O 1º deles era Carlos Teschauer que, em sua *História do Rio Grande do Sul dos dous (!) primeiros séculos*, vol. 3º, observa o que segue sobre Manuel Ricardo Trelles, Andres La-mas e Pedro de Angelis:

“Quem estuda a história da Bacia do Prata não pode dis-pensar os serviços destes três beneméritos pesquisadores de documentos históricos. Referindo-se eles diretamente a assuntos da nossa história, convém expor seu modo de ver. Sobre de Angelis falamos em outro trabalho.”⁴

Como, porém, Carlos Teschauer não aponta o outro trabalho, em que mais expressamente falou de Pedro de Angelis, apesar de nossos esforços em descobri-lo, ficamos ignorando o -que ele de fato disse a respeito desse personagem.

O outro autor, ora em foco, é o nosso Aurélio Porto que, em sua *História das Missões Orientais do Uruguai*, 2º parte da 2a. edição, revista e melhorada pelo Pe. Luis Gonzaga Jaeger, S.J., nos diz em nota ao pé da página:

“Coleção de Angelis, adquirida pelo governo do Imperador -Dom Pedro II a (de) don Pedro de Angelis, historiador e colecionador de documentos, e proveniente dos arquivos jesuíticos de Tucumã, Córdoba e Paraguai, hoje incorporada à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.”⁵

Isso constatado, vamos, porém, às duas obras que, até momentos recentes, mais nos haviam informado sobre De Angelis, -a começar com a *Enciclopédia Universal Ilustrada Europeo-Americana*, cujo verbete respectivo diz: “Angelis, Pedro: Publicista italiano, nascido em Nápolis e falecido em Buenos Aires (1784-1854)”. Note-se desde já que a data de 1854 importou num equívoco, pois de Angelis faleceu de fato em 1859!

“Dotado de uma vasta cultura e de um talento privilegiado, foi o aio dos filhos de Murat em sua pátria e, ao estabelecer-se em Buenos Aires, apoiou a política de Rosas” (Tradução nossa, observando aqui também que o Murat em questão foi Joaquim Murat (1767-1815), general francês de cavalaria, sogro de Napoleão em 1800, marechal, príncipe, rei de Nápolis e, em 1812, comandante da cavalaria na Rússia).

Em seguida aponta esse verbete da Espasa Hermanos para uma apreciável lista de obras da autoria de Pedro de Angelis, -entre as Quais sublinha a *Colección de obras y documentos para servir á la historia antigua y moderna*

⁴ Op. cit., p. 32-33.

⁵ Op cit., p. 205, nota 1a.

de lãs *Provincias del Rio de La Plata*, observando que ela era de 6 volumes, quando de fato atingira 7, e concluindo que se trata de “obra muito interessante para o estudo da história da América Latina”.

Safra mais rica do que essa em questão de dados relativos a De Angelis, temo-la a partir do livro castelhano- uruguaio *Historia Bibliográfica de la Imprenta en Montevideo: 1810-1865* (Libreria Cervantes, Montevideo, 1912), da autoria de Dardo Estrada, que assim nos diz em nota ao pé da página:

“Don Pedro de Angelis, oriundo de Italia, vino al Plata con Rivadavia, quien lo conoció en Paris, donde residia des-pues de haber desempeñado entre otros importantes cargos, el de Ministro de su patria (Nápoles) en San Petersburgo. La intención que lo trajo fué la promesa de Rivadavia de poner ba-jo su dirección un Colegio Nacional. -No sé si esto se llevó á cabo.

En Buenos Aires Don Pedra de Angelis publicó un sin nume-ro de trabajos entre los que se destaca su famosa *Colección de obras y documentos relativos á la historia antigua y moderna del Rio de la Plata* (1835-1837), varias veces citada en este inventario; publicaciôn que se suspendió por escasez de papel cuando el bloqueo de Buenos Aires por los franceses en 1838, vendiéndose más tarde la edición al peso, para envolver.

Esta publicaciôn se hacía por entregas ó cuadernos de á 30 pliegos; completándose solo seis volúmenes.- La obra en el plan de Angelis abarcaba ocho volúmenes.

La Biblioteca y colección de manuscritos de Angelis más tarde fué vendida al Emperador del Brasil Don Pedro II en la suma de 13.000 patacones. Creo que D. Andrés Lamas intervino en esta venta.”⁶

Atenção especial mereceu-nos, nessa obra de Dardo Estrada, a páginas 199, a indicação do trabalho “De la Navegation de L’ Amazone, Réponse à un mémoire de M. Maury” (Montevideo, Imprimerie du Rio de la Plata, 1854) de M. de Angelis; que se apresenta como membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, das Sociedades de Geografia de Paris, de Londres, etc.

Pois bem, como se vê, os elementos assim reunidos sobre a vida e obra de Pedro de Angelis não se revelam muitos nem muito precisos. O que a gente mais quereria saber, é o modo como o Brasil adquiriu essa coleção ou até biblioteca de De Angelis, quando e em que circunstâncias especiais... Mesmo assim ou a partir de tão poucos dados, a gente, ao menos como- hipótese, chega a suspeitar que nisso se está diante de uma tal e qual traição ou até de caminhos pouco “lisos”, trilha-dos em todo esse “affaire” pelo nossa diplomacia no La plata ou no Uruguai, de modo específico. Uma conjectura em tal sentido parecia-

⁶ Op.cit. , p.192, nota la.

nos lícita ou no mínimo não desprovida de base. Confirmava-a a lembrança da leitura de um documento dos jesuítas espanhóis em Buenos Aires, datada dos anos de mais ou menos 1839-41, em que se dizia de Pedro de Angelis que era um aventureiro, uma pessoa para eles suspeita, uma criatura ser-vil de Rosas e uma espécie de espião ou alguém em que não se podia confiar...

Pois bem, lendo nos últimos anos, o que José Honório Rodrigues e Jaime Cortesão escreveram a propósito deste assunto no 1º volume de *Jesuítas e Bandeirantes no Guairá* (1º.3-62), encontrei-me bastante confirmado em minha hipótese, conjectura, ou suspeita. E, em todo o caso, o melhor e mais completo do que até hoje me foi dado descobrir sobre aquisição da Coleção de Angelis pelo Brasil Império, ocorrida em 1853. Expor tudo isso de modo embora sumário levaria muito longe. Por isso baste a indicação de que vale a pena ler ou reler essas páginas. O leitorado de língua espanhola há-de rever quanto a este item com proveito o livro *Vida y Obra de Pedro de Angelis*, da autoria de Elías Díaz Molano, da “Facultad Católica de Rosario”, aparecido na “Librería y Editorial Colmegna S.A.”, Santa Fe, Argentina, 1968.

Limito-me a observar que, em abril de 1854, de acordo com o catálogo então elaborado, a Coleção de Angelis compreendia 2.785 livros impressos e, 1291 documentos e mapas: em seu total, portanto, 4.076 peças. Nem todas, no entanto, deram entrada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, pois, v.g., -120 duplicatas pararam no I.H. e G. Brasileiro e outras peças se recolheram ao Arquivo da Secretaria do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Itamarati).

4. O “diário” pessoal da filmagem em 1944 na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, da autoria de Pe. Balduino Rambo, . S.J.

Quando, em início de 1944, p Pe. A. Bruxel tratou de conseguir cópia fotográfica dos manuscritos da Coleção de Angelis no Rio, teve em seu trabalho um auxiliar insubstituível na pessoa do ora saudoso Pe. Balduino Rambo, S.J. Com tal ajuda, o trabalho da microfilmagem, feito todo ele pelos dois, confrades, pôde avançar depressa e levar-se a bom termo em questão de algo mais de um mês, repleto de esforços sem dúvida admiráveis. Diga-se, contudo de passagem, que todo o trabalho de fotografar coube ao Pe. Rambo.

Pois bem, redigiu este mesmo padre um diário pessoal sobre esse trabalho conjunto que se acha escrito em estenografia do sistema “Stolze & Schrey” e elaborado em língua alemã. Felizmente a parte relativa à dita filmagem se acha “revelada” por intermédio do Pe. Antônio Steffen. S.J., conhecedor dessa estenografia... Citá-la ao pé da letra, embora em tradução vernácula, seria útil e interessante, mas importaria no mínimo numa exposição avulsa, bastante extensa, que aqui não se torna possível nem aconselhável. Por isso alguns dados sucintos apenas!

Cronologicamente o que nos interessa, vai desde o dia 24 de janeiro a 4 de março de 1944, pois foi este o prazo que envolveu toda a filmagem.

Pressupõe-se para tanto a licença prévia e expressa do Sr. Rodolfo Garcia, grande historiador, que então dirigia- em si desde 1932 a 1945- a Biblioteca Nacional do Rio. Da mesma forma devemos pressupor um acordo ao menos oral, se não escrito, entre Garcia e os dois Provinciais Jesuítas do Centro e -Sul do Brasil, embora não mais se tenha dos dias atuais a comprovação documental de tudo isso, no Rio Grande do Sul.

Parece-nos bastante óbvio que, com o avançar da filmagem surgissem fofocas e dificuldades no recinto da própria Biblioteca Nacional, sobretudo entre funcionários subalternos, os -quais achavam que semelhante proceder estivesse lesando o patrimônio nacional... Resolveram-se, contudo, as dificuldades de tal forma, que fosse a contento de ambas as partes, conseguindo-se que o essencial da coleção de manuscritos de Angelis fosse fotografado e conduzido ao Rio Grande do Sul.

Não posso estender-me aqui sobre outros percalços, como os do receio da falta de filmes -estava-se em tempo de guerra!-, a exigência inicial de que cada documento filmado tivesse sua respectiva ficha preenchida -o que ocuparia todo o tempo de uma só pessoa!- e a cedência apenas paulatina do material em questão... Observo apenas que, a partir disso, nunca se podia fazer um cálculo prévio e acertado quanto aos filmes necessários, aos gastos previsíveis e ao tempo preciso para tudo isso...

Cabem a Rambo os méritos de haver sentido desde cedo que se tinha de filmar, possivelmente, toda a Coleção de Manuscritos de Angelis e não, por ex., apenas a parte jesuítica relativa ao Antigo Paraguai...

A certa altura dos trabalhos - foi no dia 8 de fevereiro de 1944- os dois se meteram a comprar de vez 600 m de filmes.

De toda a justiça se faz aqui não esquecer os passos preparatórios, dados, em questão de licenças, pelo nosso saudoso historiador Aurélio Porto, aliás falecido, não muito depois, a 10 de setembro de 1945.

Concluído o trabalho, os dois padres puderam constatar que tinham feito mais ou menos a cópia de 35.000 páginas de documentos: o que, achavam eles mesmos, importara num esforço hercúleo e num resultado apreciável para a época, bem como capaz de despertar algum ciúme nos então funcionários cariocas da Biblioteca Nacional.

Surge agora esta pergunta final: -Filmou-se, em 1944, toda a Coleção de Angelis da Biblioteca Nacional? - A resposta -, parece positiva, embora o próprio Pe. Bruxel, num dos seus escritos que veremos, afirme de passagem que apenas se trata de uma parte da mencionada coleção, naturalmente da relativa aos manuscritos da mesma.

Certo é que, depois de findo seu estafante trabalho de filmagem, os dois padres, no dia 3 de março de 1944, começa-ram contentes a sua viagem de retorno, indo de trem em companhia até São Paulo. No dia 4 daquele mês, lá se separaram, ficando Rambo em S. Paulo e voltando Bruxel sozinho a Porto Alegre. Marcou o 1º deles, em seu diário, para esse dia de despedida:

“Parte Bruxel às 4 horas da tarde. Agradece-me ele a mim em seu honesto modo de ser. Dá-me 3 mil réis de presente para a compra de tabaco (é que Rambo havia comprado para si, no Rio, um cachimbo...). Peço-lhe, porém, uma missa e... (pala-vra indecifrável) um novo livro, dicionário ou seja o que for em guarani (resolvera-se ele estudar essa língua). Gostei de trabalhar com ele. Topa qualquer parada ou “nichts ist ihm zudick”. Não será (de certo) em meu prejuízo que o meu nome conste (ao lado do de Bruxel) no começo de sua atividade científica.”

5. O próprio Pe. Bruxel com respeito a Coleção de Angelis

Sendo correta minha aritmética, o Pe. Arnaldo Bruxel ora já se encontra no seu 40º ano de trabalho concernente à Coleção de Angelis.

Tal dedicação parece-me significativa, sem qualquer favor, em si mesma e digna de encômios, respeitos e admiração. Mesmo numa Orden Religiosa como a da Companhia de Jesus tal fato não vem a ser freqüente, ao menos não aqui entre nós ou no Brasil. Além disso não me consta que ele tenha tido qual-quer auxílio oficial ou a mínima remuneração, pecuniária ou material, por seu trabalho sustentado tantos anos. Casas de sua Ordem, como as de Pareci Novo ou de São Leopoldo, têm cuidado até hoje de seu modesto sustento, saúde, viagens, etc. -Cremos que valha a pena conhecê-lo um tanto mais: para o que vai este item do presente trabalho!

Nascido em 1909 no município de Arroio do Meio, RS (Brasil), encetou Arnaldo Bruxel o seu trabalho abnegado, que se lhe haveria de tornar vital, logo depois de sua formação jesuítica, portanto aos 33 anos de sua idade ou em 1943. O último ano de sua longa formação passou-o ele em Montevidéu, então já tendo em vista seu específico trabalho futuro. Assim sendo, podemos dizer que na dele temos urna vida inteira dedicada a seu mister.

E quem é o Pe. Bruxel? A pergunta parece redundar, mas de fato tal não ocorre. Pois, embora seu nome seja bastante conhecido “em casa” e no estrangeiro, não se pode em absoluto dizer o mesmo de sua pessoa ou personalidade, pois como que vive escondido de 1960 em diante, mesmo sendo sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Dá-se isso simplesmente porque não pode participar, conquanto o queira, das atividades de seu Instituto, bem como de outras iniciativas científicas. Levou-o a tanto a doença do câncer. -que se revelou pelos anos de 1957-58 em Buenos Aires e o forçou à

amputação delicada de parte da língua. Aqui não se deverá excluir também de modo total, por facilmente compreensível, a sua condição psíquica, surgida, não em último lugar, de sua impossibilidade de realizar plenitude o grande ideal e plano de sua vida científica, relativa esta à Coleção de Angelis ou a tudo quanto a envolve e acompanha desde 1949 ou 1950 em diante até hoje.

A impressão que se adquire de sua pessoa – tive ensejos de observá-la desde 1945 é a de alguém que irradia bondade, generosidade, compreensão, espírito desinteressado e bastante simpatia. Visitas nacionais ou estrangeiras, até mesmo eu-ropéias, que nos últimos dez anos eu tive a chance de conduzir à sua presença, confessavam-me ao depois isso mesmo com espontaneidade, confirmando, pois, o meu parecer.

A jovens estudantes, sobretudo aos de sua Ordem, era ele indicado já por volta de 1945 como um dos homens mais capazes, intelectual, - literária- e cientificamente falando, de toda a Província Jesuítica do sul do Brasil. Como professor de Estilística Vernácula tinha ele o condão de animar futuras vocações de escritores: qualidade que já havia revelado. como escolástico jesuíta em magistério, no Colégio Catarinense de Florianópolis. SC (Brasil). Entusiasmou de tal forma os seus alunos de ginásio a escreverem, que em 1937 pudesse editar uma espécie de antologia literária, sob o título de *Esperanças Catarinenses* do tamanho de 282 pgs. impressas. Assim se explica que vários de seus ex-alunos hoje se encontrem entre-gues ao mister de escrever.

Não vai qualquer exagero em dizer-se que o Pe. Bruxel seja uma personalidade realmente magnífica ou um homem desinteressado, antes de tudo, abnegado e imparcial. Em todos os seus esforços não visa ele o proveito próprio, mas o de outrem, preparando o caminho para toda uma geração de pesquisadores, com esquecimento de si próprio. Seu plano revelou-se-lhe grande demais para uma só pessoa, no decurso dos anos. Conceda-se sem mais que ele não tenha conseguido realizá-lo em todos os sentidos. Mas, lícito parece afirmar que o que ele conseguiu, importa em algo muito positivo. Talvez tão positivo, que no futuro dificilmente alguém fará o que ele fez sozinho, com um mínimo de recursos materiais. Seja exemplo disso o próprio aparelho-leitor dos microfílmes, que é de sua própria lavra, e por isso se guarda no I.A. de Pesquisas.

Obvio também é que ele se sentisse, por uns tempos, abastado, inútil, fracassado ou não realizado de todo, à vista do que passou. Contribuiu, sem dúvida, para tanto a doença citada, que continua ameaçando seu organismo até hoje. Permitido, contudo, seja lembrar o fato de Jaime Cortesão -permitam-me esta palavra- haver “abocanhado”, inesperada e incompreensivelmente, a melhor parte de seu assunto e plano, já em fase adiantada de realização por uns 6 anos contínuos. Quem, em caso semelhante, não haveria de senti-lo, desanimar-se ou até sucumbir?

Parece-me acertado dividir os últimos 40 anos da vida de A. Bruxel em três fases distintas: A 1ª, desde 1944 a 1960, dedicada à coletânea de material documentário, a começar com a Coleção de Angelis e sua cópia textual; a 2ª, desde 1960 a 1975, consagrada ao resumo, em fichas, do conteúdo da Coleção de Angelis, bem como ao comentário de, obras relativas às Reduções, como as de Furlong, Escandón, Lugon e outros; e a 3ª, -de 1975 em diante, entregue à edição de alguns textos, sob estímulos meus, e à tradução de textos missionários, como o da *-Conquista Espiritual*, de Montoya, o *The Lost Paradise*, de Ca-raman, e outros. Com isso A. Bruxel ainda se está tornando útil às letras historiográficas em seu setor de pesquisas.

Com isso nos aproximamos mais da Coleção de Angelis, que A. Bruxel confiou, em 1982, aos cuidados do Instituto Anchieta de Pesquisas, em S. Leopoldo, RS, seja como cópia, seja como microfilmes, bem como com os demais escritos de sua lavra e sua biblioteca particular. Dir-se-á assim que ela já possui o seu histórico próprio, que o mesmo Pe. Bruxel houve por bem relatar, quanto ao essencial, já no 1º nº de *Pesquisas*, ano de 1957, sob o título geral de "A Filmoteca Histórica do I.A.P. - Seção Histórica", ⁷ depois de mencionar os "resultados alcançados e estado atual" dela naquele então. Antes -de explaná-lo diz ele mesmo:

"As seções que atualmente fazem parte do Fundo Documental são oriundas da Coleção de Angelis do Rio de Janeiro, do Arquivo Central da Companhia de Jesus em Roma, da Biblioteca Municipal de Évora, da Biblioteca Real da Ajuda em Lisboa, do Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa, do Arquivo Nacional, da Torre do Tombo em Lisboa, e poucas coisas mais de outros arquivos.

Lembramos que a esta altura (por volta de 1954), por motivos de saúde e para instalar primeiramente a parte já colhida, os Superiores determinaram o nosso regresso à pátria, com promessa formal de poder voltar à carga, a fim de completar o que falta, logo que houvesse tempo e meios para tal. "⁸

Eis, pois, o histórico relativo à Coleção de Angelis, procedente do Rio de Janeiro:

"A primeira seção que entrou a fazer parte da Filmoteca foi uma parte (!) da Coleção de Angelis da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro:

Anos atrás (!), combinara-se entre os srs. Aurélio Porto e Rodolfo Garcia, que então era Diretor da Biblioteca Nacional, e os Superiores Provinciais do Sul e Centro do Brasil, da Companhia de Jesus, que se preparasse a edição dos documentos da Coleção de Angelis, tão importante para a história verídica das nossas fronteiras do Sul.

⁷ Vejam-se, na revista indicada, as pgs. 14-67

⁸ Op. Cit., p.54.

Facultou-se, pois, a quem escreve estas linhas (note-se que são de fato 68 pgs. impressas!) a fotocópia de parte (!) da referida Coleção, a fim de (ele) transcrever e anotar os documentos da projetada publicação.

Nesta oportunidade fotografaram-se cerca de 35.000 páginas. – Nos anos seguintes, a par do magistério e de outros en-cargos, ocupamo-nos em transcrever textualmente, à máquina, os textos da Coleção, chegando a ter uma coleção datilografada de cerca de 10.000 páginas encadernadas em 20 volumes, de 500 páginas cada um.

Depois, a chamado da Direção Suprema da Ordem, residente em Roma, empreendemos uma gira pela Europa, a fim de colher elementos de comprovação e referencia, tudo, enfim, que fosse -necessário para uma edição crítica à altura das que se costumam fazer na Europa, levamos cerca de 60.000 páginas manuscritas só do Arqui-vo Central de Roma, instrumentadas com cerca de 100.000 fichas.

Esta documentação, em grande parte inédita, com exceção da do Brasil, que veio a lume na monumental *História da Companhia de Jesus no Brasil* do Pe. Serafim Leite, S.J., juntamente com o que nos fosse facultado colher fotograficamente dos arquivos imensos de Sevilha, Simancas, Madrid, Paris, Londres, Bruxelas, Munique, Lisboa, Buenos Aires, Assunção e Santiago do Chile, serviria para editar a Coleção de Angelis à altura que convinha.

É de se notar que a edição diplomática oficial da documentação de Roma fica reservada à *Monumenta Historica Societatis Jesu*, que já (!) conta quase um centenar de soberbos volumes. Mas a edição destes documentos básicos para uma história crítica dos jesuítas do Paraguai, com todas as complicações internacionais de seus Reduções e Sete Povos pode levar ainda muitos anos, e mesmo decênios até que se possa fazer-por não haver ainda quem, a exemplo do Pe. S. Leite para o Brasil, se encarregue dela- uma edição que, quanto ao aparato crítico, possa apresentar-se com honra ao mundo científico. Dados os infinitos erros que podem entrar nas cópias e nas cópias das cópias, como temos visto em capítulo anterior (!), pouco ou nada valem as edições de documentos, que descuram completamente este lado elementar da drítica histórica...

Portanto, não é de se prever para breve a edição da documentação autêntica romana da Companhia de Jesus, que, entre-tanto, é de todo indispensável para ter a verdadeira história da Companhia de Jesus nas fronteiras do Sul do Brasil, com todas as suas benemerências e eventuais deficiências autenticamente demonstradas. Mas, se a edição diplomática fica reservada, não assim o aproveitamento da documentação, em tratados -históricos, e sobretudo em referências ao pé da página e co-mentários à edição oficial de outras documentações.

Este era o nosso plano: aproveitar o imenso tesouro, que só a um jesuíta era acessível em Roma. Aproveitar a ocasião para dá-lo a conhecer em referências na Coleção de Angelis.

Mas, eis que quando mais fervia a obra, por algum equívoco fatal que se meteu de permeio, fomos surpreendidos, na Europa, com o aparecimento dos primeiros volumes da edição de Angelis, feita com ausência de todos aqueles imensos subsídios que fôramos procurar na Europa. Parece que, com os transtornos políticos que ocorreram, e com a morte dos idealizadores da edição a nós confiada pela própria Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, parece, dizemos, que não ficou nenhuma constância do que fora combinado.

Acentuamos que não queremos cometer a injustiça de assa-car responsabilidade aos dirigentes da Biblioteca Nacional, por talvez carecerem da devida informação.

Acentuamos também, e com toda a sinceridade, que não queremos cometer a inépcia de diminuir os evidentes e altos predicados científicos de quem se encarregou da mencionada edição. Bastaria apontar o tomo III da grande História de América, volume monumental que descreve *Los Portugueses na Gênese del Descubrimiento*, Salvat Editores, S.A., Barcelona, 1947.

Mas também, não podemos deixar de acentuar que esta imensa massa de documentos, que trouxemos do Arquivo Central da Companhia em Roma, e que é indispensável para qualquer aparato crítico à altura da edição de documentos de jesuítas para-guaiois, não podia estar à disposição do atual editor de uma parte dos documentos da Coleção de Angelis, já que se trata de um arquivo particular, embora de importância internacional decisiva para a história das fronteiras do Sul.

Perdeu-se, pois, uma oportunidade única, que não sabemos como sanar.

A edição de Angelis é uma benemerência, mas não é o que poderia e deveria ter sido, com auxílio crítico duma documentação original inédita, cujo âmbito cronológico abarca vários séculos, e que geograficamente cobre toda a América do Sul desde o Panamá até a Terra do Fogo.

Tudo ficou por enquanto imobilizado, juntamente com as cópias já feitas à máquina, até que se ache outra maneira de dá-la (!) a conhecer de acordo com os protocolos de seus depósitos originais. Isto sobre o histórico desta Secção do Fundo Documental".⁹

E assim, diríamos concluindo com alguma lástima, as coisas tiveram de ficar até o presente ano de 1984, sendo que A, Bruxel não mais se recuperou do golpe sofrido.

⁹ Sob A Coleção de Angelis do Rio de Janeiro, ibidem p.55-56.

6. Resumo de tudo quanto A. Bruxel reuniu em questão de documentos microfilmados e do que hoje se encontra na Filmoteca Histórica do Instituto Anchietano de Pesquisas

O próprio Pe. Bruxel nos descreveu os documentos filmados, para além dos da Coleção de Angelis, em *Pesquisas* (nº. 1, p.57-62) e depois os resumiu numa só página, a de nº. 63, do mesmo trabalho.

Pode dizer-se que o conjunto da Microfilmoteca Histórica do I.A.P., em sua secção Histórica esteja abrangendo ao menos 250.000 páginas de documentação manuscrita. Dessas, 60.000 procedem do Arquivo Central da Companhia em Roma.

Aqui, por motivos de brevidade, restringimo-nos ao resumo, enquanto este diz respeito à Coleção de Angelis e vem a ser o seguinte:

“a)O catálogo da Coleção, já ampliado fotograficamente.

b)Os microfilmes dos documentos já acondicionados definitivamente.

c)As cópias datilografadas da maior parte dos manuscritos, somando vinte volumes com aproximadamente 10.000 páginas, espaço duplo.”¹⁰

Quando se realizou, em Porto Alegre, RS (Brasil), de 26 a 27 de setembro de 1970, o 1º Encontro de Pesquisadores em Literatura do RGS ou dos “Cipelistas”, fiz escrever a Arnaldo Bruxel, como comunicação, o que nos *Anais* daquele simpósio se acha sob o título *Estado atual dos trabalhos de Pe. Arnaldo Bruxel referentes à História dos Trinta Povos das Missões*.¹¹ Nela se nos informa, entre outras coisas, sobre o resumo que A. Bruxel fez da cópia da Coleção de Angelis, dizendo:

“Também já foi feito o resumo e estudo dos documentos sobre a cópia verbal datilografada. Este estudo deu uns 35 volumes de apontamentos manuscritos, de 200 folhas almaço cada um, aproximadamente.”¹²

Note-se que tudo isso foi feito para fins de catálogos -resumos e em espanhol, de acordo com quase todos os documentos originais.

7. Conclusões finais ou o que fazer com todo esse legado precioso?

“Depois da oferta desses dados sobre a importância da Coleção de Angelis, sobre a vida e obra de Pedro de Angelis, a filmagem ocorrida em 1944, a palavra e resumo do próprio A. Bruxel com respeito a seu trabalho e plano, podemos concluir que, sem favor, estamos aqui diante de um acervo respeitável de docu-

¹⁰ Ibidem, p.63.

¹¹ Op. Cit. , p.20-23.

¹² Ibidem, p.21.

mentação histórica do Antigo Paraguai. Que ele seja de pertença dum modesto Instituto de Pesquisas, como o Anchieta-no, também causa algum espanto, sobretudo, porém, por ser de-vído aos esforços beneditinos de uma só pessoa.

Se se acrescentar às 250.000 páginas de documentação manuscrita o resto de documentação coligida por Bruxel, seja ela impressa ou não, ora existente nos recintos do I.A.P., es-tamos diante de um fato bastante singular, que podemos expre-ssar assim:

- Em São Leopoldo. RS (Brasil) existe farto material de pesquisa histórica missioneira, igualável, sob certos aspec-tos, a qualquer outro da América Latina e que por isso merece aproveitado, pouco à pouco, pela pesquisa. A nova sede do I.A.P., localizada dentro do prédio antigo nº hum da Unisinos, promete bastante para tal fim, pois é a vontade da atual direção colocar tudo isso a serviço de verdadeiros estudiosos e -pesquisadores, sendo que por ora se está acomodando todo esse material para a meta visada.

Por diversas razões parece-me acertado pensar-se, a lon-go prazo, numa nova edição da Coleção de Angelis, quiçá de caráter e colaboração internacional. Não deve contudo ter-se -pressa, mas dar tempo ao tempo. Certo que tal iniciativa im-porta num grande desafio.

Por ora, ou seja num trabalho inicial, terá de fazer-se um exame detalhado da Coleção de Angelis, editada por Jaime Cortesão, da *Colección Pedra de Angelis* argentina e da cópia textual de Arnal do Bruxel. Tal exame, talvez confronto, há de revelar muita coisa e servirá de ensejo para fazer-se um tra-balho, que sirva a diversos países do Cone Sul e contribua não pouco para sairmos de uma historiografia parcial ou apenas nacionalista.

A nova edição, além de crítica, terá de apresentar-se, com acerto, espurgada das abreviações sem conta dos originais e também, como aliás já o tem a edição 3º da Argentina, apre-sentar-se com ortografia atualizada. Haja, porém, para tanto gente preparada e recursos materiais suficientes!

O fato de um Pe. A. Bruxel não ter conseguido realizar plenamente seu grande plano, em absoluto deve tomar-se como trágico. Isso até que se faz bastante normal na vida da pesquisa histórica, pois o que alguém começa, outros o continuam e levam a bom término “data hora”.

Exemplo concreto disso foram os esforços de um Pe. Francisco Maria Gaillard. S.J., falecido em 1927. Pois ele, durante 30 anos de trabalho ininterrupto e abnegado em diversos arquivos da Espanha e Itália, reunira documentação copiosíssima relativa ao Tratado de Madrid e suas conseqüências... O jesuíta alemão Guilherme Kratz retomou ao depois esse trabalho e -completou os esforços de Gaillard em arquivos portugueses de Lisboa e Evora. Em 1954 chegou Kratz a publicar o seu livro, escrito em alemão e traduzido ao espanhol, pelo Instituto Histórico da Companhia de Jesus, em Roma, sob o título *El Trata*

do Hispano-Portugués de Lmites de 1750 y sus consecuencias, de 312 pgs. impressas. Enquanto de nosso conhecimento, importa essa no melhor obra até hoje divulgada sobre o assunto em questão.

Para terminar esta exposição, que já se apresenta longa, cito estas observações de A. Bruxel com referência a seu trabalho no Arquivo Romano da Companhia:

“Obtidas todas as licenças, pusemos mãos à obra, empenhando-nos em levar para nós, e para outros, o mais que pudé-ssemos de documentação original, ainda não contaminada por interpretações selecionadoras, afeiçoadas a idéias preconcebidas. Note-se que numa edição da *Enciclopédia Espasa*, no artigo (verbo) da palavra “Paraguai”, onde se trata também das Reduções da Companhia, de retumbância secular e internacional ... se diz que a história jesuítica do Paraguai tem que ser escrita toda de novo, e com senso de crítica.

Conseguimos a massa enorme de documentos e fichas, de que falamos acima, ponderando o riquíssimo subsídio que teria sido isto para a edição dos documentos de Angelis, controlando tanto a apologia ingênua e excessiva de uns como a detração inveterada e virulenta de outros, (visto) que ambas carecem do freio da crítica.”¹³

¹³ Em Pesquisas, nº. 1, 1957, p. 57.

28.10.1906 Vianna Moog 28.10.2006

Telmo Lauro Muller

Eu cumprimentei Vianna Moog duas vezes. Quando ele vinha para São Leopoldo, um ponto certo onde ia era a loja “Casa Mena”, produto do trabalho de “Mena Moog”. Destacavam-se na loja os irmãos Nelson e Carmelita Moog, Alfredo Diehl casado com uma Moog e Germano Oscar Moehlecke, funcionário da casa e, mais tarde, sócio. Germano apresentou-me ao ilustre visitante e troquei algumas palavras com ele.

Em 1966, comprei o livro de Vianna que motivou muita conversa: Um Rio Imita o Reino. Naqueles bons tempos, como se diz hoje, os edifícios ainda não haviam invadido o espaço e era gostoso ver, ainda, as casas citadas pelo escritor. Ao falar no hotel, na rua Grande, a rua principal da cidade, muitos leitores diziam “eu me lembro desse sobrado”. Da mesma forma, Vianna fala de uma pianista e recorda as músicas que ela executava e se pudesse teria sempre espiado pela janela. Para mim essa casa poderia ser a moradia de uma família Rotermund porque esse nome era muito ligado à música. Ernesto Rotermund dirigia uma pequena orquestra e fazia apresentações em vários pontos; um irmão dele, Fritz Rotermund, foi organista da Comunidade Evangélica por 40 anos. Tudo isso foi motivado pelo “Rio Reno”.

A referência sobre a música, leva-me a ditado popular da Alemanha: “Wo man singt, da lass dich nieder. Böse Menschen haben keine Lieder”. Traduzindo: Onde se canta, podes pousar. Gente má não sabe cantar. Essa divagação nasceu em 13.10.2005, Na Feira do Livro Leopoldense onde adquiri a última edição desse comentado livro e copio o que segue: “O alemão é um povo de instinto musical e poético. Só os povos de boa fé podem ter tanta força na música e na poesia”. Vianna, mesmo morando longe de São Leopoldo, não perdeu a herança cultural migratória que começou em sua cidade natal em 25 de julho de 1824.

Aqui cabem palavras de Barbosa Lima Sobrinho, autor da orelha da oitava edição. Escreve ele: “Um Rio Imita o Reno é um desses romances envolventes, que a gente começa a ler e não quer mais parar...”. E cabem, também, as palavras de um anúncio comercial que o próprio Vianna transcreveu na oitava edição: “Um Rio Imita o Reno é um romance social, profundamente humano. Focaliza a imigração no sul do país, em contraste com nossa gente. O drama das raças no Brasil, através da história de um amor contrariado”.

Por fim alguns títulos copiados ao decorrer dos olhos, da biblioteca de Vianna Moog, doada ao Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

Inglês – América in Perspective

Prophets

Americans – The Democratic Experiences

The American Character

Anarchists and Communist in Brazil

Doctor Zhivago

Espanhol – La Epopeye de America

Historia Universal del Hombre

Proceso y Formacion de la Cultura Paraguaya

Manual de Economía Política

Jean XXII – Curé del Mondo

Português – Política de Emprego

Ciência e Tecnologia

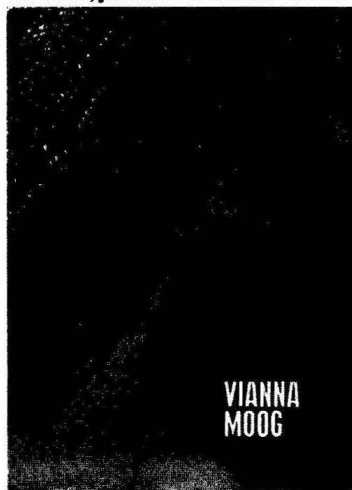
Obras completas de Rui Barbosa

História da Independência do Brasil

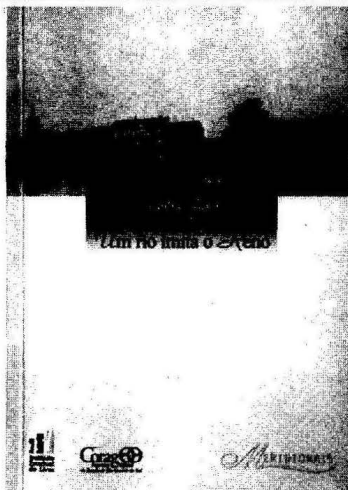
Discursos do presidente João Figueiredo



Foto feita na Casa Mena. Da esquerda para direita, em pé: Alfredo Diehl, Germano Orscar Mochlecke, jornalista Maria Luiza Gusmão. Sentados: Fernando Gusmão e VIANNA MOOG.



Capa da 8ª edição. Para mim é a Lore.



Vianna deve ter gostado da edição em 2005 porque reproduz um pedaço de sua São Leopoldo

PARECER DA COMISSÃO DE HISTÓRIA SOBRE A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA, GEOGRÁFICA E CULTURAL DA SERRA DO CAVERÁ

PARECER

1. Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura pede ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul parêêter sobre a importância histórica, geográfica e cultural da região da SERRA DO CAVERÁ. É que o deputado Berfran Rosado, líder da bancada do PPS na Assembléia Legislativa, apresentou àquela Casa um projeto-de-lei no sentido de declarar patrimônio cultural do Estado, para os efeitos constitucionais, a SERRA DO CAVERÁ, que o proponente define como “uma formação basáltica encravada no centro do município de Rosário do Sul”.

Invocam-se dois fundamentos para a proposta: o primeiro, de natureza ambiental, pelo fato de que a dita Serra “permite um contato com a natureza praticamente original e paisagens belíssimas”; o segundo, de caráter histórico, em razão de uma lenda que envolveria índios minuanos, antigos habitantes da área, e pelo fato de haver sido, ao ensejo da Revolução de 1923, a aludida serra, o campo de operações do caudilho Honório Lemes, por isso denominado “Leão do Caverá”.

2. Ainda que a matéria mereça o exame da Comissão de Geografia, permitimo-nos avançar considerações preliminares, do ponto de vista geográfico, por intimamente relacionados os aspectos históricos, geográficos e culturais.

A Serra do Caverá, que o Pe. BALDUINO RAMBO (in “Fisionomia do Rio Grande do Sul”, Imp. Oficial, 1942, pp.112/13) chamou coxilha, não é um elemento geomorfológico de vulto. Caracterizou-a assim o grande geógrafo:

“Voando de Rosário em direção à Estação Tigre, no Ibicuí, cruzamos a parte mais setentrional da Coxilha do Caverá. Ali, no divisor de águas entre Santa Maria e o Ibirapuitã, a altura dos morros é considerável e sua destruição menos acentuada. Encontram-se até extensos campos completamente planos quase ao nível dos tabuleiros do sul. Os pequenos afluentes de um e outro rio nascem em manchas de umidade, dirigem-se para a borda das plataformas, serrando-as em largos portões. Em lugar da Campanha a destruição erosiva do arenito pode ser observada tão bem como aqui. As abas retangulares, os terraços, os patamares, os cabeços desnudados dos sedimentos, os pacotes de lajes minadas por grotões, a couraça de fragmentos espalhados

sobre os flancos – tudo se produz em escala reduzida e em todas as suas fases, verdadeiro paradigma escolar da geologia do arenito”.

“Voltando novamente a Rosário, descemos pela estrada de ferro ao longo da borda oriental da Coxilha do Caverá. Decependo os tributários mais ocidentais do Santa Maria, conservamo-nos, em todo o trajeto, à vista dos cerros tabulares, entre os quais os afluentes do Ibirapuitã deslisam para o noroeste. O traçado da estrada se guia sobre uma faixa bastante alta e ondulada de coxilhas, repetindo sempre o mesmo estribilho: campos secos, galeria, baixadas pantanosas, matinha paludosa, tudo assente sobre o arenito que assoma em todos os cortes da estrada”.

Segundo se vê pela excelente lição de RAMBO, não se trata de uma formação “basáltica”, mas arenítica.

Outro autor (AMYR BORGES FORTES, “Geografia Física do Rio Grande do Sul”, ed. Globo, 1959) caracteriza a Serra do Caverá como um galho da Coxilha de Santana:

“O segundo contraforte importante, também no sentido Sul-Norte, sai da região Noroeste de Livramento. Toma o nome de Coxilha Geral da Serra, estendendo-se até Saicã. Dele parte a chamada Serra do Caverá se esgalha pela região da Cruz de Pedra, a Oeste de Rosário, até a confluência do Ibirapuitã com o Ibicuí. Ela atua como divisor de águas entre esses dois rios”.

Conforme IVO CAGGIANI, que dedicou à Serra do Caverá um breve capítulo de seu livro “Honório Lemes, um herói popular” (Martins Livreiro, P. Alegre, 1999), *“trata-se de uma cordilheira de média altura e que não tem uma direção determinada em seu conjunto, sendo constituída de chapadões e cerros, ora dispersos numa acentuada desuniformidade, ora ligados por pequenos ramos de estreitas elevações de terreno”*. Seu ponto culminante seria, segundo CAGGIANI, o cerro da Cruz de Pedra, no município de Rosário do Sul, com 366 metros acima do nível do mar.

3. Do ponto de vista histórico, sem ter sido palco de grandes acontecimentos políticos (como Ponche Verde ou Pedras Altas), nem de ciclos econômicos exitosos, nem de eventos bélicos significativos (como Rio Pardo, Taquari, Uruguaiana, Pulador, em Passo Fundo, ou Inhanduí, em Alegrete), a Serra do Caverá, pelas suas condições geográficas, prestou-se, nas insurreições regionais, a ser ponto de refúgio de guerrilheiros. Longe de centros urbanos importantes a área de comunicação entre a Fronteira Oeste e o centro do estado, foi a área de deslocamento de forças mas não foi foco de grandes combates. O pri-

meiro guerrilheiro que ganhou alguma fama em função do Caverá foi MANOEL MACHADO SOARES (Maneca Machado), um veterano da Revolução Farroupilha e da Guerra do Paraguai, que, na Revolução Federalista se teria consagrado como o primeiro “Leão do Caverá”, comandando uma força rebelde. A informação é de Ivo Caggiani, na já citada biografia de Honório Lemes. Não encontramos confirmação dessa afirmativa, cabendo ponderar que, ao ensejo da insurreição de 1893, não eram comuns esses cognomes de glorificação, que só a imprensa política do século XX tornou corriqueiros. Os próprios títulos aplicados a Honório Lemes como LEÃO DO CAVERÁ ou a Zeca Netto como CONDOR DOS TAPES o foram pela retórica inflamada dos jornais oposicionistas.

4. Quanto ao folclore da Serra do Caverá, tudo o que se conhece é a lenda charrua divulgada por CEZIMBRA JACQUES (“Assuntos do Rio Grande do Sul”, Porto Alegre, 1912) e reproduzida por AUGUSTO MEYER (“Guia do Folclore Gaúcho”, 2.ed., SEC/RS-MEC, Rio, 1975). Cezimbra Jacques não elucida a fonte e local onde recolheu sua elaborada história, e Augusto Meyer não deixou de referir que “essa tradição indígena” seria “arranjada literalmente” pelo autor de ASSUNTOS DO RIO GRANDE DO SUL. Cabe lembrar que os charruas muito cedo se ausentaram do território rio-grandense e quase não deixaram traços de sua cultura entre nós.

5. CONCLUSÕES:

É o território rio-grandense marcado por expressiva densidade histórica, por ter sido palco de conflitos externos e internos, alterações de fronteiras, experimentos de colonização com imigrantes estrangeiros e nacionais, processos ativos de aculturação e miscigenação. Constitui, outrossim, um cenário geográfico sumamente variado, com planaltos e planícies, “canyons” deslumbrantes, áreas lagunares, orla marítima “sui generis”, revestimento florístico em que se misturam mata subtropical, floresta de araucárias e campinas. Ostenta além disso, o território gaúcho, um variado panorama cultural, com manifestações de diversas etnias e segmentos diferenciados dentro das etnias principais.

Diante dessa riqueza de aspectos históricos, geográficos e culturais, torna-se difícil destacar quais as regiões merecedoras de uma especial tutela do Estado, e mais difícil ainda estabelecer gradações e critérios de preferência. Em todos os enquadramentos do Estado existem áreas com maior ou igual qualificação para pleitearem definição como “patrimônio cultural”.

Sem desconhecer os traços históricos expressivos da Serra do Caverá como cenário de guerrilhas nas revoluções regionais, não poderíamos deixar de salientar dezenas de outras regiões igualmente merecedoras de atenção especial

do poder público, seja pelos atrativos turísticos, seja pela importância da proteção ambiental, seja pela densidade histórica.

Entendemos que a reivindicação, no caso presente, possui um evidente caráter localista, e não cabe, como instituição cultural, nem subscrevê-la nem hostilizá-la.

Sugerimos, entretanto, que seja ouvida sobre o assunto a Comissão de Geografia.

Porto Alegre, 8 setembro de 2005.

Sérgio da Costa Franco
RELATOR

Paulo J. P. Xavier Margarete M. Bakos

Anexo 2 – PROJETO DE LEI**PROJETO DE LEI N. 150/2005**

Declara integrante do patrimônio cultural histórico, geográfico, natural, paisagístico e ambiental do Estado do Rio Grande do Sul a serra do Caverá, localizada nos Municípios de Rosário do Sul, Santana do Livramento, Alegrete e Cacequi.

Art. 1º Esta lei declara patrimônio cultural, histórico, geográfico, natural, paisagístico e ambiental do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos e para find, especialmente nos artigos 221, 222, 223 e 251, da Constituição do Estado, a Serra do Caverá, localizada nos Municípios de Rosário do Sul, Santana do Livramento, Alegrete e Cacequi.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, Palácio Farroupilha, em

Deputado(a) Berfram Rosado,
Líder da Bancada do PPS.

JUSTIFICATIVA**1. A Constituição e as formas de proteção do patrimônio cultural**

1.1 A proteção do patrimônio cultural é uma decorrência de seu próprio conceito e, ademais, do direito de acesso como um desdobramento da nova categoria de direitos culturais- expressão do gênero dos direitos difusos.

Entre as novas múltiplas formas de proteção do patrimônio cultural, estão os inventários, os registros, a vigilância, além de “outras formas de acautelamento e preservação” (CF, art. 216, §1º; CE, 222, caput).

1.2 O sistema penal também reconhece e protege o patrimônio cultural. No Código Penal, as tipificações constantes dos artigos 165 (“Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico”) e 166 (“Alterar sem licença da autoridade

competente, o aspecto de local especialmente protegido por lei”) já revelam a “especial tutelade tais bens, cuja preservação atende ao interesse geral da educação e do culto as belas coisas”.¹

2. O objetivo do projeto de lei

2.1 A Serra do Caverá é uma região da fronteira- oeste do Rio Grande do Sul, que se estende entre as cidades de Rosário do Sul e Alegrete. Localizada a poucos quilômetros da cidade da cidade, a Serra do Caverá é uma formação basáltica encravada no centro do município de Rosário do Sul, que permite, um contato com a natureza no seu estado praticamente original e paisagens belíssimas.

Ademais, a Serra do Caverá é rodeada de lendas e historias como : “A lenda do Caverá- Rosário do Sul”, “Jangota Pereira, o Patriarca do Gauchismo” e Leão do Caverá”.

Segue um pouco das historias:

“A de uma tribo de minuanos, índios bravios do campo. Entre, esse Minuanos, destacava-se a figura de Camaco, guerreiro forte e altivo apaixonado por Ponaim. Que disse a Camaco que se casaria com ele se ele trouxesse a pele de Cervo Berá- daí o seu nome, o mato era dele: Caa-Berá, Caavera, finalmente Caverá .”

“Na Revolução de 1923 entre os maragatos (revolucionários) e os chimangos (legalistas) o Caverá foi o santuário do Caudilho maragato Honório Lemes, justamente apelidado de “Leão do Caverá”, que comandou a mais destacada das tropas na Revolução de 1923 e onde passava era recebido e festejado como herói.”

2.2 Este projeto de lei pretende uma declaração formal da Serra do Caverá como patrimônio cultural, histórico, geográfico, natural, paisagístico e ambiental, reconhecendo, os elementos de sua fisionomia urbanística, um inquestionável significado histórico, sociológico e cultural de amplitude estadual.

Sala das Sessões, Palácio Farroupilha, em

Deputado(a) Berfram Rosado,
Líder da Bancada do PPS.

¹ HUNGRIA, Nélson. Comentários ao Código Penal. 4.ed. Rio: Forense, 1980. vol.III: artigos 155 a 196.p.114.

PARECER DA COMISSÃO DE HISTÓRIA SOBRE A DATA DE FUNDAÇÃO DE SÃO SEPÉ

O Sr. Prefeito de São Sepé solicitou a este Instituto parecer definidor da data merecedora das comemorações devidas à fundação daquele Município.

Quando se questiona a data de instalação de uma comunidade urbana, deseja-se saber, afinal, as principais ocorrências para as devidas comemorações de sua fundação e autonomia.

É importante para tal, reverem-se os acontecimentos que cercaram aquele fato histórico.

Vejamos então:

1- No tempo das Missões Jesuítas

No caso em foco podemos recordar a presença dos padres jesuítas convocados pela Espanha para catequizar os indígenas para que pudessem auxiliar os povoadores desta parte do sul da América, em seus trabalhos de pecuária e agricultura.

Porém no desempenho de sua catequese, os jesuítas promoveram a criação de gados trazidos de Santa Fé e de Corrientes, para uso dos próprios índios, instalando para isto, “estâncias” situadas em campos ao sul do rio Ibicuí. Serviria para alimentação de seus catecúmenos.

Entre muitas estâncias, instalaram a denominada “San Juan”, situada entre os rios Guacacaí Guassú (atual Vacacaí) e Santa Bárbara.

Em 1750, Espanha e Portugal assinaram o Tratado de Madri, para fixarem seus domínios americanos fazendo a troca da colônia do Sacramento pelas missões.

Os Padres Jesuítas detestavam os portugueses pelos repetidos assaltos dos “bandeirantes” para apreensão de índios.

O Tratado de Madri contrariou os Padres Jesuítas que reagiram, militarmente, contra forças das duas coroas, abrindo a chamada Guerra Guaranítica (1752-56). Assim, aqueles territórios ocupados pelos índios passaram ao domínio português.

Sendo anulado o Tratado de Madri (1761), um novo Tratado assinado para redefinir seus domínios (1777). Portugal iniciou o povoamento das terras das antigas missões. Nesta ampla área de campos foram concedidas sesmarias.

2- Povoamento luso-brasileiro

Foi quando José dos Santos Cardoso, um militar que servira no destacamento de segurança da Comissão Demarcadora (1777) sob as ordens de José de Saldanha, requereu a sua sesmaria. Nesta carta, datada em 05-III-1791, demarcava-a com os seguintes limites:

“campas que se denominavam de São João os quais pelo L- e S- se dividem pelo rio São Sepé; pelo O- com um pântano grande que nasce no cerro de Tupanciretã e de um alto chamado da Cruz, e pelo N- com o pântano e mato grande, caminhando para O a ganhar o referido pântano, que terá pouco mais ou menos de três léguas de comprido e uma de largo”. José dos Santos Cardoso e depois seus filhos e genros desfrutavam, por cerca de vinte anos seguidos, toda a ampla sesmaria. De seu casamento com Ana Leonor de Menezes nasceram, que identificamos, seis filhos:

- 1- Josefa Leonor de Menezes, casada com João José de Souza;
- 2- Gaspar José dos Santos Cardoso;
- 3- José dos Santos Cardoso;
- 4- Ana (sem mais notícias);
- 5- João dos Santos Cardoso e
- 6- Manoel dos Santos Cardoso, que seguiu a carreira militar.

A primeira porção desses campos, vendida em 18-VIII-1818, era o quinhão de Josefa Leonor, casada com João José de Souza, cujo comprador foi Joaquim Carlos de Bragança Fraga. Eram situados na costa do rio São Sepé, “principiando ao pé do passo real”.

Também Francisco Ferreira dos Santos (Chico Mineiro) comprou, em 08-V-1830, duas léguas e meia desses campos, junto as divisas da sesmaria do “Boqueirão”, para instalar sua fazenda.

Foi nos campos de Joaquim Carlos de Bragança Fraga, que moradores no Formigueiro, liderados por Francisco Antonio de Vargas intentaram construir uma Capela.

Desgostaram-se outros fazendeiros estabelecidos na região, entendendo que a presença de um centro urbano perturbaria suas atividades de criadores.

Os moradores de Formigueiro tinham dirigido um pedido, assinado por 61 pessoas, à autoridade eclesiástica, exaltando as qualidades do lugar escolhido. Seu pedido, porém, não foi atendido, alegando-se que não tinham apresentado prova de doação do terreno para a Igreja como era de costume na época.

Sem considerarem a condição expressada pela autoridade eclesiástica, os promotores da Capela marcaram a data (15-II-1830) e dirigiram convite a autoridade local, para a cerimônia de levantamento de um cruzeiro, assinalador do local que seria construída a Capela.

No dia aprazado, Joaquim Carlos de Bragança Fraga, - o dono, então, desses campos - reuniu, em sua fazenda (próxima ao local da cerimônia) outros fazendeiros vizinhos e o Guarda-Mor José Ilário de Figueiredo (autoridade maior do lugar).

Ali, apresentaram-se uns representantes do grupo dos patrocinadores da Capela, avisando que esperavam a presença do Guarda-Mor.

Negou-se Figueiredo a comparecer, por entender não estar atendida esta condição legal para o ato.

Por isso, houve, no local, manifestações de desagrado com gritarias, tiros...e concluíram cravando o cruzeiro.

Estas ações caracterizavam uma “assuada” (desrespeito a autoridade), resultando na abertura de processo contra Francisco Antonio de Vargas, considerado o iniciador desta promoção.

Vargas, o líder do grupo, foi processado. Mas como consta nos Autos respectivos, faleceu antes da sentença.

A autoridade eclesiástica cancelara sua autorização, por falta do documento de cessão de posse da área para a construção da Capela.

Foi, então, que Plácido Gonçalves Dias, rico fazendeiro na região, e um dos 61 signatários da petição original para ser construída a Capela, retomou a questão.

Adquiriu campos de herdeiros dos Fragas (em 20-II-1834) e, após, firmada sua doação, iniciou a campanha para se concretizar, afinal, a construção, no mesmo lugar.

Falecendo Plácido Gonçalves, a campanha continuou com a colaboração eficiente de Plácido Nunes de Melo, alcunhado o “Chiquiti”, um militar que tinha participado da Guerra das Províncias Unidas do Rio do Prata (1825-1828), sob as ordens do general Bento Manuel Ribeiro.

Do exposto devemos reconhecer que, a Plácido Gonçalves Dias cabe o mérito de ter sido o fundador de São Sepé.

3-Evolução Administrativa

Devemos, ainda, examinar a documentação oficial sobre os atos da evolução administrativa desse Município.

De 6 de junho de 1846 á a Resolução nº 66, firmada pelo Vice-presidente Patrício Corrêa Câmara, onde se determina:

“Fica criada uma Capela com a invocação de N. S. da Conceição, no Distrito de São João, costa do Rio São Sepé, onde já se acha colocado um cruzeiro...”

Demarcou-se a área do sítio urbano (1846), por Johann Martin Buff, militar alemão participante da Campanha de 1825-1828, e, depois, como engenheiro, a serviço do Estado,

Definiu os planos das Vilas de Rio Pardo e de Cachoeira.

Foi também quem elaborou a planta de São Sepé.

No território escolhido, traçou ruas dividindo os terrenos dos quarteirões para se construírem moradias. Marcou cinco praças: a central (da Matriz), e outras quatro, em cada vértice do quadrado geral: a do Cemitério (atual do Hospital), a de esportes (atual da Hidráulica), a terceira na frente do moinho (depois fábrica de refrigerantes dos Bolsan), e a quarta (não bem definida) no vale da vertente da bica.

O território ficou assim limitado:

“N- pelo lageado que divide os terrenos que foram de João da Rosa Fraga; S- com os terrenos que foram de Joaquim da Rosa Fraga, e hoje de D. Cristina Becker; pelo L- com os terrenos que pertencem ao mesmo Joaquim da Rosa Fraga, e hoje são de Henrique Krum, e com os terrenos de José de Vargas Farias por duas cercas e valos, até ir encontrar no lageado que vem do Norte; pelo O- com uma vertente que nasce e vai até próxima a estrada real; e, atravessando esta, dividindo-se com os terrenos, atualmente, de Clementino de Souza Pereira; segue em linha reta até encontrar com os valos da divisa de João Gonçalves da Rosa, e que hoje pertecem a João Kieling; segue a encontrar os de D. Cristina Becker e seus filhos”.

Afinal, em 29-IV-1876, é sancionada a lei nº 1029 com o seguinte teor:

“Fica a freguezia de São Sepé elevada à categoria de Vila. O seu município se comporá dos territórios do 3º distrito do município de Caçapava, do Formigueiro terceiro distrito do município de Cachoeira. O novo município Guardará as seguintes divisas:

Pelo N- a partir da foz do Santa Bárbara no Vacacaí, e por este acima até a barra do Cambai Grande; pelo O- Cambai Grande acima até suas cabeceiras, junto ao Acampamento Velho, seguindo o galho que passa entre as casas de João Rodrigues Machado e Inácio Alves Pereira ficando esta pertencente a São Sepé e aquela a São Gabriel; pelo S- seguindo a estrada geral

que do Acampamento Velho, cruza pelas pontas do rio São Sepé, junto à estrada do major Vasco Maria de Azevedo Freitas e vai ter ao passo do Souza, no rio Santa Bárbara; pelo L- do mencionado passo do Souza, Santa Bárbara abaixo, até sua foz no Vacacaí. O Município assim constituído, divide-se em três distritos de paz....”.

Indiscutivelmente, a Capela é considerada, nas regiões de população católica, a primeira organização de uma dada comunidade. Desde que “curada”, com a existência, de registros, pela Igreja, de nascimentos, casamentos e óbitos, guardam-se informações que possibilitam surpreender dados estatísticos de longevidade, migração, “causa mortis” e até surtos de epidemias....mas, principalmente, asseguram a naturalidade e, por decorrência, a cidadania de seus paroquianos.

Entre os diversos critérios possíveis para a definição da fundação de uma comunidade, a data de criação da primeira Capela pode ser adotada sem ofensa à objetividade.

Este é o parecer da Comissão de História.

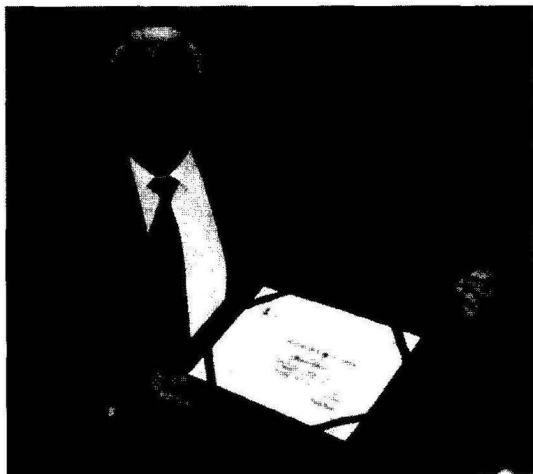
Paulo Xavier
RELATOR

Sérgio da Costa Franco
Margaret Bakos

NOTICIÁRIO

Em homenagem à Mozart Pereira Soares membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e falecido em 11/12/2006, a Revista do Instituto reproduz o texto a seguir do escritor Alcy Cheiuche.

Mozart Pereira Soares Adeus ao Mestre



Na terra vermelha de Palmeira das Missões nasceu um dos homens mais preciosos que o Brasil possuía. E nela repousa agora, depois de encantar a terra em noventa e um anos de vida. O conhecimento individual, na era das especializações, é cada vez mais limitado. Vai longe o tempo em que um único ser humano era depositário de extensões imensas de sabedoria. Temos que recuar mais de dois milênios para encontrar o modelo de Mozart Pereira

Soares. Aristóteles, que foi capaz de entender o funcionamento do organismo humano, dos animais e das plantas, e de especular sobre a origem e o destino de todos os seres vivos, despertou naquele jovem estudante de Medicina Veterinária a ânsia do conhecimento universal. E quando, no ano de 1954, defendeu sua tese de Doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, parece que defendia também o direito de recuar no tempo para enxergar mais longe e melhor. Concepções Anatômicas e Fisiológicas de Aristóteles recebeu nota máxima da banca examinadora e revelou ao meio acadêmico brasileiro uma nova estrela das ciências médicas. Antes disso, como conta em sua trilogia A Restauração da Manhã, composta dos livros de memórias Pastoral Missioneira, Tempo de Píá e Meu Verde Morro, o menino Mozart teve que vencer a pobreza, que Saint-Exupéry considerava o maior de todos os obstáculos para o sucesso humano. Descrita por ele mesmo em palavras simples: Ainda vim a conhecer o galpão velho em que nasci, mal arrimado em seis esteios cambembes, rodeado de costaneiras de pinho, cheio de frinchas por onde o vento miava. Na névoa dessas lembranças surge o meu pai, que eu via de bigode ruivo, carão vermelho

e peito suado, trabalhando, criando as coisas que se espalhavam à roda de nós, sobre a terra. A mesma terra vermelha que está amontoada ao lado do buraco cavado à pá, onde pediu para ser colocado o seu corpo sem vida. No lugar onde nasceu, no dia 29 de março de 1915, vai repousar o Mestre que nos deixou no dia 11 de dezembro de 2006. Plantado no campo como uma das muitas árvores que cultivou. No meio ambiente despido de poluição que conservou como ecologista, um dos pioneiros dessa militância ao lado de José Lutzenberger. Próximo a uma escola agrícola, outra de suas paixões, o túmulo será vizinho do pinheiro de trezentos anos, que ele apresentava com orgulho aos visitantes, e da casa que foi seu refúgio, onde será construída uma biblioteca para abrigar os milhares de livros que ele leu e guardou. Um túmulo pastoral, digno de um sábio. Onde cada manhã será restaurada pelo perfume da brisa e o canto dos sabiás. Mozart Pereira Soares, que aprendeu a ler nos jornais que vendia nas ruas de Palmeira das Missões, tem hoje na cidade missioneira um magnífico Centro Cultural com o seu nome. Cientista e artista conhecido e admirado em todo o país, nos deixa duas cadeiras vagas: uma na Academia Brasileira de Medicina Veterinária, com sede no Rio de Janeiro, e outra na Academia Rio-Grandense de Letras, em Porto Alegre. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul conquistou dois diplomas de graduação: o de Médico-Veterinário, em 1943, e o de Advogado, em 1986, aos 71 anos de idade. Nesse meio tempo, como Professor Catedrático de Anatomia e Fisiologia dos Animais Domésticos, deixou sua marca em milhares de alunos, foi Diretor da Faculdade de Agronomia e Veterinária, Membro do Conselho Universitário e Reitor pro tempore da mesma Universidade que o iria destacar, em 1999 com o título de Professor Emérito. Na Universidade de Santa Maria, indicado pelo Prêmio Nobel Bernardo Houssay, de quem tinha sido aluno em Buenos Aires, foi o primeiro Professor de Fisiologia da Faculdade de Medicina, uma façanha digna de um veterinário de notório saber. Saber idêntico iluminava o homem de letras, detentor de muitas distinções literárias, como a Medalha Simões Lopes Neto, escritor que conhecia a fundo e sobre o qual nos deixou um ensaio magnífico: Aspectos sensoriais em Lendas do Sul. Erico Veríssimo, que nasceu na cidade vizinha de Cruz Alta, escolheu Mozart Pereira Soares para prefaciá-la mais famosa de suas obras, *O Tempo e o Vento*. Ivan Lins elogiou seus livros em prosa e verso, o identificando como possuidor de uma daquelas almas sonoras, a que se referia *Eça de Queiroz*, nas quais vibra, em resumo, toda a vida que as cerca. O livro/poema que escreveu sobre o Papa João XXIII, *Adaga Flor*, é obra de referência ética e estética. Erva Canchada revelou ao Rio Grande do Sul e ao Brasil o belo folclore dos ervateiros, dos artífices do chimarrão. E para quem quiser conhecer um esboço abrangente de toda a obra escrita do nosso Mestre, recomendando o livro de Antonio Hohlfeldt, *Saber Universitário com Gosto Campeiro*

que tive a honra de prefaciар na primavera de 1997: De tanto ver triunfarem as nulidades, como dizia Ruy, muitos até duvidam que existam ainda hoje seres humanos enciclopédicos como Mozart Pereira Soares. Intelectuais famintos de saber que conheçam e dissertem com a mesma profundidade sobre a história dos homens, a vida dos animais, o cultivo das plantas, a idade das pedras e a pureza das águas. Aqui perto deste túmulo campeiro, junto ao qual acabo de dizer algumas palavras de despedida, está aquela nascente onde Mozart bebia com as mãos em concha, desde a mais remota infância. Um lugar mágico onde ele levou a esposa Terezinha Beltrão Soares, seu primeiro e único amor, a beber com ele em muitos e muitos anos de vida, e onde chorou sua morte em janeiro de 2004. O olho d'água que é o ponto de partida, como dizia Emil Ludwig, dos seres humanos e dos rios. Algumas dessas nascentes somem debaixo da terra depois de alguns poucos passos, outras se transformam apenas em poços ou pequenas lagoas. Raras são as que formam rios capazes de chegarem ao oceano. Como esta de Mozart Pereira Soares, um ser humano que atingiu as maiores profundidades sem deixar de ser sempre límpido e cristalino. Um cérebro poderoso a serviço do bem.

CHEIUCHE, Alcy. Mozart Pereira Soares adeus ao mestre. Disponível em: <<http://www.alcycheuiche.farrapo.net/noticias.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2007.

O Instituto agradece ao autor a autorização para reprodução do texto.

PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

Incorporação no período de outubro de 2005 / novembro de 2006.

- Da família de Eurico Rodrigues (livros)
- Da família de Roberto Gonçalves de Oliveira (livros)
- Da família de Jorge Alberto Beck Mendes Ribeiro (arquivo pessoal)
- Do Dr. Fernando de Abreu e Silva doou um documento manuscrito de autoria de Frutuoso Rivera.
- Da senhora Suzy Theresinha Brücker Fayet doou o Jornal O pasquim (coleção incompleta)

Doações da revista do Instituto

Para as seguintes entidades:

- Institutos Históricos e Geográficos do Rio Grande do Sul e do Brasil
- The Library of Congress
- Ministério de Assuntos Exteriores y de Cooperación
- Arquivo Nacional
- Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo
- Secretaria de Administração de Cambará do Sul

Participação em eventos externos

- XXVI Encontro Estadual de Geografia “A Metrópole e sua Multiterritorialidade” – Maio de 2006 em Porto Alegre.
- IV Encontro com o Pensamento de Milton Santos: A Interdisciplinaridade na sua Obra” - Junho de 2006 na Bahia.
- 2º Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais – Agosto de 2006 em Porto Alegre.
- Colóquio dos Institutos Históricos do Brasil e do MERCOSUL -Setembro de 2006 em Santa Catarina.
- Seminário de História Regional do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas- Universidade de Passo Fundo- Novembro de 2006 em Passo Fundo.

Situação do Projeto de Lei nº4839/2005, na Câmara Federal, que prevê auxílio federal aos Institutos Históricos Estaduais.

Aguardando parecer do Relator da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara Federal. Deputado José Carlos Machado

PRÊMIO RODRIGO DE MELO FRANCO DE ANDRADE 2006.



*O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional certifica que o
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
foi classificado em nível regional para o
Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade 2006,
na categoria Pesquisa e Inventário de Arquivos.*

*Lauro Peruchetti de Almeida
Presidente*

Certificado de participação como classificado regional do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul na seleção do Prêmio Rodrigo de Melo Franco de Andrade 2006 promovido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Exposição conjunta “Porto Alegre, de Geografia e Arte” do Instituto com o Estudio Zoravia Bettiol.

16 de março a 16 de abril de 2006- Local Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Apoio: Gabinete da Primeira-Dama Isabela Fogaça



Da esquerda para direita: Zorávia Bettiol, Sérgio Gonzaga, Eurípedes Falcão Vieira, Moacyr Flores, Raphael Copstein, Gervásio Rodrigo Neves, José Fogaça e Isabela Fogaça.

ABERTURA DA EXPOSIÇÃO PORTO ALEGRE DE GEOGRAFIA E ARTE

Apresentação inaugural vereadora Clênia Maranhão

Prof. Dr. Gervásio Rodrigo Neves, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), especialista nas áreas de Geografia Urbana, Humana e Regional. Pesquisador e professor aposentado pela UFRGS. Membro do Conselho Estadual de Cultura do RS.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul completou 86 anos de atividade ininterrupta neste ano, a exemplo de sua Revista, denominada Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. O Instituto conta com um vasto acervo documental com pluralidade de registros pessoais e bibliográficos sobre diversas personalidades da História, constituindo uma verdadeira relíquia cultural e dotada, de grande valor histórico, antropológico e da geografia sul-rio-grandense.

A exposição Porto Alegre de geografia e Arte é uma pequena amostra das preciosidades que o Instituto acolhe. Nela encontraremos uma coletânea de mapas que retratam a cartografia histórica de Porto Alegre, com mapas de 1833 a 1945.

Para abrilhantar ainda mais a exposição, contamos com um conjunto de desenhos com colagem em técnica mista sobre a cartografia de Porto Alegre, elaborado pelas estudantes do Estúdio Zorávia Bettiol, onde retratam a interação entre Geografia e Arte, a partir das suas emoções e seu olhar sobre a Porto Alegre naquela época.

Por fim, cada peça desta exposição é o retrato simbólico da época e da cultura que a produziu, simplificando o rico processo de construção do habitat urbano.

Agradecemos as parceiras que viabilizaram este momento, em especial ao Instituto Histórico e geográfico do Rio Grande do sul, ao Estúdio Zorávia Bettiol, suas alunas e ao memorial da câmara Municipal de Porto Alegre.

Exposição conjunta “Porto Alegre, de Geografia e Arte” do Instituto com o Estudio Zoravia Bettiol.

9 de novembro a 30 de novembro de 2006- Local Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre. Apoio: Gabinete da Vereadora Clênia Maranhão

Período: de 9 de outubro a 9 de novembro 2006
Local: Câmara Municipal de Porto Alegre

Promoção
Câmara Municipal de Porto Alegre
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

MEMORIAL

Porto Alegre de Geografia e Arte
 a cartografia e o patrimônio do Porto Alegre

Impresso



Eventos culturais promovidos pelo Instituto e realizados em sua sede, no período de Outubro 2005/ Novembro 2006

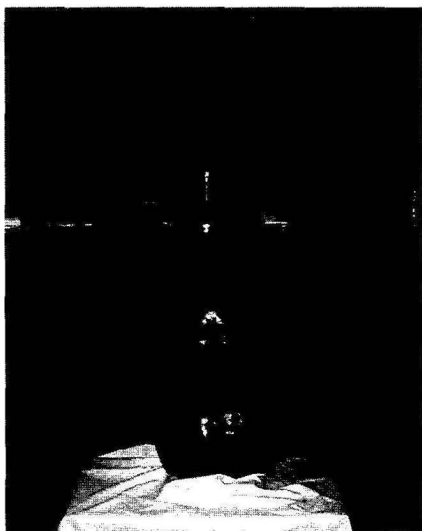


*Da esquerda para a direita: Gervásio Rodrigo Neves
e Dom Carlos Tasso de Saxe Coburgo e Bragança*

Palestra de Dom Carlos Tasso de Saxe Coburgo e Bragança

TEMA: *D. Pedro I a procura de uma noiva*

Data: 27 de março de 2006



Dr. Carlos Humberto P. Corrêa

Palestra de Carlos Humberto Pederneiras Corrêa

TEMA: *Jerônimo Coelho um liberal na formação do II Império*

Data: 23 de junho de 2006

Sessão Solene de posse da Diretoria reeleita para o biênio 05/08/2006
a 05/08/2008



*Da esquerda para a direita: Victor Hugo, Gervásio Rodrigo Neves e
Luís Alberto Cibils*

Sr. Victor Hugo
Secretário de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul

Sr. Antenor Ferrari
Presidente da FEPAM- Fundação Estadual de Proteção Ambiental

Sra. Nara Machado Nunes
Diretora do Museu Julio de Castilhos

Sra. Isabel Bengochea
Diretora Substituta do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

Sra. Marisa Wassan de Oliveira e Andrea Oliveira Albuquerque
Doação da Biblioteca de Roberto Gonçalves de Oliveira

Senhores membros do IHGRGS
Demais autoridades aqui presentes

Senhoras e Senhores

Quero agradecer, em nome da Diretoria agora empossada, a confiança dos senhores Membros Titulares ao nos atribuir a função de dirigir, até 2008, os caminhos desta Instituição.

Agradeço as senhoras e senhores aqui presentes.

O nosso agradecimento não é formal.

Ele contém uma promessa: será traduzido pelo nosso trabalho que é um desafio não só em organizar mas em operacionalizar a nossa biblioteca, arquivos documentais, mapoteca e hemeroteca que foram amplamente ampliados em tal magnitude que hoje nos encontramos com sérias dificuldades de espaço físico.

Resolver este problema é o grande e urgente desafio.

Agradecer é disponibilizar à sociedade este rico material documental, tarefa que já começamos com bons resultados.

Agradecer é produzir conhecimento, o que os membros desta instituição vêm realizando.

Agradecer é modernizar, o que fazemos a cada momento, com a convicção de que *“o presente é apenas um momento do futuro”*. Este esforço de hoje é o esboço do Instituto no século XXI.

Vivemos um belo momento em que se agregam os “tempos lentos” e os “tempos rápidos”. Aqui os tempos lentos da memória, da lembrança e das recor-

dações e os tempos rápidos da modernização, da criatividade, sem cair na tendência esvaziante da “sociedade do espetáculo”.

Este Instituto, em contínuo projeto, desde a sua generosa criação em 1920, não é um meteoro errante. Ele faz parte de um sistema, uma totalidade da qual participamos, o que é atestado pela receptividade do nosso certamente histórico e singular esforço de preservação cultural no Rio Grande do Sul.

Nessa caminhada a Instituição, como os projetos humanos, se compromete e se arroja para o futuro, única situação de plena realização.

Nessa trajetória estamos comprometidos com projetos significativos para serem concluídos em 2007:

1- O resgate de importantes fundos documentais, com amplo apoio do Estado do Rio Grande do Sul;

2- O resgate urgente porque está em perigo de completa destruição – da imprensa do Rio Grande do Sul, com o apoio da sociedade e da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e do FUMPROARTE.

3- O belo projeto, já em execução e cujos resultados já aparecem, do resgate da Cartografia Histórica do Rio Grande do Sul, com o generoso e entusiasmo apoio da FEPAM, através de seu Presidente Dr. Antenor Ferrari, e para o qual já contamos com a cooperação, além das instituições do Rio Grande do Sul, das Bibliotecas Nacionais do Brasil e de Portugal.

Esta é a forma de expressarmos os nossos agradecimentos.

Continuamos a nossa trajetória.

Muito obrigado.

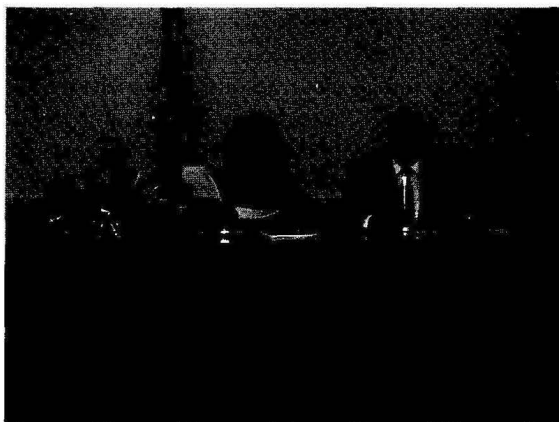
Prof. Gervásio Rodrigo Neves

Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Palestra de Ademir Koucher

TEMA: *Migrações internas no Rio Grande do Sul: os novos cenários da desconcentração espacial urbana regional*

Data: 30 de outubro de 2006



*Da esquerda para a direita: Maria Dulce Coelho de
Matos e Gervásio Rodrigo Neves*

Palestra de Maria Dulce Coelho de Matos

Tema: *Sebastianismo*

Data: 10 de novembro de 2006.

ASSINATURA DE CONVÊNIOS



MINISTÉRIO DA CULTURA
Fundação BIBLIOTECA NACIONAL

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

PROTOCOLO DE INTENÇÕES
ENTRE A FUNDAÇÃO BIBLIOTECA
NACIONAL E O INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO
SUL.

A FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, doravante denominada BIBLIOTECA NACIONAL, com sede na Av. Rio Branco nº 219, Rio de Janeiro, RJ, neste ato representada por seu Presidente, Professor Muniz Sodré de Araújo Cabral, e o INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL, doravante denominado IHGRGS, com sede na Rua Riachuelo nº 1.317, Porto Alegre, RS, neste ato representado por seu Presidente, Professor Gervásio Rodrigo Neves, resolvem firmar o presente Protocolo de Intenções, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

Cláusula Primeira: O presente Protocolo tem por fim estabelecer e regulamentar um programa de cooperação entre o IHGRGS e a BIBLIOTECA NACIONAL, visando à realização de projetos e atividades em áreas de interesse comum, sem prejuízo da ação individual e independente de cada um dos partícipes.

Cláusula Segunda: Para a execução deste Protocolo de Intenções as partes acordam em desenvolver as seguintes atividades:

- a) organização, programação, implementação e avaliação de programas e projetos de pesquisa, ensino e extensão;
- b) realização de eventos científicos e culturais;
- c) edição de publicações de interesse científico e cultural;
- d) cooperação técnica, científica, cultural, administrativa e de pessoal;
- e) realização de estudos, projetos, consultorias, assessorias, concursos, cursos, treinamentos, estágios, serviços especializados e outras atividades julgadas necessárias e de interesse das partes.



Cópia digitalizada da 1ª página do Protocolo de Intenções entre o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, representado pelo seu presidente Prof. Gervásio Rodrigo Neves e a Fundação Biblioteca Nacional, representada pelo seu presidente Prof. Muniz Sodré de Araújo Cabral.



PROTOCOLO DE INTENÇÕES

PROTOCOLO DE INTENÇÕES
ENTRE A FUNDAÇÃO ESTADUAL
DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E O
INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO
SUL

A FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL, "HENRIQUE LUIS ROESSLER" – FEPAM, vinculada à Secretaria Estadual do Meio Ambiente, inscrita no CGC/MF sob o nº 92859817/0001-09, com sede na Rua Carlos Chagas, 55 – 5º/6º/7º e 8º andares, Porto Alegre, RS, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, Dr. Antenor Ferrari, doravante denominada **FUNDAÇÃO** e o **INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL**, com sede na Rua Riachuelo, 1317, em Porto Alegre, RS, inscrito no CNPJ sob o nº 92880406/0001-57, neste ato representado por seu Presidente, Prof. Gervásio Rodrigo Neves, doravante denominado **INSTITUTO**, resolvem firmar o presente Protocolo de Intenções, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

Cláusula Primeira: O presente Protocolo tem por fim estabelecer e regulamentar um programa de cooperação entre a FUNDAÇÃO e o INSTITUTO, visando à realização de projetos e atividades em áreas de interesse comum, sem prejuízo da ação individual e independente de cada um dos participantes.

Cláusula Segunda: Para a execução deste Protocolo de Intenções as partes acordam em desenvolver as seguintes atividades:

- a) organização, programação, implementação e avaliação de programas e projetos de pesquisa, ensino e extensão;
- b) realização de eventos científicos e culturais;
- c) edição de publicações de interesse científico e cultural;
- d) cooperação técnica, científica, cultural, administrativa e de pessoal;
- e) realização de estudos, projetos, consultorias, assessorias, concursos, cursos, treinamentos, estágios, serviços especializados e outras atividades julgadas necessárias e de interesse das partes.

Prof. Gervásio Rodrigues - presidente do instituto

Antenor Ferrari

Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler/RS

Rua: Carlos Chagas, 55 - Fone: (51) 3225-1588 - FAX: (51) 3212-4151 - CEP 91030-920 - Porto Alegre - RS - Brasil

Cópia digitalizada da 1ª página do Protocolo de Intenções entre o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, representado pelo seu presidente Prof. Gervásio Rodrigo Neves e a Fundação Estadual de Proteção Ambiental, representada pelo seu presidente Dr. Antenor Ferrari.

Publicações do IHGRGS

1. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul nº140/2005.
2. A Cartografia Virtual-Histórica Urbana de Porto Alegre (CD-ROM).

PROJETOS EM ANDAMENTO.

1) Projeto “Preservação da Memória da Imprensa Porto Alegrense 1827-1836” apresentado na Prefeitura de Porto Alegre, junto ao FUMPROARTE.

2) Emenda popular, apresentada na Assembléia Legislativa ao projeto de orçamento do Estado para o exercício de 2005, assinada pelos senhores reitores PUC e UERGS, solicitando auxílio financeiro para o Instituto, dando continuidade ao projeto de modernização dos arquivos e bibliotecas, iniciado pelo auxílio por ela concedido em 2004. Aprovado

NOVOS PROJETOS EM FASE DE APRECIÇÃO

1) Projeto: “Preservação da Memória do Rio Grande do Sul” apresentado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES- Edital de Apoio a projetos de Preservação de Acervos 2006 .

2) Projeto: Seminário “Porto Alegre: Espaço & Tempo” apresentado junto ao FUMPROARTE –Edital do Concurso nº 8/2006 - SMC.

CONTATOS INSTITUCIONAIS

Universidade de Passo Fundo
Fundação Biblioteca Nacional
Arquivo Nacional
Museu da Marinha
Universidade de Caxias do Sul
Fundação Estadual de Proteção ao Meio Ambiente - FEPAM
COPESUL
ASGAV
Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal de Porto Alegre
Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

SERVIÇOS OFERECIDOS PELO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

1 . Fotografias digitais, em CD ou disquete de imagens e textos

- 1.1- Cópias em papel
- 1.2 - Em CD ou disquete
- 2 . Cópia de textos impressos, com transformação em OCR, em disquete (sem correção que fica a cargo do solicitante)
- 2.1 – Cópias em disquete e em papel

3 . Cópias de páginas das falas, mensagens e relatórios dos presidentes da Província/Estado, de 1829 a 1930.

- 4.1 . Em papel
- 4 . Pesquisa bibliográfica em bibliotecas nacionais e estrangeiras (temas específicos).
- 5.1 – Em disquete
- 5 . Pesquisa sobre a disponibilidade de documentos em arquivos nacionais
- 6.1 – Em disquete ou CD

6 . Cópias de páginas dos documentos do período colonial, disponíveis em arquivos de Portugal. Em disquete ou CD

- 7.1 – Cópias em papel
- 7 . Relatório da bibliografia geográfica (Biblioteca do IHGRGS).
- 8.1 – Em papel

8 . Relatório sumário dos documentos (exceto telegramas) do Arquivo Borges de Medeiros (em CD).

- 9. Pesquisa demográfica, do universo e da amostra do censo demográfico de 2000 para todos os municípios do país.
- 10 – Cópias em papel
- 10 . Dados demográficos do país e estados no período de 1900 a 2000.
- 11.1 – Cópias em papel
- 11.2 – Cópias em disquete ou CD
- 11 . Dados demográficos históricos totais do Rio Grande do Sul.
- 12.1 – Cópias em papel
- 12 . Serviço de orientação à apresentação bibliográfica, segundo as normas da ABNT
- 13 . Serviço de pesquisa temática na Internet

14 . Serviço de consultas a mapas do Rio Grande do Sul nas escalas: 1:50 000; 1:250 000 e outras

15 . Serviço de consultas a **imagens de radar** de todo o território do Rio Grande do Sul

16 . Serviço de elaboração de mapas digitais (sob encomenda e orçamento prévio).

17. Serviço de consulta a coleção de Atlas (do IHGRGS).

18 . Serviço de pesquisas . Indicação de profissionais para transcrição de documentos. No Rio Grande do Sul e outros estados.

VENDAS

Por encomenda:

1. Cds:

1.1 – Série Imigração & Colonização – I Alemães (1824-1850)

1.2 – Cartografia Histórica – Colonização – Parte I

1.3 – Cartografia Histórica - Revolução Farroupilha (Mapa)

1.4 – A Cartografia Virtual-Histórica Urbana de Porto Alegre

1.5 – Memória Científica do Padre Roberto Landell de Moura

Comemorações dos 85 Anos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

1.6 - Conferência do Senador Pedro Simon, extraído nas comemorações dos 85 Anos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

1.7- Conferência de Hélio Moro Mariante sobre Simões Lopes Neto.

1.8– Conferência de Osório Santana Figueiredo, Prof. Carlos Appel, Edilberto Teixeira e dr. Caio Flávio Prates da Silveira sobre Alcides Maya.

1.9– Entrevista com Luiz Carlos Prestes sobre a Coluna Prestes - Parte I e II.

2.0 - Mapas Históricos de Porto Alegre (consultar).

2. Revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (consultar volumes disponíveis).

Compra de Livros , Revistas e CDs:
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
Rua Riachuelo, 1317- 1º andar
CEP: 90010-271 POA/RS
Fone/Fax: (51) 3224-3760
e-mail: ihgrgs@terra.com.br
www.ihgrgs.org.br

A História continua...

Instituições mantenedoras de acervos documentais de valor histórico, documental, legal e probatório, lidam diariamente com documentos permanentes, originais, únicos, muitas vezes já fragilizados pelo tempo, má conservação, mau acondicionamento ou mau uso. Pensando em garantir o compromisso entre conservação e acesso enfrenta-se o curioso desafio: como dispor seus acervos para a sociedade sem deteriorá-los devido ao acesso direto e continuado?

A Ciclo Tecnologia permite as Instituições enfrentar o desafio entre conservação e acesso. Métodos, ferramentas e tecnologias avançadas no campo da digitalização, armazenamento, recuperação e apresentação de imagens e outros tipos de documentos históricos estão atualmente a disposição das Instituições responsáveis pela preservação da memória.

Outros produtos oferecidos pela Ciclo:

RECAD: Recadastramento Imobiliário

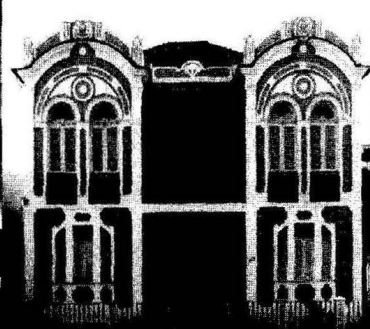
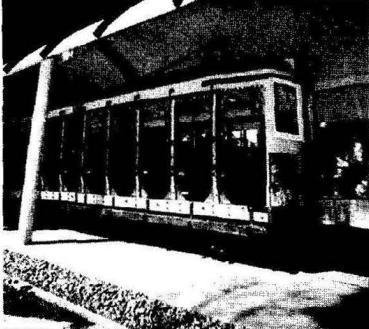
ARQVIVO: Gestão Documental

CLM: Consolidação da Legislação Municipal

CACEM: Controle Administrativo de Cemitério



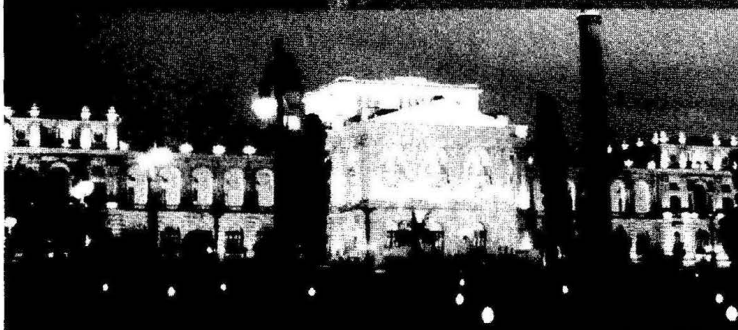
Av. Sete de Setembro, 334 - Sala 302 - 99010-121
Passo Fundo - RS - Fone: (54) 3314-5351



A CAIXA DEVOLVE À
SOCIEDADE ALGUNS
DOS MAIORES
ACERVOS DA
NOSSA CULTURA.

CAIXA de Adoção de Entidades Culturais

O futuro do Brasil começa pelo resgate do nosso passado. Arte, literatura, documentos, achados arqueológicos e objetos históricos que formam algumas das mais valiosas coleções do acervo nacional, são o alvo do Programa CAIXA de Adoção de Entidades Culturais. Se a tarefa é grandiosa, os números também são. Apenas no primeiro ano do Programa, 28 Entidades Culturais foram beneficiadas, com o total de R\$ 5 milhões investidos. Descubra com a CAIXA tudo que o Brasil de ontem tem a oferecer para os brasileiros de hoje.



CAIXA

Para você. Para todos os brasileiros.

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.caixa.gov.br